

# TEB

# AS

UM NEGRO  
ARQUITETO NA  
SÃO PAULO  
ESCRAVOCRATA  
(abordagens)

Abílio Ferreira (org).



# TEBAS

UM NEGRO ARQUITETO NA SÃO PAULO ESCRAVOCRATA  
(ABORDAGENS)

ABILIO FERREIRA (org.)  
CARLOS GUTIERREZ CERQUEIRA  
EMMA YOUNG  
RAMATIS JACINO  
MAURÍLIO CHIARETTI

# TEBAS

UM NEGRO ARQUITETO NA SÃO PAULO ESCRAVOCRATA  
(ABORDAGENS)

1ª edição

realização



parceria de fomento



### **Copyright © Abilio Ferreira**

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.601 de fevereiro de 1998. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico, sem a autorização prévia dos autores.

### **Autores**

Abilio Ferreira, Carlos Gutierrez Cerqueira, Emma Young,  
Ramatis Jacino e Maurílio Ribeiro Chiaretti

### **Revisão de Originais**

Flavio Carrança

### **Capa**

*Faculdade de Direito da USP, onde funcionou, até 1827, o Convento de São Francisco. A fachada da Igreja da Ordem 3º do Seráfico São Francisco, contígua ao Convento, foi ornamentada em pedra, em 1783, por Joaquim Pinto de Oliveira Tebas. Foto: Militão Augusto de Azevedo, década de 1860.*

Edição: Igor Matheus Santana Chaves

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Igor Matheus Santana Chaves

---

F383t Ferreira, Abilio, 1960 –  
Título / Abilio Ferreira. – São Paulo: IDEA,  
2018.  
128 p.  
ISBN 978-65-80005-01-7

1. Racismo 2. Arquitetura  
1. Título

CDD: 720

CDU: 72

---

### **IDEA - Instituto para o Desenho Avançado**

Presidente: Marcos Pagliuso Souza  
Endereço: R. Fernandes Pinheiro, 242 A - Tatuapé  
CEP: 03308-060 - São Paulo – SP, Brasil  
Email: contato@institutoidea.org.br  
Sítio: <http://institutoidea.org.br>

### **CAU-SP - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo**

Presidente: José Roberto Geraldine Junior  
Endereço: R. Formosa, 367 - República  
CEP: 01049-911 - São Paulo – SP, Brasil  
Tel: (11) 3014-5900  
Email: atendimento@causp.gov.br  
Sítio: <http://causp.gov.br>

*Esta obra foi impressa em São Paulo no verão de 2019. No texto foi utilizada as variações da fonte Baskerville em corpo 10 e entrelinha de 1,5 pontos.*

## SUMÁRIO

<b>PELA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA</b>	<b>2</b>
<i>Marcos Pagliuso Souza</i>	
<b>RECONHECER E RECUPERAR</b>	<b>3</b>
<i>José Roberto Geraldine Junior</i>	
<b>Capítulo 1</b>	<b>6</b>
TEBAS E O TEMPO	
<i>Abílio Ferreira</i>	
<b>Capítulo 2</b>	<b>48</b>
TEBAS - VIDA E ATUAÇÃO NA SÃO PAULO COLONIAL	
<i>Carlos Gutierrez Cerqueira</i>	
<b>Capítulo 3</b>	<b>79</b>
TEBAS E O CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA: ÁGUA E VIDA URBANA NA SÃO PAULO DO SÉCULO XIX	
<i>Emma Young</i>	
<b>Capítulo 4</b>	<b>95</b>
TEBAS E O LEGADO AFRICANO NA PRODUÇÃO DA RIQUEZA E NA URBANIZAÇÃO	
<i>Ramatis Jacino</i>	
<b>Capítulo 5</b>	<b>122</b>
O EXEMPLO DE TEBAS E A NECESSÁRIA REVISÃO DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA	
<i>Maurílio Ribeiro Chiaretti</i>	



## PELA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

---

Este livro é uma importante referência na trajetória do Instituto para o Desenho Avançado (IDEA). Há 26 anos, quando iniciamos as nossas atividades como organização sem fins econômicos, dedicada à inovação tecnológica para o gerenciamento do impacto socioambiental da construção civil, a história de Joaquim Pinto de Oliveira Tebas foi narrada pelo compositor Geraldo Filme numa emissora de televisão. Foi a única oportunidade em que o legado do negro arquiteto teve uma difusão de tamanho alcance.

Naquele mesmo ano de 1992, o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro (Rio 92), que, reafirmando a Declaração da Conferência de Estocolmo (1972), gerou um plano de ações e políticas para a viabilização de sociedades sustentáveis pela dignidade da vida humana, conhecido como Agenda 21. Assim, se o Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro ressalta que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável, o Princípio 9 destaca a importância da inovação e do intercâmbio científico e tecnológico.

A construção civil, assim como a arquitetura e o urbanismo, desempenha papel fundamental nessa agenda, em articulação com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, proclamados em 2015. Ao publicar este livro, portanto, explicitamos a nossa compreensão sobre tais objetivos, bem como a satisfação de poder contribuir para o resgate do legado de Tebas.

*Marcos Pagliuso Souza*  
*Presidente do IDEA*

**RECONHECER E RECUPERAR** 

---

Mais de 200 anos após a morte de Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), a sua contribuição para a história da Arquitetura foi finalmente registrada. Os trabalhos desenvolvidos no Cruzeiro de Pedra em Itu e as fachadas dos conventos de São Bento, de São Francisco e do Carmo no vértice histórico da capital paulista, entre tantos outros feitos e momentos marcantes, podem ser agora conhecidos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP tem orgulho em fazer parte da recuperação da obra deste profissional prático do século XVIII. Ícone da Arquitetura colonial, o “mestre pedreiro Tebas”, como é referido nos registros históricos, erigiu um pedaço da história do Brasil, objeto de análise neste livro cuja produção recebeu apoio do Conselho.

Autarquia responsável pela fiscalização do exercício profissional, também é missão do CAU/SP promover a Arquitetura e Urbanismo e apoiar a valorização do trabalho do arquiteto e urbanista. Por este motivo, e por meio de suas chamadas públicas, o Conselho tem regularmente firmado parcerias que recuperam a história da Arquitetura brasileira.

Reconhecer a produção de “Tebas” e suas marcas na paisagem arquitetônica do Estado de São Paulo faz parte, portanto, do cumprimento integral desta missão.

*José Roberto Geraldine Junior*  
*Presidente do CAU/SP*





*“... este livro não se propõe a ser começo nem fim.  
É parte de uma luta que nos transcende,  
pois teve início muito antes e vai continuar depois de nós...”*

### QUILOMBHOJE

# CAPÍTULO 1

## TEBAS E O TEMPO

---

**Abilio Ferreira**

*Escritor e Jornalista*

A imagem impressa na página anterior é a 4ª capa de *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*, publicado em 1986 pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. O livro é constituído de oito artigos produzidos pelos integrantes do Quilombhoje Literatura, grupo que atua há mais de três décadas e meia na Capital paulista.<sup>1</sup>

Ao retomar essa publicação de 32 anos atrás, pertencente a uma área do conhecimento diferente da que abordamos neste *Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata*, queremos chamar a atenção para o fato de que a nossa iniciativa não está isolada no tempo ou no espaço. Nela, Tebas aparece como protagonista dessa “luta que nos transcende” mencionada no trecho em destaque na foto, extraído da apresentação de *Reflexões*, que por sua vez foi escrita a 16 mãos pelo grupo

Mas de que luta estamos falando? Onde está o oponente? A 4ª capa de *Reflexões*, articulada como discurso, tem a resposta, já que evidencia três mulheres negras e cinco homens negros em sua integridade, seus corpos associados ao trabalho intelectual e coletivo, em oposição à invisibilidade, à desumanização e ao isolamento contra os quais Tebas é apenas um entre tantos exemplos.

---

<sup>1</sup> O Quilombhoje é responsável pela edição da série anual *Cadernos Negros*, que, custeada pelos próprios autores, publica poemas e contos produzidos em todo o Brasil. O 41º volume, lançado em dezembro de 2018, reúne 43 poetas.

Senhor da arte e da técnica de entalhar e aparelhar pedras, imprimindo no trabalho a marca pessoal e intransferível de sua identidade, Tebas conquistou autonomia sobre o seu corpo e o seu destino, contrariando a lógica do regime escravista, baseada na fragmentação e na dominação absoluta (corpo e mente) dos escravizados.

Veremos que, embora esteja organizada em forma de cronologia, a narrativa a seguir<sup>2</sup> considera o comportamento dinâmico e não linear do tempo. Seu caráter de elemento em permanente atualização e disputa é estruturante não só da nossa personalidade individual, mas também da identidade coletiva da nossa existência em sociedade. É este o olhar que nos permite relacionar o discurso do Quilombhoje ao discurso produzido pela existência de Tebas, entre outras conexões. Não é por acaso, aliás, que o nome do grupo é um neologismo formado pela aglutinação entre um substantivo de conteúdo político (quilombo) e um advérbio de tempo (hoje).

## 1899

---

Em documento manuscrito impresso, intitulado *Chronologia paulista ou relação histórica dos factos mais importantes ocorridos em S. Paulo, desde a chegada de Martim Affonso de Souza a S. Vicente até 1898*, o cronista José Jacinto Ribeiro (1846-1910) registra a informação de que a “torre da Catedral de São Paulo foi construída entre 1750 e 1755, por um mulato conhecido pelo nome de Thebas, o qual fora deixado livre, em testamento, por um cônego, seu senhor, com a condição de concluir aquela obra, o que fez mediante o salario de pataca<sup>3</sup> e meia por dia.” Segundo o autor, “Thebas foi também o construtor do Chafariz da Misericórdia. É daí que vem a frase: É um Thebas; homem que tudo faz”.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Esta cronologia é apenas uma das cinco abordagens presentes neste livro. Não tem, portanto, a pretensão de abarcar a totalidade das publicações e acontecimentos sobre Tebas.

<sup>3</sup> Pataca: moeda de prata no valor de 320 réis, emitida pelo governo português até o século XIX.

<sup>4</sup> Atualizamos a grafia e a pontuação dos trechos de obras antigas aqui reproduzidos, com exceção da palavra “Thebas”.

*A Matriz da Sé, em foto de Militão Augusto de Azevedo, década de 1860*



1921

---

O historiador e jornalista Afonso Antonio de Freitas (1870-1930) publica *Tradições e reminiscências paulistanas*<sup>5</sup>, livro elaborado a partir dos textos da sua coluna **Velho São Paulo**, publicada no jornal *Diário Popular*. O autor discorda de Jacinto Ribeiro quanto ao período de construção da antiga Catedral de São Paulo. Para ele, a obra durou mais tempo, de 1746 a 1755. Mas, à informação de que foi Tebas o construtor da torre da Catedral, acrescenta que, depois desse “trabalho arquitetônico de importância”, não houve em São Paulo o que “deixasse de ser por Tebas executado”, tendo sido ele também o autor da torre do Recolhimento de Santa Tereza, edifício construído em 1685, na atual Rua do Carmo, e demolido no início do século XX.<sup>6</sup>

E não só isso. Segundo Freitas, Tebas teria ainda atuado como engenheiro hidráulico, “assumindo e realizando o encargo de estabelecer o primeiro

---

<sup>5</sup> São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia.

<sup>6</sup> [https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/casa\\_da\\_imagem/index.php?p=9730](https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/casa_da_imagem/index.php?p=9730)

abastecimento público regular de água à Paulicéia, com a construção do antigo chafariz da Misericórdia e derivação canalizada, para este, das águas do Anhangabaú.”

1935

---

No artigo **Thebas: subsídios inéditos para a reconstituição da personalidade do celebre arquiteto paulistano do século XVIII**, publicado no volume XVI da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, o então chefe da Seção de Documentação Histórica do Departamento Municipal de Cultura, Nuto Sant’Anna (1889-1985), além de divulgar tais subsídios, também comenta o trabalho dos seus antecessores.

Lamenta que o “tão ilustre pesquisador” Antonio Egydio Martins, “colega de José Jacinto Ribeiro na Repartição do Arquivo e Estatística do Estado, afora os cronistas menores, que não se mencionam por terem copiado os maiores, sem nada acrescentar, reproduz integralmente, no ‘S. Paulo Antigo’<sup>7</sup>, vol. 2, pag. 54, aquela referência”, nada dizendo “de novo sobre o caso, algo colhido em documentos ou mesmo em depoimento oral.”

“Quanto às torres da Catedral e de Santa Tereza”, admite o autor, “não temos elementos para concordar ou discordar sendo certo que os historiadores citados são todos dignos de fé.” Ainda assim, as pesquisas de Sant’Anna não confirmam o registro, divulgado por Afonso Antonio de Freitas (1921), de que não houve em São Paulo, depois de 1755, o que “deixasse de ser por Thebas executado”. Em suas consultas aos 14 volumes das atas da Câmara, “abrangendo os anos de 1720 a 1822”, o pesquisador encontrou várias obras que não contaram com a intervenção do mestre pedreiro.

Sant’Anna também não encontrou qualquer documento que autorize afirmar, conforme José Jacinto Ribeiro (1899), que Tebas tenha pertencido a algum padre. Mas encontrou outros que comprovam não ter sido o

---

<sup>7</sup> *São Paulo Antigo* era o título da coluna de crônicas que Antonio Egydio Martins passou a publicar nas páginas do *Diário Popular* e que caíram no gosto do público, dando origem ao livro, publicado em dois volumes, em 1911 e 1912 (<https://www.martinsfontespaulista.com.br/sao-paulo-antigo-1554-a-1910-269655.aspx/p>).

*O Chafariz da Misericórdia, em desenho de José Whasth Rodrigues, (1871-1957).*



habilidoso artífice o responsável pelo sistema de adução das águas do Anhangabaú para o Chafariz da Misericórdia. Diante da informação, divulgada por Afonso Antonio de Freitas, de que Tebas foi também engenheiro hidráulico, “assumindo e realizando o encargo de estabelecer o primeiro abastecimento publico regular de agua à Paulicéia, com a construção do antigo chafariz da Misericordia e derivação canalizada, para

este, das águas do Anhangabaú,” Nuto Sant’Anna argumenta, apoiado em consulta aos papéis do Senado da Câmara, que três indivíduos apelidados de Tebas trabalharam na construção do Chafariz. Dois deles, de nome João e Joaquim, pertenciam a Joaquim Pinto de Oliveira, o verdadeiro Tebas, coordenador da obra, que por isso ficou conhecida como Chafariz do Tebas. Porém, acrescenta, “a Thebas, além do Chafariz propriamente dito, não foi atribuído, como verificamos, a fatura do canal que, por gravidade, conduzia para ele a água das nascentes do Anhangabaú, nas alturas do Caaguassú, atual bairro do Paraíso.” Suas pesquisas revelaram que aquela canalização “foi feita por diversos presos, sob as ordens do sargento Aleixo do Amaral Moreira e numerosos negros dirigidos pelo cabo Francisco Correia de Barros.” E mais: quem de fato assina a direção geral das obras, “e provavelmente as ideiou”, é “o operoso engenheiro militar, sargento-mor João da Costa Ferreira”.

O historiador também traz a público, pela primeira vez, o nome completo do negro arquiteto: Joaquim Pinto de Oliveira. Esse fato levou Sant’Anna a duvidar se Tebas fora de fato escravizado, já que “os escravos quase nunca tinham sobrenome” e eram analfabetos, ao passo que “o nosso Thebas sabia ler e escrever perfeitamente bem...” No que diz respeito ao apelido, o pesquisador supõe que é uma “alculha alusiva à habilidade, à agudeza, à perspicácia do engenhoso thebano que decifrou o enigma da esfinge<sup>8</sup>.” Outro subsídio inédito divulgado por Nuto Sant’anna: em junho de 1808, Joaquim atua como juiz de ofício, certificando de próprio punho o trabalho de outro mestre pedreiro.

Ao finalizar o seu artigo, Sant’Anna deixa uma questão a ser enfrentada pelos pesquisadores do futuro: “Afim, teria Thebas sido escravo? Teria edificado as torres da Catedral e de Santa Tereza? Teria sido um gênio das coisas elementares da arquitetura colonial? Sim. Que tenha sido tudo isso, pois é, sempre mais agradável e carinhoso uma figura romântica criada

---

<sup>8</sup> A esfinge é uma figura icônica de leão com cabeça de falcão ou de pessoa, presente tanto na mitologia grega como na egípcia. Conta a lenda que ela se colocou na entrada de Tebas, nome de cidades existentes na Grécia e no Egito, para desafiar os visitantes com o seguinte enigma: que criatura pela manhã tem quatro pernas, ao meio-dia tem duas e à tarde tem três? “Decifra-me ou devoro-te”, dizia a esfinge, numa assertiva que ficou famosa na peça *Édipo Rei*, de Sófocles. Ao associar os três períodos do dia às fases da vida de uma pessoa – infância, quando engatinha, maturidade ereta e velhice, quando usa bengala –, Édipo decifrou o enigma.

ou exaltada pelas lendas populares, do que as que, em regra, aparecem, frias e estereis, através da realidade histórica.” Quatro anos mais tarde, veremos que tais formulações são também o prenúncio de um projeto literário do autor.

## 1937

---

Já quase no final do ano, o escritor Mário de Andrade (1893-1945) descobre as pinturas de Francisco Jesuíno de Paula Gusmão (1764-1819), mais conhecido como Padre Jesuíno do Monte Carmelo. Até o dia 16 de outubro, data do seu primeiro relatório de trabalho ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>9</sup>, o autor de *Macunaíma* ainda tinha a impressão, com base nas pesquisas até então realizadas, de que não era “possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado”, escrevera ele, “a contínua evasão de paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos séculos XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são a causa principal da nossa miséria artística tradicional.”<sup>10</sup>

No mês anterior, entretanto, sua equipe havia trabalhado na cidade de Itu, no interior do Estado. Em carta de 28 de novembro, em que anuncia o envio iminente do segundo relatório, que versará sobre a pintura eclesiástica daquela cidade, especialmente o teto da Igreja Matriz e da Capela Velha da Igreja do Carmo, além de uma coleção de quadros “já bastante danificada”, as impressões do pesquisador são completamente diferentes. “Ao chegar a Itu e encontrar igrejas decoradas, tetos pintados, o entusiasmo grita e obras que talvez pudessem ser vistas com algumas restrições, imediatamente passam a ser alvo de elogios. O historiador as reputa ‘magistrais’, ‘esplêndidas’, tudo respirando ‘simpatia’, ‘alegria’,

---

<sup>9</sup> Co-fundador do órgão de proteção do patrimônio histórico, Mário de Andrade assumiu a chefia da “equipe encarregada de inventariar obras que, embora muitas vezes se encontrassem abandonadas ou em ruínas, pudessem ser importantes pelos valores histórico e artístico nelas contidos.” Fonte: *Mário de Andrade constrói o Padre Jesuíno do Monte Carmelo*, tese de doutorado de Maria Sílvia Ianni Barsalini, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP em 2011, p. 08.

<sup>10</sup> Idem, p. 7.



‘felicidade’, ‘volúpia de movimento’.”<sup>11</sup> Eram as obras de Jesuíno, autor de telas, músicas e até mesmo do projeto arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, também em Itu, que Mário considerou “a igreja maior e mais bela” da cidade.<sup>12</sup>

Mas o que tem a ver a descoberta de Francisco Jesuíno de Paula Gusmão com o resgate do nosso Joaquim Pinto de Oliveira Tebas? Por hora, basta considerar que eles são conterrâneos (nasceram em Santos) e contemporâneos, tendo ambos trabalhado em São Paulo e em Itu. As pesquisas de Mário de Andrade sobre Jesuíno na Igreja da Ordem 3<sup>a</sup> do Carmo paulistana oferecerão pistas para a descoberta, por Carlos Gutierrez Cerqueira, como pesquisador do IPHAN, de relevante documentação sobre a vida e a obra de Tebas.

Além disso, Jesuíno era negro como o nosso protagonista e como o próprio Mário. Durante as missas do Convento do Carmo, na infância vivida na cidade de Santos, Jesuíno contemplava as imagens no teto – “achava muito lindos esses santos pintados de que nunca se esquecerá: caras redondas, gordas, lisas, de uma alvura impassível.”<sup>13</sup> Alvura que ele, porém, não tinha. Anos depois, já atuando como pintor na Capital paulista, tem a oportunidade de afirmar a sua identidade no teto da Carmo paulistana, de revoltar-se “contra as condições sociais que o abatem. Jesuíno se vinga e faz jurisprudência contra as leis da sociedade em que vive. Cria na pintura para os mulatos e os negros, um lugar de igualdade – seria igualdade? ... no reino dos céus.”<sup>14</sup> Foi, aliás, a relação entre os elementos artísticos e existenciais ligados à negritude do pintor que levou Mário de Andrade a dedicar o resto da vida a pesquisas sobre ele.

## 1939

---

Nuto Sant’Anna publica *Tebas, o escravo (lenda paulistana do século XVIII)*, novela em que o autor desenvolve o projeto literário implícito no final do seu artigo de 1935, isto é, a construção de uma “sempre mais agradável

---

<sup>11</sup> Idem, p. 10.

<sup>12</sup> Idem, p. 08.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

(...) figura romântica criada ou exaltada pelas lendas populares,” em lugar das “que, em regra, aparecem, frias e estéreis, através da realidade histórica.” Ambientada na década de 1750, a trama apresenta um Tebas imaginário, heroico, líder de negras e negros escravizados num sítio da baixada do Lavapés. Nas páginas iniciais do livro, Sant’Anna oferece algumas explicações preliminares, como abaixo:

*PERSONAGENS*

*LENDÁRIO*

*Tebas, escravo pedreiro.*

*FICÇÃO*

*José Vaz, Mestre de Campo e D. Cotinha, sua mulher; Padre Justino, cônego; Gregório dos Anjos, feitor; Luíza, mulher do administrador do Quebra Lombo; Maria das Dores, Carolina, Tião, Jwêncio, Quitéria, Joana, Tibúrcio e Barnabé, escravos.*

(...)

*ENTRECHO*

*Dizem historiadores e cronistas que as tórras das igrejas do Convento de Santa Teresa e da Sé foram construídas por Thebas. Thebas (Joaquim Pinto de Oliveira Thebas) trabalhou efetivamente nas obras do chafariz do largo da Misericórdia. O sítio do Tapanhoim existiu nas baixadas do ribeirão do Lavapés. A chácara do Quebra Lombo é também história. Os nomes das ruas e os aspectos ligeiramente delineados são reais.*

O mestre de campo José Vaz é o dono do sítio do Tapanhoim e de tudo o que há nele, incluindo Tebas, protagonista da estória, e as demais pessoas ali escravizadas. O antagonista é o feitor Gregório dos Anjos, impedido por Tebas, a golpes de capoeira, de estuprar Maria das Dores, “mulatinha esguia, de saliências naturais bem feitas. Uns bonitos dentes. É uma certa vivacidade encantadora” nunca vista “nas outras crioulas” (p. 31).

*Nesse tempo, a construção das pontes, a edificação de prédios altos, a ereção da torre das igrejas, constituíam verdadeiros problemas. Obras*

*difíceis e custosas. Os artífices da terra sentiam-se quasi incapazes de as realizar.*

*O Convento de Santa Teresa, que, da beira do morro abrupto, espiava para a várzea, tinha já a sua igrejinha – mas sem torre; e a da Sé também não a possuía; e a da igreja do Colégio, era pequenina e baixa. (p. 69)*

Interessado nas habilidades de Tebas como pedreiro, padre Justino, cônego da Sé, o adquire junto ao mestre de campo José Vaz, sob a condição de libertá-lo assim que a obra estivesse concluída. Justino morre antes do início das obras, mas ainda tem tempo de ordenar o cumprimento da promessa e de determinar os ganhos (uma pataca e meia) do mestre-pedreiro escravizado. Terminada a torre, o agora livre e respeitado Tebas juntara dinheiro para propor ao seu ex-senhor a compra de Maria das Dores. Mas é surpreendido por José Vaz, que lhe oferece de presente o amor de sua vida. Joaquim Pinto de Oliveira e Maria das Dores se casam um mês depois.

### **FIM**

*São Paulo, de 20 a 30 de junho de 1937*

**1974**

---

A Escola de Samba Paulistano da Glória desenvolve o enredo *Praça da Sé, sua lenda, seu passado, seu presente*, protagonizado por Tebas. Na introdução do livreto de oito páginas produzido pela Escola – pertencente a uma coleção particular a que tivemos acesso –, anuncia-se que aquele é apenas o primeiro de uma série de enredos sobre São Paulo que a agremiação pretendia apresentar, resgatando a história de “importantes figuras do passado.”

O livreto destaca a importância da Praça da Sé como ponto de referência da vida socioeconômica da velha São Paulo, de onde “se revelaram grandes gênios (...) e de onde surgiram as figuras folclóricas locais.” Simples vila em 1740, a cidade “era habitada por 4.000 pessoas”. Dos “800 homens então existentes, apenas 200 eram escravos.” Tinha “30 logradouros públicos entre ruas, pátios, travessas e becos e uns 900 prédios, incluindo

os estabelecimentos comerciais.”

Afirma haver sobre Tebas “muita controvérsia que vai desde o local de seu nascimento até seu próprio nome”. Acrescenta ainda que, numa “tentativa de traçar a biografia de Tebas, na ausência de documentação, o historiador Nuto Santana em 1937, fê-la sob a forma de novela intitulada – Tebas, o escravo: (...)” Essa novela, escrita em apenas 10 dias – “de 20 a 30 de junho de 1937”, conforme o próprio autor informa no final do texto –, foi na verdade publicada em 1939, exercendo grande influência sobre os integrantes da Paulistano da Glória, a ponto de impor até mesmo o título do samba, de autoria de Geraldo Filme.

Assim, segundo a 4ª página da publicação, Tebas teria “vindo menino do Congo ou nascido no Sítio Tapanhoim (atual bairro do Paraíso), filho de congoleses escravos.” Seu proprietário era o mestre de campo José Vaz, de quem foi adquirido pelo Padre Justino, então capelão da Sé, para que construísse a torre do templo, “por cujo trabalho receberá o salário de uma pataca e meia (0,048 centavos<sup>15</sup>) por dia. A torre fica pronta em 1756 sendo que na entrega, Tebas ganha a alforria e casa-se com a mulata Maria das Dores, ‘a mais cobiçada da cidade’” (5ª página).

A publicação reafirma a versão de que o negro arquiteto “construiu também a torre do Recolhimento de Santa Tereza”, além da informação de que, antecipando-se às “atuais técnicas, (...) bolou a canalização subterrânea para abastecer o chafariz que instalara no Largo da Misericórdia, destinado ao uso público de água potável e o retorno das águas excedentes” (5ª/6ª páginas).

Na 7ª página, como se vê, estão elencadas as fontes consultadas pelos editores da publicação. Tudo indica que Geraldo Filme e seus companheiros não tiveram acesso ao artigo de Nuto Sant’Anna de 1935. Na construção do enredo, portanto, prevaleceu a lenda que vive na novela de 1939 em detrimento da versão produzida pelas narrativas historiográficas. Uma hipótese de justificativa para tal fenômeno pode ser encontrada na provável popularidade alcançada pela novela na década de 1970, em contraste com a circulação restrita da especializada *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, em que pesem os esforços de investigação

---

<sup>15</sup> Valor atualizado, correspondente aos antigos 480 reis.

# PAULISTANO 74

Apresenta

## PRAÇA DA SÉ

Sua Lenda

Seu Passado

Seu Presente

Exaltando **TEBAS**, o Escravo  
que se revelou o Primeiro  
Arquiteto Paulista



Escola de Samba Paulistano da Glória  
ENREDO

PRAÇA DA SÉ:

Sua Lenda, Seu Passado, Seu Presente

(Autor: GERALDO FILME)

(TÉBAS O ESCRAVO)

Tébas Negro escravo  
Profissão alvenaria  
Construiu a Velha Sé  
Em troca pela Carta de Alforria  
Trinta mil cruzados que lhe deu Padre Justino  
Tornou o seu sonho realidade  
Dai surgiu a Velha Sé  
Que hoje é o Marco Zero da cidade  
Exalto no cantar de minha gente  
A sua lenda seu passado seu presente

Praça que nasceu do Ideal  
E braço escravo e Praça do Povo  
Velho Relógio encontro dos namorados  
Me lembro ainda do bondinho de tostão  
Engraxate batendo a lata de graxa  
E camelô fazendo pregão  
O Tira Teima dos Sambistas do passado  
Bixiga, Barra Funda e Lavapés

O jogo da Tiririca era formado  
O ruim caía, o bom ficava de pé  
No meu São Paulo ole lê era moda  
Vamos na Sé que hoje tem Samba de Roda

*Bis*

(Tebas, o negro)

A praça da Sé tornou-se famosa também pelo samba dos engraxates, cujo ritmo era fornecido pelas caixas de engraxates e pelas tampas de latas de graxa.

Destacou-se entre eles Germano Mathias que se projetou na vida artística de São Paulo e que ainda se serve da tampa de lata em suas apresentações.

Havia ainda na Praça da Sé um relógio que servia de ponto de referência para encontros de namorados, pescas que vinham do interior, comerciantes etc.

Este relógio foi cantado em samba pelo saudoso Caco Velho.

Contribuindo ainda para que a Praça da Sé se firmasse como ponto de encontro da população paulistana, os contornos dos bndes para o Bras, Penha, Vila Mariana, Cambuci e outros locais, foram ali instalados.

Foi a Praça da Sé que os camelôs escolheram para se instalar, fazendo o pregão de suas mercadorias entre os famosos camelôs da Praça da Sé, destacou-se o lendario Miguel Navalha que até hoje se encontra em “atividade”.

---

*Fontes de informações:*

- Tebas “Os Escravos” — Nuto Santana.
- Registro Histórico da Curia Metropolitana de São Paulo.
- Suplemento “A Imagem” — Texto de Daniel Linguanoto
- Memórias de Geraldo Filme de Souza.
- Pesquisa realizada pelo Autor — Geraldo Filme.
- Figurinos — Vanda Alves Ferreira e Francisco Garcia Gonzalez — Alunos da Escola de Artes Contemporânea.

empreendidos pelos pesquisadores do Paulistano da Glória.<sup>16</sup>

É razoável supor que este é um tema instigante de pesquisa, tendo em vista o conhecido compromisso político de Geraldo Filme com a memória negra paulistana, que por outro lado está umbilicalmente ligado à vocação do Paulistano da Glória. A entidade surgiu como uma associação de empregadas domésticas, fundada por Augusta Geralda, mãe do compositor, a partir da experiência dela em viagem à Europa como empregada dos Penteados, tradicional família da aristocracia brasileira. A julgar pelo depoimento de Filme sobre essa passagem<sup>17</sup>, a fundação do “Paulistano das cozinheiras”, como sua mãe o diferenciava do Club Athletico Paulistano, criado em 1900 pelas elites da cidade, deve ter ocorrido ainda nos anos 1930, transformando-se mais tarde em uma empresa dançante e depois, de 1944 a 1964, incorporando as atividades de cordão carnavalesco. Com a extinção dos desfiles de cordões, em 1972, o Paulistano iniciou a sua trajetória como escola de samba, que durou 10 anos.

Depois da conquista do vice-campeonato de 1974 no Grupo de Acesso, que levou a Escola para o Grupo Especial, a agremiação não conseguiu mais ser competitiva, voltando para o Grupo de Acesso em 1981 e caindo de volta para o Grupo 3 no ano seguinte, até encerrar as suas atividades, depois de ficar em 9º lugar nos desfiles de 1984, com o enredo *São Paulo, a esquina do mundo*.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Ambos os documentos são hoje difíceis de encontrar. O livro *Têbas, o escravo* pode ser localizado na seção de obras raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, que possui um único exemplar da publicação, enquanto o volume XVI da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, no qual foi publicado o artigo de 1935, não está entre aqueles digitalizados e disponíveis na internet: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo\\_historico/publicacoes/idx.php?p=8312%22](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/idx.php?p=8312%22).

<sup>17</sup> “Havia surgido o Paulistano dos bacana lá embaixo e ela fundou aqui em cima, na cabeceira, o Paulistano das cozinheiras. Mas até 41, o Paulistano ainda era um clube. (...) Depois, com o tempo, tornou-se uma empresa dançante...”. *A memória musical de Geraldo Filme: os sambas e as micro-áfricas em São Paulo*, tese de doutorado em História, apresentada à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo por Amailton Magno Azevedo, pp. 60-61.

<sup>18</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulistano\\_da\\_Gl%C3%B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulistano_da_Gl%C3%B3ria)



1988

O centenário da abolição da escravatura caiu numa sexta-feira 13, em maio. Cairia também, a partir daquele ano, o mito de que o Brasil é uma democracia racial. Em fevereiro, as escolas de samba Unidos de Vila Isabel e Mangueira deram início aos protestos, que afinal se estenderiam por todo o ano, com razoável atenção da Imprensa. “Valeu, Zumbi, o grito forte dos Palmares, que varreu terras, céus e mares, influenciando a abolição”, cantou a campeã do carnaval. A vice-campeã Mangueira provocou: “Pergunte ao criador quem pintou esta aquarela: livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela”.

Desde a metade dos anos 1970, o Movimento Negro Brasileiro vinha construindo um contraponto para a narrativa da lei áurea, promulgada no dia 13 de maio de 1888. O símbolo de uma liberdade concedida e incompleta, que jogara a população negra na marginalidade, devia ser confrontado pela exaltação ao 20 de novembro, instituído em 2011 pela Lei 12.519 como o Dia Nacional da Consciência Negra, data em que Zumbi, líder do quilombo de Palmares, ícone do combate e da resistência contra a escravidão, fora emboscado e morto, em 1695. Não por acaso, o livro *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*, organizado pelo artista plástico negro Emanuel Araújo, que a partir de 2004 passaria a ser diretor curador do Museu Afro Brasil, foi lançado em novembro daquele ano de 1988.

A publicação inovou ao apresentar o nosso protagonista pelas lentes de um renomado colega de ofício. Em **Thebas**, artigo publicado entre as páginas 76 e 81, o arquiteto Carlos Lemos, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, avalia, logo de saída, que seria realmente invulgar, na São Paulo daquele tempo, uma pessoa “mexendo com pedra, com pedras aparelhadas inclusive. Pedreiro resolvendo problemas que a taipa de terra socada não sabia solucionar. (...) Pedras vindas de longe. Talvez granitos da Serra do Mar, talvez a limonita dali do Morro da Forca. Enfim, um profissional diferenciado fazendo pormenores impossíveis com a terra comprimida. Colunas e arcos. Altas paredes das torres das igrejas. Arremates de portadas nobres. Coruchéus. Pináculos. Volutas e cartelas” (p. 77).

Aqui aparece outra informação adicional, mas divergente das anteriores

sobre a torre da Sé, e vinda de uma fonte já nossa conhecida: Nuto Sant’Anna, só que no livro *São Paulo no século XVIII*, editado em 1977 – três anos depois da morte do autor – pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo (verbete **A Catedral**, p. 118). A torre não teria sido erguida nos anos 1750. Para Sant’Anna, as autoridades eclesiásticas, entre elas o arcebispo Matheus Lourenço de Carvalho, que, como nos informará Carlos Gutierrez Cerqueira (Capítulo 2 deste livro), teve papel decisivo na vida de Joaquim Pinto de Oliveira, em 30 de janeiro de 1765 ainda solicitavam ao rei de Portugal uma esmola para concluir o frontispício e a torre da Catedral, bem como a colocação de um relógio na mesma torre. É nessa hora, escreve Carlos Lemos, “que surge em nossa história o mulato Thebas erguendo tal torre, época em que ganhou sua alforria e praticamente não mexeu na primitiva fachada, até o óculo permanecendo igual. Criou, isso sim, sinuosidades barrocas nas empenas do frontão triangular, modernizando-o,” a porta recebendo “um arremate heráldico que não souberam guardar com a demolição de 1912” (p. 77).

O olhar especializado de Lemos também traz à luz a notícia, creditada a Dom Clemente da Silva Nigra (1903-1987), cronista da ordem beneditina, de que o mosteiro de São Bento pagou a Tebas, em 1766, “seis tostões pela pedra fundamental – um cubo de 22 centímetros colocado “com relíquias e um Agnus Dei na base do cunhal” –, da fachada da igreja. Esse cubo de pedra, pertencente ao museu do mosteiro, foi encontrado em 1911, quando da demolição da antiga fachada. O mestre Tebas, escreve Lemos, “lavrou também a portaria de pedra da igreja, encimada por um frontão em forma de concha. Por todo o trabalho de cantaria lavrada – portada principal, três janelas do coro e cruz romana de remate da fachada – recebeu ele do mosteiro, no mesmo ano de 1766, a quantia de 286\$040 réis.”

E mais: 33 anos depois (1798), “executa a grande entrada da portaria do mosteiro novo pelo preço de 100\$400 réis.” Torna-se interessante, aprecia Carlos Lemos, “confrontar o trabalho de 1766 com o de 1798; enquanto o desenho das ombreiras apresenta pouca diferença, o ornato do frontão da portaria já é mais leve e mais gracioso, isto é, conforme o estilo moderno daquele tempo.” Nesse ínterim, foi concluída a construção do enorme quartel da Legião de Voluntários Reais, executada pelo engenheiro e cartógrafo João da Costa Ferreira – o mesmo que, segundo Nuto Sant’ Anna, assinou a direção geral da execução do Chafariz da

Misericórdia –, um dos militares portugueses que haviam chegado a São Paulo acompanhando Bernardo José de Lorena, “o governante que mais obras levantou na cidade.” Em abril de 1791, o juiz ordinário Capitão José Mendes da Costa nomeou uma comissão de especialistas para avaliar de maneira conclusiva “o edifício a ser inaugurado”.

A comissão, constituída de dois mestres-taipeiros, dois mestres-carpinteiros, dois mestres-ferreiros, três mestres-pintores e dois mestres-pedreiros, “redigiu minucioso parecer.” Os dois últimos, inclusive, foram incumbidos de avaliar “toda a obra de ‘Pedreiro do dito aquartelamento, Jornais, Malheiras, Pedras, Canos, fatura do Telhado, telhas, Cayaduras e o mais que pertence a seu ofício”’. Um desses mestres-pedreiros era Joaquim Pinto de Oliveira Tebas.

Sobre o Chafariz da Misericórdia, Carlos Lemos concorda com Nuto Sant’Anna quanto à participação estratégica do engenheiro militar João da Costa Ferreira, que, talvez, como um “piloto de rumos exemplar”, tenha idealizado o percurso da tubulação da obra. Mas acrescenta que esse foi o trabalho que deu a Tebas o reconhecimento público de homem hábil e engenhoso, “porque exigiu, além do chafariz propriamente dito, a feitura de rede de canos trazendo água do velho reservatório perto de São Francisco.” Em volta do Chafariz da Misericórdia, que ficava no ainda hoje chamado Largo da Misericórdia, no cruzamento entre as ruas Direita, Quintino Bocaiúva e Álvares Penteado, reuniam-se “não só os escravos aguadeiros, mas o povo em geral, para conversar enquanto consumia toda sorte de refeições ligeiras que as ‘negras de ganho’ vinham vender nas proximidades.”

*A mão afro-brasileira* trouxe a público, ainda, provavelmente pela primeira vez, uma pista do paradeiro desse chafariz. Com a modernização da cidade e da rede de abastecimento de água do final do século XIX, a Igreja da Misericórdia foi demolida e o chafariz “transferido para o distante Largo de Santa Cecília, talvez para servir de bebedouro de cavalos. Ficou por ali até os anos da I Grande Guerra. Depois, foi desmontado e largado num dos depósitos da prefeitura e, segundo informações que tivemos, até há uns quinze ou vinte anos atrás, ainda permanecia semi-enterrado entre os escombros e velhos postes de iluminação pública abandonados.” Depois de 1808, quando Tebas “comparece como juiz do ofício de pedreiro”, não há mais notícias suas. Hoje, conclui Lemos, Tebas é “o esquecido na

metrópole de concreto.”

No mesmo período do ano, entrou em circulação a reportagem intitulada **Curso D'Água**, que ocupou todas as 52 páginas da edição 153 (outubro/dezembro) da revista do Departamento de Água e Esgoto (DAE)<sup>19</sup>, comemorativa dos 15 anos de fundação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). A narrativa, escrita pelo jornalista e historiador Luís Avelima, conta a história do abastecimento

*Pedra fundamental da  
fachada da Igreja de São  
Bento em foto de autor  
desconhecido.*



de água em São Paulo desde a fundação da cidade. Nesse percurso de 434 anos, a reportagem se depara com alguns indivíduos negros que contribuíram de diferentes maneiras – e não apenas com as suas mãos afro-brasileiras –, para o processo de aprimoramento tecnológico desse importante serviço público, especialmente no século XIX.

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://revistadae.com.br/site/acervo-historico>

Ficamos sabendo, assim, que “o abolicionista ferido” Luiz Gama (1830-1882) dedicou ao assunto o poema **O chafariz do Rosário**, publicado na íntegra na página 23. Gama foi proprietário do *Diabo Coxo* (1864-1865), primeiro periódico ilustrado de São Paulo, que fundou em sociedade com o desenhista italiano Ângelo Agostini<sup>20</sup> (1843-1910), autor da charge **Novos Moisés** publicada em 1865 nesse jornal, reproduzida na página 17 de **Curso D’Água**; que o “famoso engenheiro” Teodoro Sampaio (1855-1937) foi responsável pelo gerenciamento dos serviços da RAE – Repartição de Água e Esgoto (p. 27); e que o engenheiro Rebouças<sup>21</sup> “elaborou o primeiro plano para o emprego de filtros rápidos em São Paulo” (p. 28).

Mário de Andrade também atravessa o percurso da reportagem, não apenas como alguém que “contribuiu para que se criasse o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, mas também por introduzir o compositor negro Carlos Gomes (1836-1896) nas peripécias de *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (Capítulo XIII, p. 95), um de seus livros mais importantes, publicado em 1928. Na referida passagem, Macunaíma “foi na cidade buscar sarna pra se coçar. Andou banzando banzando, e muito fatigado por causa da fraqueza parou no parque do Anhangabaú. Chegara bem debaixo do monumento a Carlos Gomes que fora um músico muito célebre e agora era uma estrelinha do céu. O ruído da fonte murmurejando na tardinha dava pro herói a visagem das águas do mar” (p. 34). Sobre essa operação linguística do romancista, de utilizar o verbo “banzar” a partir do substantivo “banzo”, convém lembrar que se trata de palavra do idioma quimbundo, designativa da “nostalgia mortal que acometia negros africanos escravizados no Brasil.”<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> **Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama.** Ligia Fonseca Ferreira in *Revista Crioula*, n° 12 (novembro/2012), disponível em [www.revistas.usp.br/crioula/issue/view/4733](http://www.revistas.usp.br/crioula/issue/view/4733).

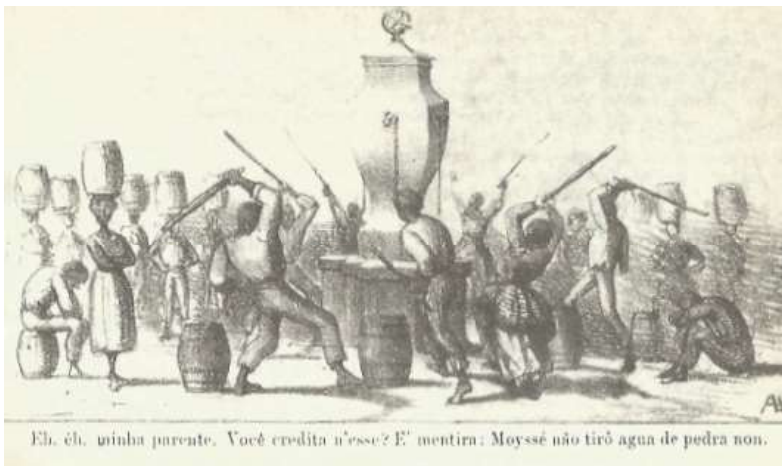
<sup>21</sup> A reportagem não especifica a qual dos irmãos Rebouças se refere, se a Antonio (1839-1874) ou a André (1838-1898). Como o assunto não é objeto de estudo deste artigo, fica aqui uma referência para futuras pesquisas: “Depois de participarem da Guerra do Paraguai, de criarem empresas e de terem se tornado referências na engenharia brasileira, os irmãos Rebouças (André e Antonio) foram incumbidos pelo poder público, em 1870, de resolver um grave problema: a persistente falta d’água na corte imperial, que sentia ainda os efeitos da seca de 1869.” ([www.geledes.org.br/o-crime-da-agua-dos-irmaos-reboucas](http://www.geledes.org.br/o-crime-da-agua-dos-irmaos-reboucas)).

<sup>22</sup> [www.geledes.org.br/banzo-um-estado-de-espírito-negro](http://www.geledes.org.br/banzo-um-estado-de-espírito-negro)

Ao dobrar, porém, a esquina do final do século XVIII, a reportagem esbarrara em Joaquim Pinto de Oliveira (p. 13):

*Em janeiro daquele longínquo 1791, o vereador Bernardo José de Lorena enviara à Câmara ofício no qual descrevia a necessidade de um chafariz que pudesse verter água de qualidade para a população. No ano seguinte, era erguido o Chafariz do Largo da Misericórdia, construído pelo crioulo Thebas, autor das torres de algumas igrejas na cidade.*

*Sobre a charge **Novos Moisés**, ao lado, ver o Capítulo 3, pp. 89-90 deste livro*



Quis o destino que a edição especial da *Revista DAE* mencionasse Tebas em meio à efervescência crítica do centenário da abolição da escravatura no Brasil, em que pese o fato de ignorar o nome completo do arquiteto e de se referir de maneira genérica ao seu legado. Veremos que essa “coincidência” histórica terá desdobramentos.

1992

Geraldo Filme é o entrevistado do programa *Ensaio*, da TV Cultura.<sup>23</sup> De acordo com o formato do programa, o diretor e entrevistador Fernando Faro não aparece diante das câmeras e nem é ouvido pelo público, permitindo total protagonismo à pessoa entrevistada. A certa altura de seu depoimento, Filme, discretamente instigado por Faro, se põe a discorrer sobre a pesquisa que realizara 18 anos antes para compor o samba-enredo **Tebas, o escravo**, para a Escola de Samba Paulistano da Glória.

“São Paulo, antigamente”, começou ele, mas apressando-se logo em explicar, “não no meu tempo; no tempo dos velhos, tá; uma pessoa que sabia fazer tudo eles chamavam de tebas: ‘fulano é um tebas!’”. Intrigado com aquela informação, o compositor realizara consultas no arquivo da Cúria Metropolitana e nos jornais *Correio Paulistano* e *A Fanfulla*, “O jornal dos italianos no Brasil desde 1893”, segundo a página da publicação na internet ([www.jornalfanfulla.com](http://www.jornalfanfulla.com)). Descobriria que Tebas era um negro escravizado, pertencente ao dono de um sítio localizado na região do atual bairro do Paraíso, que aos 21 anos de idade já “sabia tudo em alvenaria”. Ao perceber que o rapaz estava sempre observando o Convento do Carmo, o capelão padre Justino o abordou. Tebas, então, quis saber por que o convento não tinha torre.

- Porque não sabemos fazer, admitiu o capelão.

Além de afirmar que sabia como fazer a torre, o jovem também propôs um acordo ao padre (Geraldo Filme dá a entender que o problema mais urgente da Igreja Católica naquele momento, em São Paulo, era a construção da Catedral da Sé):

- Eu construo a Catedral com vocês, mas o primeiro casamento lá tem que ser o meu.

Liberado pelo seu senhor para trabalhar na obra, o rapaz cumprirá a sua parte no acordo e será recompensado. “E realmente aconteceu”, relata Geraldo Filme, acrescentando que Tebas também construiu o Chafariz da Misericórdia, bem como o sistema de tubulação feito com papel velho

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wj-5ILr1z-c>

e betume, que puxava água desde o Vale do Anhangabaú para o chafariz “ninguém sabe como”. O compositor afirma, inclusive, ter feito cópia de um jornal com o mapa de parte do bairro da Liberdade e do centro da cidade, onde a água antes corria a céu aberto, tudo canalizado por Tebas. Vemos, portanto, que não só o artigo de 1935 não chegou ao conhecimento de Filme, mas também *A mão afro-brasileira* de 1988. Ao final dessa parte do depoimento, o sambista deixa registrado um protesto: no dia 25 de janeiro, aniversário de São Paulo, a cidade deveria dar visibilidade aos seus construtores.







*Na página anterior, o Convento do Carmo e suas duas igrejas (foto de Milhão Augusto de Azevedo, década de 1860), localizados na atual Avenida Rangel Pestana, ao lado da Praça da Sé; hoje resta apenas a Igreja da Ordem 3ª do Carmo (foto de Abílio Ferreira, ao lado); mais tarde tornar-se-á público que os ornamentos e os arcos de pedra da fachada são obra de Joaquim Pinto de Oliveira Tebas*

## 2003

---

O jornalista Roberto Pompeu de Toledo publica o livro *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Queremos comentar uma breve passagem da página 236:

*Foi tal a fama de Tebas, considerado, além de pedreiro exímio, corajoso e desenvolto, que até a primeira metade do século XX seu nome, em São Paulo, era sinônimo tanto de valentão, quanto de habilidoso. “Fulano é um Tebas”, dizia-se, e a palavra, com tais acepções, até hoje está nos dicionários. Alguns afirmam que o adjetivo “tebas” não vem do Tebas, e sim do idioma quimbundo – mas o simples fato de outros o atribuírem ao artesão paulista já é indicativo de sua reputação.*

No contexto do resgate que hora levantamos, parece-nos mais importante discutir a origem da palavra, que, como vimos no segmento de 1988, é a mesma de “banzo”.

2004

---

A 1ª Conferência Municipal de Cultura de São Paulo aprova a criação da Semana Tebas de Ciência, Tecnologia e Educação como uma das suas 131 diretrizes de políticas públicas para o segmento. Cercada de grande expectativa pelos profissionais da área – comemoravam-se naquele ano os 450 anos de fundação da cidade –, a Conferência teve 2.580 participantes. Além da realização de pré-conferências institucionais, 135 delegadas e delegados, representantes da população, foram eleitos nas pré-conferências territoriais ocorridas nas periferias dos quatro cantos da cidade.

Em torno da proposta da Semana Tebas na Pré-Conferência Institucional, articulou-se um grupo de ativistas do Movimento Cultural Cidade Tiradentes (MOCUTI), do Bloco Afro Oriashé, também de Cidade Tiradentes – mas oriundo do bairro afro-italiano do Bixiga –, e da Associação Fala Negão/Fala Mulher, de Itaquera, que contaram com a adesão de profissionais da Fundação Energia e Saneamento e da Estação Ciência da USP. Na Pré-Conferência Territorial Leste 2 (São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianases e Cidade Tiradentes), articularam-se, em torno da mesma proposta, jovens ligados ao movimento hip hop, especialmente da região do Barro Branco, em Cidade Tiradentes, que ajudaram a eleger Valter Hylario, também morador do distrito, como delegado.

Mas como um personagem soterrado no século XVIII acabou por viajar 35 quilômetros do triângulo histórico paulistano até o extremo leste desse imenso território? Tal fenômeno foi acionado, ironicamente, pelo adjetivo “crioulo” com que o impreciso parágrafo da reportagem **Curso D’Água**, veiculada em 1988 pela *Revista DAE*, se referiu a tão importante sujeito dos acontecimentos.

Foi esse pequeno trecho, contextualizado na história do abastecimento de água de São Paulo, que plantou uma ideia fixa no espírito de Valter Hylário, ativista do Movimento Negro paulistano, então morador da Vila Diva (zona leste) e integrante da Escola de Samba Príncipe Negro de Vila Prudente. Curiosamente, não foi o artigo de Carlos Lemos, publicado no luxuoso e combativo *A mão afro-brasileira*, nem a exaltação do samba-enredo de Geraldo Filme, que desempenharam esse papel. Apesar da

proximidade que essas iniciativas mantinham com o seu universo, Hylario só veio a conhecê-las mais tarde.<sup>24</sup>

Ele ouviu numa emissora de rádio a notícia de que a Sabesp lançara a revista e que esta se encontrava à disposição na Secretaria de Obras da Prefeitura. Encontrou um último exemplar. A ideia se tornou tão fixa que, tendo migrado para o emblemático território negro de Cidade Tiradentes<sup>25</sup> em 1995, Hylario acabou por seduzir a coletividade de militantes locais para, quase 10 anos mais tarde, quando surgiu a oportunidade da Conferência, propor em bloco a criação da Semana Tebas. Já no ano seguinte à realização da Conferência, aconteceu, no dia 25 de janeiro, aniversário de São Paulo, no distrito de Cidade Tiradentes, a primeira Semana Tebas de Ciência, Tecnologia e Educação.

Hylario sempre fora interessado no debate ambiental. Viria a ser, inclusive, um dos principais mentores e articuladores da criação, no mesmo distrito, do Parque Linear da Consciência Negra, inaugurado no dia 20 de novembro de 2009, e do Parque da Ciência (22 de janeiro de 2011).

## 2008

---

O folheto produzido para a divulgação da Semana Tebas daquele ano é o mais completo documento a que tivemos acesso, no que diz respeito à dinâmica do evento. Interpretá-lo, portanto, ainda que trate da programação de uma só das seis edições da Semana realizadas ao longo de 10 anos (2005 a 2018), vale como estratégia de compreensão do significado da iniciativa como um todo, a começar pelo subtítulo da referida peça de comunicação: “Castro Alves avista o Parque da Consciência Negra”.

À primeira vista, pode parecer óbvia a menção ao nome do famoso escritor baiano conhecido como o “poeta dos escravos”. Tendo vivido os seus 24

---

<sup>24</sup> Hylario conta que foi tomado de certa frustração ao ser informado pelo próprio Geraldo Filme sobre a existência do enredo de 1974. Sua intenção, ao consultar o respeitado sambista, fora justamente desenvolver um enredo sobre o personagem para a Príncipe Negro.

<sup>25</sup> Cidade Tiradentes é conhecido como o maior complexo habitacional da América Latina. Constituído de 14 conjuntos habitacionais construídos ao longo de 23 anos (1975-1998), o distrito tem a terceira maior população negra da cidade, com 55,4% de pretos e pardos autodeclarados no último censo do IBGE (2010).

# Semana Thebas

"Castro Alves avista o parque da Consciência Negra"

de 17 a 21 de março de 2008

Thebas foi o escravo responsável pela construção da antiga igreja da Sé de São Paulo, cujo nome está inscrito na pedra de fundação do mosteiro de São Bento.

## Programação

**17/03/08 – 14h às 17h**

Abertura

Filme cultural sobre Thebas - Debate com Valter Hyllaro.

Dinamizador Cultural do Projeto "Orelha do Caderno"

Documentário: "1000 Trutas 1000 Trutas" (realizado pelos Racionais Mts, expondo a trajetória do negro nas periferias e sua importância cultural)

Baile nostalgia Samba Rock - Músicos Deco e Roger

**18/03/08 – 14h às 17h**

Exposição do fotógrafo Sebastião Salgado

Participação do grupo "Tramando Arte" com exposição de produtos artesanais

Exibição de curtas-metragens pela entidade Chico Moleque.

Debate sobre a feira da saúde da população negra

**19/03/08 – 14h às 17h**

Apresentação do documentário sobre Carolina de Jesus - Movimento Cultural de Cidade Tridentes - MOCULTI

Forum de desenvolvimento local, ambiental e a formação de cooperativa - Representante do Esporte Clube Cantil

**20/03/08 – 14h às 17h**

Apresentação de curtas-metragens: O desenvolvimento da Cidade Tridentes

Energia da nossa gente Feiras culturais itinerantes do

Projeto Energia da Gente - Representante da Casa Paulistana

Ao final das apresentações, debate com os autores

**21/03/08 – 14h às 17h**

Sarau com o grupo "Autores na Praça" e Exposição de Livros

Palestra: Trabalho na comunidade; auto-estima, história da importância do negro e o trabalho com cotas para afrodescendentes

Palestra: A história da Escola de Samba Príncipe Negro - Cineasta Ary Candido

Homenagem a Entidade Fala Negro e seus diretores

Encerramento - Degustação de comidas típicas da Cozinha Africana



depois de nós

### Local:

Casa de Cultural Cidade Tridentes

Endereço: Av. Sarah Kadischek, 165

(Ao lado do Terminal Cidade Tridentes)

Tel.: 11 6964-4677

Atividades Gratuitas  
Aberto ao Público

### Organização:

Ação Social

APN - (Agente Pastoral do Negro)

Associação Chico Moleque

Esporte Clube Cantil

Grêmio Recreativo Escola de Samba Príncipe Negro

Movimento Cultural de Cidade Tridentes

Soc. Comunitária Ecológica Escola de Samba Fala Negro

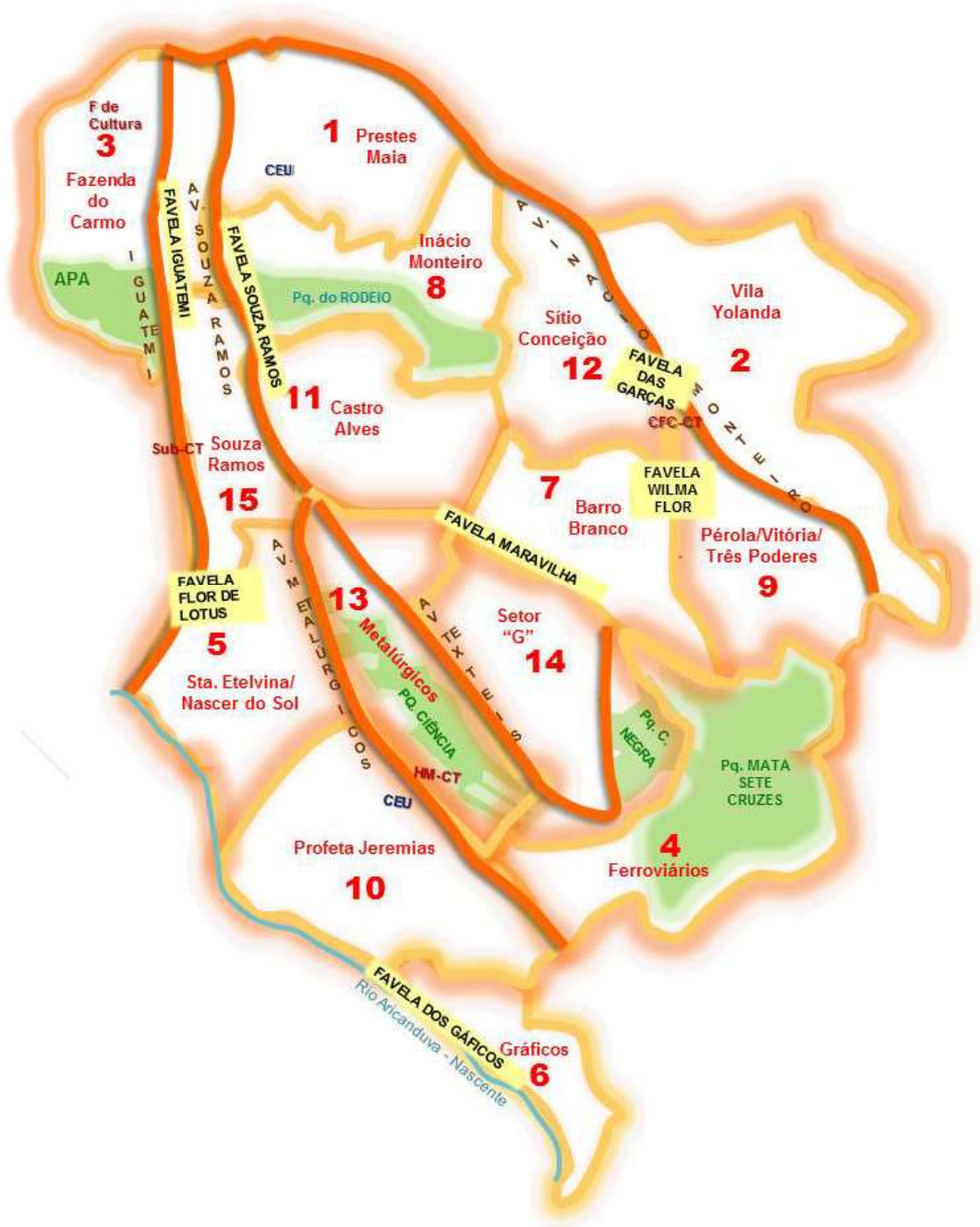
SIS Cidade Tridentes

Subprefeitura de Cidade Tridentes

### Apoio:



Associação  
SANTA MARCELINA  
TERAPIA FAMILIAR



anos (1847 a 1871) sob o regime escravista, Castro Alves é conhecido também por ter sido um crítico da classe senhorial, à qual ele próprio pertencia. Todavia, as características simbólicas e concretas do território de Cidade Tiradentes permitem alcançar camadas mais profundas do texto. Os organizadores do evento têm, pois, mais de uma razão para evocar o poeta. Além da relação direta com a trajetória de Tebas – de indivíduo escravizado a profissional respeitado, proprietário, inclusive, de dois homens negros a seu serviço –, o sujeito da oração também é a unidade territorial chamada Castro Alves.

A justificar esta hipótese, vemos que, no mapa do distrito, Castro Alves é a unidade territorial 11, que avista o Parque da Consciência Negra, equipamento público municipal localizado a cerca de dois quilômetros de distância, na unidade 4 – Ferroviários. Trata-se de uma interessante representação, em âmbito local, do debate nacional entre o “13 de maio” e o “20 de novembro” estabelecido tanto no centenário da abolição (1988) como no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares (1995). Outro aspecto subjacente ao enunciado em questão é a topografia do distrito. Se o Castro Alves, localizado na porção centro-norte do território, pode avistar o Parque da Consciência Negra na outra extremidade do distrito, é porque as duas localidades são elevadas, o que dá ideia do terreno acidentado, repleto de morros e ladeiras, de Cidade Tiradentes.

Não é aleatória, também, a mudança de datas do evento. Se a 1ª Semana Tebas finalizou, de 10 a 30 de janeiro de 2005, as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, conforme texto-convite publicado no Diário Oficial da cidade<sup>26</sup>, a de 2008 marcou o seu encerramento para o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966, para lembrar o Massacre de Shaperville.<sup>27</sup>

O texto de duas linhas posicionado logo abaixo da data contém equívocos sobre as intervenções de Tebas na Igreja da Sé e no Mosteiro de São

---

<sup>26</sup> *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 08 / 01 / 2005, p. 29.

<sup>27</sup> No dia 21 de março de 1960, na favela de Sharpeville, na África do Sul, milhares de pessoas marchavam contra as restrições impostas à população negra pelo regime do apartheid. O protesto pacífico foi reprimido pela polícia sul-africana, que abriu fogo contra a multidão: 69 pessoas foram assassinadas e cerca de 180 ficaram feridas.

Bento. Não há, pois, desde os primeiros cronistas do século, como vimos, qualquer documentação que nos autorize a afirmar que o negro arquiteto tenha sido “responsável pela construção da antiga igreja da Sé”, ou que seu nome esteja “inscrito na pedra de fundação” do templo beneditino. Tais imprecisões, porém, não representam demérito aos voluntariosos organizadores do evento, uma vez que mesmo pesquisadores profissionais mencionados na presente cronologia cometeram erros de informação sobre o nosso protagonista. Além disso, o principal objetivo da Semana – conquistar o “reconhecimento da contribuição étnico-racial e de gênero no processo artístico, científico, tecnológico e educacional”, conforme o texto da proposta aprovada na Conferência de 2004 – foi alcançado, como demonstra a notável repercussão do evento em Cidade Tiradentes, bem como a diversidade de linguagens e de relações que permeiam a programação da Semana Tebas de Ciência, Tecnologia e Educação.

No caso específico de 2008, é exemplar a participação do cineasta negro Ari Cândido Fernandes, anunciado como palestrante do dia 21 de março, com o tema “História da Escola de Samba Príncipe Negro”. *Jardim Bebeléu* (2009), seu premiado curta metragem filmado no distrito, teve o apoio da comunidade local – Daniel Hylario, filho de Valter Hylario, inclusive, aparece como figurante numa das cenas do filme – não só em função da atmosfera favorável criada pela Semana, mas também como resultado das relações do diretor com a Escola de Samba Cabeções de Vila Prudente, bairro de origem da Príncipe Negro. A decisão de filmar em Cidade Tiradentes, por outro lado, é coerente com o projeto estético do diretor.

Nascido em 1951, em Londrina (PR), Ari Cândido Fernandes cursou cinema na Universidade de Brasília. Em 1971, ameaçado pelo artigo 477 da Lei de Segurança Nacional, partiu para a Suécia. De Estocolmo foi para Paris, onde, a partir de 1975, continuou sua formação em cinema na Nouvelle Sorbonne. Seu primeiro curta, *Martinho da Vila* (Paris, 1977), capta a passagem do sambista carioca pela capital francesa. Em 1978, o cineasta foi para a África documentar o conflito entre eritreus e etíopes, um dos últimos capítulos da história de independência dos países africanos. Ali, em 1979, realizou *Por que Eritréia?*, filmado em plena guerrilha, testemunho da luta pela independência do país. No Brasil, realizou mais três filmes: *O rito de Ismael Ivo* (2003), retrato biográfico do bailarino negro, hoje diretor do Balé da Cidade, um dos seis grupos artísticos do Teatro Municipal de São Paulo; *O Moleque* (2005), ficção baseada num conto do escritor

negro Lima Barreto, e *Pacaembu terras alagadas* (2006), documentário sobre o bairro paulistano.

Como ativista do movimento antirracista, Ari Cândido criou e coordenou, de 1983 a 1986, as três edições do Projeto Zumbi – conjunto multilinguagem de atividades que se estendia por todo o mês de novembro, apresentando manifestações culturais oriundas das mais diversas localidades do Estado de São Paulo –, junto à Secretaria Estadual de Cultura. Ele também é um dos idealizadores do Dogma Feijoada, movimento cinematográfico cujo lançamento, no dia 23 de agosto de 2000, foi assim noticiado pelo *Jornal do Brasil*: “Não existe cinema negro no Brasil. Não há diretores, há poucos bons papéis para atores, não há longas. Desde a propalada retomada da produção nacional – iniciada em 1994 e que já contabilizou mais de 100 filmes – não há nenhum longa dirigido por um negro. [...] Por isso, e por nunca se reconhecerem plenamente nas telas, um grupo de cineastas reunidos no Festival de Curtas de São Paulo lança hoje o Dogma Feijoada, espécie de cartilha para a produção de filmes com temáticas negras.”<sup>28</sup>

Distrito com mais de 125 mil moradores negros, boa parte deles migrante de bairros tradicionais da própria Capital paulista, Cidade Tiradentes é um repositório do imaginário afro-paulistano. Dificilmente, portanto, um indivíduo como Ari Cândido Fernandes deixaria de ter amigos no território. E um deles é Oubi Inaê Kibuko, integrante do grupo Quilombhoje, mencionado no início deste texto. O conto *Não era uma vez*, a partir do qual o argumento de *Jardim Bebelêu* foi escrito, é de autoria de Cuti, um dos fundadores do mesmo coletivo de escritores.

Por tudo o que aqui foi exposto, pode-se depreender, da experiência dos ativistas de Cidade Tiradentes, que eles aproveitaram a existência de Tebas para agir local e pensar global, a fim de eliminar distâncias espaço-temporais e para reinventar o personagem, humanizando-o a partir da lenda e libertando-o dos grilhões do tempo cronológico.

---

<sup>28</sup> *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 33, nº 96, p. 06.



## 2010

---

Lançada a 2ª edição de *A mão afro-brasileira*, com o mesmo requinte gráfico e editorial de 1988, mas agora numa caixa com dois volumes. Embora seja uma edição revista e ampliada, o artigo **Thebas**, de Carlos Lemos, foi nela reproduzido sem alterações, o que nos leva a pensar que nada fora adicionado ao conhecimento sobre o nosso protagonista no intervalo de 22 anos que separa as duas edições.

Para os propósitos deste trabalho, entretanto, consideramos decisivos o depoimento de Geraldo Filme para a TV Cultura (1992) e a inserção da Semana Tebas de Ciência, Tecnologia e Educação entre as diretrizes da 1ª Conferência Municipal de Cultura de São Paulo (2004), bem como a realização das duas edições do evento, em 2005 e 2008. É difícil, se não impossível, mensurar o alcance de tais acontecimentos. O certo é que, com eles, Tebas tornou-se um pouco menos “esquecido na metrópole de concreto”.

## 2011

---

Carlos Gutierrez Cerqueira coloca no ar o blog *Resgate – história e arte*, a fim de divulgar não apenas as suas pesquisas sobre Tebas, mas o resultado das suas mais de três décadas de trabalho no IPHAN. A partir de então, ficou à disposição de qualquer pessoa interessada o artigo **Tebas: vida e atuação na S. Paulo colonial**, reproduzido integralmente no Capítulo 2 deste livro.

No artigo, reafirmam-se as considerações de Carlos Lemos (1988, 2010), segundo as quais Tebas era um pedreiro “resolvendo problemas que a taipa de terra socada não sabia solucionar. (...) Pedras vindas de longe. Talvez granitos da Serra do Mar, (...)”. Ficamos sabendo, porém – e esta é uma das mais importantes contribuições de Cerqueira –, que o proprietário de Tebas era o mestre pedreiro português Bento de Oliveira Lima, proveniente de Santos, “cidade litorânea onde há muito se edificava com pedras, ao contrário de todo o planalto paulista, onde o sistema construtivo era, até então, o da taipa de pilão: o barro como elemento primordial.”

Oliveira Lima, acrescenta Carlos Gutierrez Cerqueira, “aqui se deu muito bem – fez-se empresário bem sucedido, tendo além de Tebas, outros três Oficiais Pedreiros com os quais realizava as obras contratadas. Para se ter uma ideia do sucesso de seus empreendimentos e, ao mesmo tempo, de como Tebas lhe era importante para tal, basta verificar em seu inventário o que constou a respeito: ele sozinho – Tebas – avaliado em 400\$000 réis; enquanto os demais, só 100\$000 cada.”

Remunerado antecipadamente pela reforma da velha catedral – eis outra importante revelação do pesquisador do IPHAN –, Bento morreu em 1769, deixando incompleta a obra, que viria a ser concluída por Tebas, que era quem de fato vinha trabalhando em tal reforma. A alforria se deu entre 1777 e 1778, em ação judicial movida por Tebas contra a viúva de Bento, sob orientação do já citado Matheus Lourenço de Carvalho, arcebispo da Sé. Rigoroso na comprovação das suas afirmações, Cerqueira é também o primeiro pesquisador a enumerar a maior parte das realizações do negro arquiteto. Escreve ele:

*Na realidade, aonde Tebas mais trabalhou (as pesquisas mais recentes revelam) foi em obras mandadas realizar pelas Ordens e Corporações religiosas da cidade em suas respectivas igrejas e capelas. Em pelo menos quatro delas existem documentos comprovando a sua presença: além da Sé já mencionada, também na igreja do Mosteiro de São Bento (1766), na capela da Ordem Terceira do Seráfico São Francisco (1783) e, como logo veremos em detalhes, na capela da Ordem Terceira do Carmo.*

## 2012

---

O jornalista Wagner Ribeiro publica, entre as páginas 28 e 33 da edição nº 50 (abril/2012) da revista *Leituras da História*, a reportagem **Tebas – o escravo arquiteto do século 18** (note-se, a título de curiosidade, que, na capa da edição, a reportagem troca o ofício de arquiteto pelo de engenheiro). Já no primeiro parágrafo do seu texto, Ribeiro afirma, como fizera Nuto Sant’Anna em 1935, ter encontrado “documentos inéditos que comprovam a existência desse escravo arquiteto”. Um desses documentos é o texto *A Igreja Matriz da Vila de São Paulo e a Velha Sé*, “não publicado, mas disponível para pesquisa no arquivo da Cúria Metropolitana”, escrito



*O destaque desta imagem é a fachada da igreja do antigo Mosteiro de São Bento, trabalhada por Tebas em 1766 e em 1798*

pelo Monsenhor Sylvio de Moraes Mattos, segundo o qual (p. 60) “Tebas de fato construiu a torre da primeira Catedral da Sé”.

A revista torna públicos, pela primeira vez, os anos do nascimento (1721) e da morte (1811) de Joaquim Pinto de Oliveira, revelando, inclusive,

*A igreja de São  
Gonçalo, na Praça João  
Mendes, onde, segundo  
Leituras da História,  
Tebas foi velado e  
sepultado (foto de autor  
desconhecido)*



a causa da morte do arquiteto (gangrena) e o lugar onde foi velado e sepultado: a Igreja de São Gonçalo, que permanece bem conservada na Praça João Mendes, no centro de São Paulo. A reportagem também retoma a questão dos mitos criados pelas histórias repassadas oralmente pelo povo e por textos encontrados na internet e em livros, “com o acréscimo de elementos dramáticos, e que acabaram se tornando falsas verdades.” Informa, sobre a relação entre a torre da Sé, a alforria e o casamento, que “o já alforriado Joaquim Pinto de Oliveira se casou com Natária de Souza, em 10 de junho de 1762, sob o sacramento do padre Antônio de Toledo Lara, bem depois da construção da torre.”

A informação, porém, de que Tebas já estava alforriado em 1762, contrasta com aquela veiculada por Cerqueira no ano anterior. Como se poderá constatar no Capítulo 2, para o pesquisador do IPHAN a alforria teria ocorrido 15 ou 16 anos mais tarde. Cerqueira dirá: “(...) antes de 1772, quando os Terceiros do Carmo contratam Tebas para executar o ‘risco’ do novo frontispício da nova capela, o fizeram quando ele ainda era escravo de Antonia Maria Pinta, já viúva do Mestre Bento.” (p. 69)

2015

---

Promulgada pela Câmara Municipal de São Paulo a Lei 16.190 de 28 de abril, que inclui “no Calendário Oficial de eventos da Cidade de São Paulo a ‘Festa de Tebas’, a ser comemorada anualmente no dia 25 de janeiro”. Apesar do mérito de retomar, como fizera a 1ª Semana Tebas (2005), a relação entre Tebas e o aniversário da cidade proposta por Geraldo Filme em 1992, a referida lei nunca saiu do papel.

No dia 3 de novembro, um acontecimento de certa repercussão, protagonizado por um indivíduo negro que, assim como Tebas, escapara da escravidão graças ao talento e ao domínio do conhecimento, deu novo impulso ao processo de resgate que narramos aqui. Trata-se do reconhecimento, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do já citado Luiz Gama, que, vendido aos 10 anos de idade, em Salvador (BA), pelo próprio pai, foi trazido para São Paulo, alfabetizou-se aos 17 anos, provou que havia sido escravizado ilegalmente, tornou-se escritor respeitado e jornalista combativo, desempenhou papel político de destaque e marcou, de maneira indelével, como advogado provisionado<sup>29</sup>, a ciência jurídica brasileira em meio à campanha abolicionista.

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que Tebas está para o século XVIII assim como Luiz Gama está para o XIX. Ambos, porém, pelo significado de suas existências, transcendem a época em que viveram. A justa, ainda que tardia, acolhida de Luiz Gama pela OAB inspirou o historiador e ativista do Movimento Negro Ramatis Jacino (ver Capítulo 4) a sugerir semelhante reconhecimento para Tebas. A iniciativa teve resultado três anos depois.

No dia 12 de dezembro, ao realizar a palestra **O legado de Tebas nas ladeiras da memória de São Paulo**, durante a 1ª Jornada do Patrimônio (<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/1237>), apresentamos o Solar da Marquesa de Santos a Joaquim Pinto de Oliveira.<sup>30</sup> Ele, certamente, deve ter passado inúmeras vezes em frente

---

<sup>29</sup> Impedido, por ser um ex-escravizado, de se formar na Academia de Direito do Largo São Francisco, Luiz Gama teve de obter uma licença para atuar como rábula, ou advogado provisionado.

<sup>30</sup> A relação entre Tebas e o Solar da Marquesa de Santos foi de nossa parte involuntária,

ao prédio construído em meados do século XVIII, em taipa de pilão, no trecho da Rua do Carmo hoje chamado Roberto Simonsen, bem próximo ao convento cuja igreja sofreu as suas intervenções arquitetônicas. Não é impossível que tenha até mesmo entrado no edifício, que, no entanto, ainda não era o Solar da Marquesa, já que só veio a pertencer a Domitila de Castro Canto e Melo (1797-1867) em 1834, mais de duas décadas depois da morte do nosso protagonista. Apesar do título, conferido a ela pelo amante Dom Pedro I, a marquesa não teve qualquer ligação com a cidade natal de Tebas. De todo modo, o negro arquiteto passou a frequentar as jornadas do patrimônio, tendo os locais de suas obras visitados nos roteiros de memória das três edições seguintes do evento, de 2016 a 2018.

## 2016

---

O Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD), do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), publica em seu website a proposta didática *Visões de São Paulo colonial na trajetória de Thebas, o arquiteto (1721-1811)*.<sup>31</sup> Elaborada pelo estudante Daniel Sean Bosi Concagh, graduando em História, aluno da disciplina *Uma história de São Paulo: um desafio pedagógico*, ministrada na mesma universidade pela Profa. Dra. Antonia Calazans Terra, a proposta menciona o Solar da Marquesa de Santos, em mais uma “coincidência” da história, como exemplo do método construtivo da taipa de pilão, em voga na São Paulo do século XVIII. O LEMAD foi organizado em 2008, a partir do Programa de Formação de Professores da USP, para “incentivar, promover e difundir pesquisas e materiais educativos, na articulação entre universidade e instituições públicas de ensino.”<sup>32</sup>

No final do ano, o conteúdo do blog *Resgate: história e arte*, publicado desde 2011 por Carlos Gutierrez Cerqueira, passa a ser difundido, com o mesmo

---

uma vez que o local da palestra foi estabelecido pela organização da Jornada do Patrimônio, realizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

<sup>31</sup> <http://lemad.fflch.usp.br/node/5440>

<sup>32</sup> <http://lemad.fflch.usp.br/apresentacao-0>

título, também em forma de livro impresso. Financiado com recursos do próprio autor, com tiragem limitada (150 exemplares), o livro reúne 11 artigos sobre os resultados dos seus 35 anos de trabalho no IPHAN. Dois desses artigos são dedicados a Tebas. Além do já mencionado **Tebas: vida e atuação...**, há ainda o artigo **Thebas em Itu** – também disponível no referido blog –, sobre a recente descoberta dos registros encontrados por Cerqueira no Livro de Receita e Despesa do Convento franciscano de São Luiz, na Vila de Nossa Senhora da Candelária de Itu, que comprovam a presença de Joaquim Pinto de Oliveira naquela cidade, em 1795, como construtor do cruzeiro de pedra de nove metros de altura, ainda hoje presente no antigo Largo de São Francisco, atual Praça Dom Pedro I. Ao localizá-lo pela primeira vez trabalhando fora da cidade de São Paulo, a descoberta de Cerqueira amplia o conhecimento já existente sobre a vida e a obra de Tebas. Também “alimenta suposições interessantes dele ter estado presente em outras obras que se realizaram na mais próspera Vila da Capitania de São Paulo daqueles frutuoso anos finais do século XVIII.”<sup>33</sup>



*O Cruzeiro Franciscano de Itu, em foto de Elvís Justino*

<sup>33</sup> **Thebas em Itu**, in *Resgate: história e arte*, p. 104.

Para o autor, não surpreende a presença de Tebas nessa cidade. “Aliás, estranhávamos a literatura histórica não havê-la registrado antes, diante do volume de obras de arquitetura religiosa que se registrava em Itu na última quadra do XVIII, numa terra que em tudo favorecia o concurso de seu ofício que o fez notabilizar-se na cidade de São Paulo desde meados daquele século.”<sup>34</sup>

## 2017

---

Em janeiro foi implantada, junto à Secretaria de Cultura da Estância Turística de Itu, a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural, que, analisando os patrimônios ituanos, verificou a necessidade de urgente atenção ao Cruzeiro Franciscano. Localizado no Centro Histórico, que definiu por mais de três séculos os limites urbanos da cidade, o Cruzeiro é reconhecido como monumento de importância histórica para a memória do Estado, tombado em 2003 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), como elemento integrante do Conjunto Urbano Ituano Setecentista – único elemento, aliás, remanescente do conjunto arquitetônico formado pelo Convento Franciscano, pelo Cemitério, pela Igreja de São Luís Bispo de Tolosa, pela Igreja de São Francisco da Ordem Terceira e pelo Pátio Público (<http://mapas.cultura.gov.br/espaco/13964/>). Sob a gestão do museólogo Emerson Ribeiro Castilho desde a sua criação, a Diretoria de Patrimônio Histórico de Itu vem desenvolvendo pesquisas que, em breve, tornarão públicos novos e surpreendentes elementos sobre a passagem de Tebas pela cidade.

## 2018

---

No dia 21 de março dos 130 anos da abolição da escravatura no Brasil, o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP) insere Tebas no seu quadro associativo, reconhecendo-o oficialmente como arquiteto. A data foi escolhida sob os mesmos critérios utilizados pelos organizadores da Semana Tebas de 2008 em Cidade Tiradentes: a perturbadora lembrança do Massacre de Shaperville (1960). No SASP, três pesquisadores

---

<sup>34</sup> Idem, p. 102.



(Carlos Gutierrez Cerqueira, Ramatis Jacino e Wagner Ribeiro) e uma pesquisadora (Emma Young), além do presidente do Sindicato, Maurílio Ribeiro Chiaretti, e do autor do presente capítulo, debateram o legado de Tebas diante de 70 pessoas convidadas.

No dia 12 de abril, **Tebas: o negro arquiteto do século 18** foi o tema da Caminhada Noturna pelo Centro ([www.caminhadanoturna.com.br](http://www.caminhadanoturna.com.br)), atividade que há 13 anos explora a região central da cidade de São Paulo em duas horas (20 às 22), todas as quintas-feiras, com um tema diferente a cada semana. Cerca de 100 estudantes de turismo e história da arte acompanharam o roteiro naquela noite. A Caminhada é patrocinada pelo restaurante vegetariano Apfel, localizado na esquina das ruas Barão de Itapetininga e Dom José de Barros.

Em 23 de maio, é divulgado o resultado do Chamamento Público 001/2018 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP). O projeto de livro intitulado *Tebas: o negro arquiteto do século 18*, que tem como proponente o Instituto para o Desenho Avançado (IDEA), é classificado em 2º lugar entre nove propostas aprovadas e 13 apresentadas. Em meio às pesquisas e conversas para a produção do livro, optamos por mudar o título do projeto para *Tebas: um negro arquiteto na São Paulo escravocrata*, acompanhando algumas preocupações conceituais que estão no centro do debate público sobre o racismo brasileiro.

Em primeiro lugar, independentemente do título escolhido, rejeitamos o termo “mulato”, que aparece em várias passagens das narrativas sobre a população negra brasileira. Optamos pela palavra “negro”, categoria política que abarca os termos “preto” e “pardo” utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Depois, já no processo de reformulação do título do projeto, avaliamos que o artigo definido presente no primeiro título (o negro arquiteto) não fazia justiça aos demais negros arquitetos que, a exemplo de Tebas e Jesuíno Francisco de Paula Gusmão, devem ter atuado em São Paulo no século XVIII.

Por outro lado, era fundamental libertar Tebas da compartimentação estanque daquele século e daquele regime institucional, para ressaltar que esta cidade, assim como o país, não se desfez da mentalidade escravocrata em maio de 1888. Ao contrário. Formulações como “Tebas, o escravo” (1939 e 1974) e “Tebas: o escravo engenheiro”, ou “o escravo arquiteto”

(2012), mostram que, mesmo ao longo dos séculos XX e XXI, a identidade étnico-racial de Joaquim Pinto de Oliveira vem sendo associada a uma condição da qual ele se livrou já em 1778, aos 57 anos de idade, mais de um século antes da abolição da escravatura. Esse tipo de tratamento, evidentemente, não se limita aos exemplos citados. É amplamente utilizado tanto na fala cotidiana do senso comum, como em boa parte da produção acadêmica. Sabemos, no entanto, que as negras e os negros em diáspora compulsória por todo o planeta, a partir do século XVI, foram na verdade escravizados, circunstância que, embora de longa duração, podia ser superada, como de fato foi. Rejeitamos, em outras palavras, a ideia de que ser negro sob o regime escravista era condição suficiente para ser “escravo” e vice-versa.

A partir dessas observações, estivemos atentos também à estrutura sintática do título do projeto, já que não é aleatória a decisão de antepor a identidade étnico-racial à profissional. No já citado livro *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira* (1986), há uma contribuição paradigmática do escritor Marcio Barbosa:

*[...] A diferença é fundamental: a anterioridade da condição de escritor lhe determina um papel social diferente daquele que seria determinado pela anterioridade da condição de ser negro. A anterioridade de ser um escritor (que por acaso era negro) lhe dá uma especificidade que tem a ver com o papel social dos demais escritores. A anterioridade da condição de ser negro (por acaso escritor) lhe daria uma especificidade que teria a ver com o papel social dos demais negros. O fato de ser escritor lhe garante uma universalidade em que as demais coisas lhe aparecem como qualidades adicionais. O fato de ser negro lhe daria uma particularidade que o envolveria nas responsabilidades do seu presente político, na sua especificidade cultural enquanto oprimido. Esta diferença é, sobretudo, temporal e gerada por uma opção consciente. Uma opção que depende unicamente do escritor e seu direcionamento aos problemas do seu grupo social é que vai defini-la.<sup>35</sup>*

---

<sup>35</sup> Marcio Barbosa, autor do artigo **Questões sobre literatura negra** (pp. 50-56 do livro em referência), do qual extraímos esse trecho, é, ao lado de Esmeralda Ribeiro, remanescente da formação de 1986 do grupo Quilombhoje. Eles encarnam, juntos e ao mesmo tempo, o exemplo da anterioridade étnico-racial e de gênero na atividade literária.

As facetas existenciais do nosso protagonista podem ser discutidas a partir dessa formulação. O Joaquim Pinto de Oliveira que, em 1791, é mencionado nos papéis do Senado da Câmara como proprietário de dois negros escravizados de nome João e Joaquim, por ele dirigidos na construção do Chafariz da Misericórdia – artigo de Nuto Sant’Anna (1935) –, está sintonizado com o papel social dos demais arquitetos sob o regime escravista. A condição de arquiteto lhe garante uma universalidade em que o fato de ser negro lhe aparece como uma qualidade adicional.

Já o Tebas lendário, heroico, líder de negros e negros escravizados num sítio da baixada do Lavapés, idealizado pelo mesmo Nuto Sant’Anna em sua novela ficcional de 1939, pode ser caracterizado pela “anterioridade da condição de ser negro”, por acaso arquiteto, dotado de “uma particularidade que o envolveria nas responsabilidades do seu presente político, na sua especificidade cultural enquanto oprimido” pela escravidão. A reflexão de Marcio Barbosa, porém, não pressupõe maniqueísmo. Ainda que não tenha sido um quilombola, o Tebas real, pelo menos o que conhecemos a partir da documentação a que até o momento se teve acesso, questionou de maneira exemplar, como se verá na totalidade das abordagens a seguir, o regime escravista.

Seu legado, além disso, põe em questão também a mentalidade escravocrata, que transcende o regime institucional da escravidão para perpetuar o racismo e as desigualdades étnico-raciais no Brasil. Avaliamos que, no caso de Tebas, a especificidade universal do fato de ser negro lhe garantiu as condições necessárias para fazer da arquitetura um instrumento de transformação.

# CAPÍTULO 2

## TEBAS – VIDA E ATUAÇÃO NA SÃO PAULO COLONIAL

---

**Carlos Gutierrez Cerqueira**

*Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*

O mais afamado oficial de cantaria de pedra que atuou na cidade de São Paulo no período colonial foi o mulato então conhecido pelo codinome Tebas.

Artífices mulatos existiram inúmeros no Brasil Colonial: Minas, Rio, Bahia, Pernambuco, tiveram os seus mais lídimos representantes, razão porque ganharam merecidamente um destaque expressivo na literatura histórica brasileira. Esses mulatos deram muito o que falar e, alguns, deixaram vestígios materiais de suas passagens pela história. Na **música**, por exemplo, a quantidade de mulatos instrumentistas e cantores que atuavam também no teatro como atores foi muito grande nas cidades mineiras e baianas. Na **escultura**, o seu representante máximo foi como sabemos o genial Aleijadinho. E na **pintura**, o seu maior representante em São Paulo, o também mulato Padre Jesuíno do Monte Carmelo. A Arte foi, estou convencido disso, o meio de afirmação para inúmeros deles, virtuosos ou não.

Mas ainda resta muito por conhecer acerca deles; e para que isso se possa realizar é preciso também entender melhor o mundo em que viveram e as limitações que se lhes impunham a vida social de então, especialmente o viver sob o escravismo e a estratificação social do Antigo Regime – condicionantes estruturais das sociedades criadas no mundo colonial português – e, em meio a eles, os profissionais urbanos, tanto dos Ofícios mecânicos, como das Artes e, com eles as organizações corporativistas transladadas para aqui. Essas associações chegaram a ser vigorosas nas

idades nordestinas (Salvador, Recife, Olinda) e mineiras, especialmente no século XVIII.

Comparando com a nossa S. Paulo Colonial, quanta diferença! Mas também alguma semelhança. Aqui as corporações quase não se vêem; mas as percebemos através da atuação da Câmara. No jogo entre corporações e Câmara, esta submete claramente as primeiras. Os artesãos, contamos nos dedos; não são numerosos como nas cidades mineiras e nordestinas, e mesmo no Rio de Janeiro. S. Paulo tem ainda uma população muito pequena. Não são muitos os artesãos; ou são poucos os que conseguem se estabelecer como tais. Mas o costume parece ser o mesmo. Há artesãos brancos, como os há também pardos, como os documentos da época se referem aos mulatos. Negros, existem alguns de propriedade de artesãos, mas na maioria são apenas mão-de-obra para eles – auxiliam-nos executando trabalhos braçais apenas. Pois parece que ainda não lhes era dada a oportunidade de aprender os ofícios. Sou tentado a conjecturar neste sentido e dizer que foi na sociedade colonial brasileira que terá sido gestada uma barreira, à época nada sutil, a discriminar os negros dos mulatos, em proveito desses últimos, independentemente da condição, fossem eles (negros e mulatos) escravos ou não. A mestiçagem – fruto em grande medida do abuso sexual praticado pelo colono – ao mesmo tempo que revela também dissimula a realidade, conferindo-lhe outros contornos que, embora imperfeitos, acomodam melhor as coisas. De certo, a inconfessada paternidade branca, aliada à posição social que ocupassem seus genitores, terá possibilitado a muitos mulatos o acesso ao aprendizado dos Ofícios e das Artes, fazendo-os se distinguirem dos demais. Distinção que, ao se consolidar na estratificação social, acaba por criar uma camada social relativamente autônoma, acolhida aliás pela Igreja Católica que justifica e aprofunda essa separação entre pardos e negros, com seus respectivos santos e santas “protetores”.

Por outro lado, não conheço também em S. Paulo negros, escravos de terceiros, que tenham aprendido algum ofício com algum Mestre e atuado na cidade no século XVIII. (No século XIX sim, quando a cidade já começa a crescer, aumentar a população e a economia urbana vai se desenvolvendo, graças sobre tudo aos reflexos da lavoura do café que tornam a Capital a confluência natural dos negócios comerciais e financeiros a ela atrelados.) Alguns Mestres, desde o século XVII, se fazem presentes na Câmara, convocados para realizar exames a oficiais, reconhecer as

“cartas” de artesãos vindos de fora e a estabelecer preços para produtos e serviços dos Ofícios, entre outras atividades. Alguns documentos a eles se referem como Juízes de Ofício.

Também a relação que se observa entre Corporações de Ofício e Irmandades Religiosas naquelas cidades nordestinas e mineiras, à semelhança das congêneres metropolitanas, não se revela tão claramente por aqui. Ela é interessantíssima, pois a relação Trabalho Artesanal – Confraria parece-me constituir o fulcro da mentalidade de então; ao menos para essa “classe” intermediária, essa diminuta e importante parcela da sociedade colonial brasileira. “Classe” a que teve acesso uma ainda mais diminuta parcela de mulatos, virtuosos tanto nas Artes como nos Ofícios mecânicos. Aptidões, destrezas e inventividades individuais tornaram-nos famosos em vida e disputados pela elite branca que, reconhecendo suas competências e o valor de suas obras, os contratavam seja para proveito particular (na edificação de residências e ornamento delas) seja, o que era muito comum, em proveito coletivo, especialmente empregando-os na construção e ornamentação das igrejas das irmandades mais ricas e poderosas.

Em S. Paulo, a documentação até agora descoberta é pouca a esse respeito; mas, mesmo assim, uma vez ou outra, temos a felicidade de nos deparar com um, dois documentos que, ao menos, nos dão uma visão senão da atividade coletiva dos artesãos e artífices, ao menos algumas informações acerca das vicissitudes porque passaram e de obras realizadas por um ou outro desses profissionais que atuavam por aqui. E parece que os melhores deles, os mais exitosos, os poucos que alcançaram fama e prestígio, não eram naturais da ainda pequenina S. Paulo de Piratininga; vieram de fora.

É o caso de Tebas, que chega a meados do século XVIII.

Como veremos no discorrer do texto sobre Tebas que a seguir apresentamos, o seu primeiro Senhor era um Mestre Pedreiro que veio de Santos – cidade litorânea onde há muito se edificava com pedras, ao contrário de todo o planalto paulista, onde o sistema construtivo era, até então, o da taipa de pilão: o barro como elemento primordial. No entanto, chegou à cidade de S. Paulo numa época em que se reformavam algumas antigas igrejas ou se propunham a construir novas. E com um detalhe importante,

não propriamente transformador mas algo inovador: algumas delas, as mais ricas, vão fazer uso da pedra como elemento decorativo, unicamente aplicado nas fachadas. Assim, os frontispícios de algumas das igrejas mais importantes da Capital começaram a ser, cerca de 1760 em diante, feitos de pedra de cantaria. O cenário então produzido na cidade, no transcorrer da 2ª metade do século XVIII, virá a ser registrado somente cerca de 70, 80 anos depois, na primeira quadra do XIX, quando os principais edifícios da cidade serão descritos e retratados pelos viajantes estrangeiros que por aqui passaram: Saint-Hilaire, Debret e Thomas Ender.

Pois bem, este Mestre Pedreiro aqui se deu muito bem – fez-se empresário bem sucedido, tendo, além de Tebas, outros três Oficiais Pedreiros com os quais realizava as obras contratadas. Para se ter uma ideia do sucesso de seus empreendimentos e, ao mesmo tempo, de como Tebas lhe era importante para tal, basta verificar em seu inventário o que constou a respeito: ele sozinho – Tebas – avaliado em 400\$000 réis; enquanto os demais, só 100\$000 cada.

Essas informações e outras sobre a Vida e a Atuação de Tebas na S. Paulo Colonial só foram descobertas graças às pesquisas realizadas especialmente no acervo documental da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade de S. Paulo, com o propósito de instruir o processo de tombamento n° 1.176-T-85 junto ao Conselho Consultivo do IPHAN.

O texto abaixo é um excerto, com alguma adaptação, do estudo elaborado neste sentido que acompanhou o parecer propondo ao Conselho Consultivo do IPHAN o tombamento do acervo artístico da capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo de S. Paulo, em especial as pinturas de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, bem como indicando os parâmetros para o acautelamento parcial ou restrito da histórica capela de Santa Teresa construída no século XVIII alinhando-se às edificações da Ordem Primeira, compondo um partido arquitetônico de singular beleza, retratada entre outros por Thomas Ender, e cuja composição seria adotada pelas demais comunidades carmelitanas da Província de Santo Elias.

Foi no ano de 1759 que a Venerável Ordem Terceira do Carmo da Cidade de S. Paulo pretendeu construir um novo frontispício para a capela “nova” que acabara de edificar (e que substituía a “capela-funda” que tinha, desde o final do séc. XVII, no interior da igreja dos frades carmeli-

tas) reformulando o de taipa recém-construído (1746-1758), tendo o Prior Manoel de Jesus Pereira, para esse exclusivo fim, começado a coletar junto aos Irmãos as “promessas”, ou seja, listar as contribuições prometidas e por eles subscritas tanto em dinheiro como em material a ser utilizado na obra.

Um dos Irmãos, o Tenente Coronel Luiz José Sotto, responsável pela maior das promessas então feitas, escreveu:

*Pa. o fronte espício qe. Se pertende executar Com o risCo novo promete 100\$000.*

Outro Irmão, Luiz Pedrozo de Almeida, prometia “pa. A obra do frontispício hum milheiro de telhas” e a Irmã Maria Angela Eufrazia da Silva, parecendo desconfiar, condicionava o pagamento dos 12\$800 réis prometidos para o “fronteispício da noSsa Capella” para quando a obra fosse *efetivamente iniciada*.

Várias outras promessas são lançadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 1759. O projeto estava praticamente em vias de ser executado; porém sequer foi iniciado. O Prior da Ordem, Manoel de Jesus Pereira, lança ao fim da lista a informação de que, como as promessas “forão feita pa. a obra não teve efeito” ficavam também sem efeito as mencionadas promessas. Não encontramos nos documentos nada que explique o que teria levado a Ordem Terceira a não realizá-la naquele momento.

O que podemos supor é que tal decisão estivesse de alguma maneira condicionada às intenções dos frades carmelitas. Eles, sabemos, também planejavam realizar obras nos edifícios do convento, inclusive renovar o frontispício de sua igreja – das quais se tem notícia poucos anos depois (1766). Teriam então os Terceiros, de comum acordo com os Reverendos Religiosos, suspenso a obra, ou melhor seria dizer adiado a fatura do novo frontispício da capela em razão, primeiro, da subordinação que deviam aos Religiosos e, segundo, em função do “risco” que os frades viessem a adotar na fachada da igreja conventual, para daí então redefinir o projeto do frontispício da capela de modo a com aquele se harmonizar, buscando compor-se com o da igreja da Ordem Primeira. Ao menos é o que os documentos compulsados a seguir e a própria observação dos edifícios, sua composição arquitetônica, parecem indicar.



[...]

Seis anos apenas serão suficientes para a Ordem Terceira recompor suas finanças.

Em 1772 já estarão reiniciando as obras. Será então o momento de retomar o projeto anteriormente suspenso, de construir um novo frontispício para a capela. As obras da vizinha igreja dos frades de certo já haviam terminado, tendo sido utilizado, na fatura de seu frontispício e da torre, um elemento até então raramente utilizado em S. Paulo: a pedra.

### **A cantaria de pedra**

Não foi a igreja de Nossa Senhora do Carmo a única a fazer uso desse material naquele momento. A Sé Catedral também se utilizou, e talvez tenha sido a terceira a aplicá-lo (anteriormente a igreja de S. Bento já a havia se utilizado poucos anos antes, quando reformou a antiga abadia e, bem antes delas, ainda no início do séc. XVIII, os Padres da Companhia de Jesus, foram agraciados por generosas doações de duas Senhoras da elite paulistana para que fosse reformada a igreja do Colégio e levantada a sua torre toda em pedra ) quando da reforma de seu frontispício. Na ocasião, em 1767, foi o Mestre Pedreiro Bento de Oliveira Lima quem se encarregou da obra, nela trabalhando até o seu falecimento, em 1769. A obra de reforma da Sé viria a ser concluída somente anos depois por um seu escravo: o Oficial e posteriormente Mestre Pedreiro Joaquim Pinto de Oliveira, mais conhecido por seu apelido: **Tebas**.<sup>32</sup>

A presença desse tipo de profissional na cidade de S. Paulo ou nas demais vilas e povoações do planalto paulista, em épocas anteriores, é praticamente desconhecida. O sistema construtivo típico de serra acima era o da taipa de pilão. Não deixa, por isso mesmo, de ser interessante revermos a única descrição da cidade de S. Paulo feita em momento pouco anterior ao período que o arquiteto Luís Saia denominou de renovação estilística,

---

<sup>32</sup> Retornaremos a este artista, não só pelo interesse que representa para as obras de edificação do novo frontispício que os Terceiros carmelitanos irão construir em sua capela, como pelas revelações que a documentação sobre tal obra traz a respeito desse personagem da história colonial paulistana.

ocorrido especialmente nas igrejas na segunda metade do século XVIII. Por meio dela é possível reconstituir a imagem mais antiga da cidade, toda ela edificada em taipa de pilão. Essa descrição é encontrada em uma carta enviada por Morgado de Mateus ao Conde de Oeyras pouco depois de tomar posse no governo da Capitania de São Paulo em 1766:

*Está edificada a Cidade de São Paulo no meyo de huma grande Campina em sítio hum pouco elevado que a descobre toda em roda. ... todas as paredes dos edificios são de terra; os portaes e alizares de pão por ser muito rara a pedra, mas não deixa de ter Conventos e bons Templos, e altas Torres da mesma matéria com bastante segurança e duração; os mais sumptuosos e melhores são a Sé, este Colegio q' foy dos Jezuitas, especialmente o Seminario em que estou aquartelado, a Igreja do Carmo, e o seu Convento que se está reedificando, a de S. Bento, que não está acabada, e o de S. Francisco que He antigo, e o pertendem reformar; tem cazas grandes e de Sobrado; todas as mais são baixas com quintaes largos, que a fazem parecer de mayor extenção,<sup>33</sup>*

Poucos anos depois a cidade começaria a ganhar uma feição algo diferente. A própria presença de um representante do Governo Metropolitano revestia a cidade de uma renovada importância – sede da Capitania que, perdida desde 1748, acabara de recuperar. O Estado se faz presente: transforma o antigo Colégio dos Jesuítas em residência oficial dos Capitães Generais, bem como provê de recursos a Santa Casa de Misericórdia, encarregada de acolher os doentes e os mais necessitados dentre a população miúda:

*... mandei fazer quase que de todo novo a torre deste Colegio, todo o alpendre da portaria, todas as prisões e corpo da guarda deste governo e hospital dos soldados, e negros ... e uma varanda que era muito necessária para o desafogo dos corredores, que são muito abafadiços. (Carta de Morgado de Mateus datada de 21.07.1767)*

Mas aonde mais claramente se observam as mudanças – e é sempre bom lembrar o ritmo lento com que ocorrem em nosso passado colonial – são naqueles edificios que Morgado de Mateus chamou de “mais sumptuosos

---

<sup>33</sup> “Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo”. DAESP, São Paulo, 1962, vol. LXXII, pp 57-59.

e melhores da cidade”: as igrejas. A começar pelas duas Carmos. Ao que parece, tendo os Terceiros concluído a edificação de sua nova capela, sentiram-se os frades – provocados talvez pelo vulto da obra vizinha ou para melhor atender ao programa de vida religioso-associativa da comunidade carmelitana – obrigados a reconstruir no todo (“reedificando” é a palavra utilizada por Morgado) ou realizar grandes reformas em seu próprio templo. Terá sido nesse momento que resolvem adotar a solução “franciscana”, fazendo construir uma galilé na entrada da igreja, com três arcos em cantaria de pedra, e frontão clássico coroando o novo frontispício; e ainda avançam o lanço fronteiro do convento (de certo, aumentando o tamanho das celas), fazendo-o alinhar à igreja e à torre. Os beneditinos também estão efetuando obras em sua igreja e, talvez, já próximo de concluí-las.<sup>6</sup> Já os franciscanos pretendem reformar, informaram ao Morgado. E sabemos que as obras ocorrerão no decênio seguinte, consistindo em edificações e reformas vultosas que darão às igrejas das Ordens Primeira e Terceira de S. Francisco a configuração que até hoje conservam. E, finalmente, como já referimos, a Sé Catedral (com o auxílio de recursos metropolitanos) terá reformulado seu frontispício pelas mãos de Mestre Bento de Oliveira Lima e de seu escravo Joaquim Pinto de Oliveira.<sup>34</sup>

Todas essas igrejas e capelas paulistanas, reedificadas ou reformadas nesse período tiveram em comum o fato de terem então aplicado a pedra de cantaria na fatura de seus frontispícios. Mais não ousaram. Embora algumas se tenham empreendido obras de grande vulto, reconstruindo quase que inteiramente seus edifícios (inclusive torres e alas conventuais), no que respeita ao uso da pedra, limitou-se sua aplicação tão somente às fachadas. Foi um momento em que se “renovou” amplamente o que havia de mais antigo e, certamente, de muito próprio da (singela?) arquitetura religiosa entre nós produzida no período anterior – edificada toda em taipa de pilão que era o sistema caracteristicamente paulista de construir. Dos edifícios religiosos construídos no século XVII, o único que conseguiu passar quase que incólume por esse “movimento de renovação estilística” que atingiu a cidade, foi a capela jesuítica da aldeia de São

---

34 JOHNSON, Dom Martinho – *O Livro de Tombo do Mosteiro de São Paulo da Cidade de São Paulo*. LXXII. Coleção da Revista de História. São Paulo. 1977. pp 199/200. Nota da Gravura 7 (p 39). 7 SAILA, Luís – **A Arquitetura em São Paulo**. In *São Paulo Terra e Povo*. Org. Ernani Silva Bruno. Ed. Globo. Porto Alegre. 1967. pp 229 e segs.

Miguel. Igrejas ainda mais singelas, de irmandades mais humildes, se não efetuaram reformas nesse momento, sofrerão mais tarde, já no século XIX. E o interessante é que, quando as realizam, na maioria das vezes ficaram limitadas às fachadas.

Internamente, essas igrejas renovarão quase que inteiramente suas ornamentações, tanto em seus equipamentos de altares e imagens como em suas pinturas – razão porque talvez caiba lamentar a perda do que havia de mais antigo entre nós nesses setores da Arte Religiosa.

Porém, essa nova conjuntura que vivia S. Paulo veio, por outro lado, permitir o comparecimento de algumas figuras que se notabilizaram pelo que vieram a realizar em seus respectivos ofícios. No caso da Capela da Ordem Terceira do Carmo, veremos a presença dos três artistas mais consagrados entre nós daquele período: dois mulatos – Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas, e Padre Jesuíno do Monte Carmelo – e um branco – José Patrício da Silva Manso.

Já no que respeita à arquitetura civil, a despeito do crescimento natural da cidade (num sentido meramente indicativo bastaria acompanhar o aumento da população residente registrada nos censos, efetuados a partir de 1765), continua apegada e permanecerá ainda por muito tempo apegada ao tradicional sistema construtivo da taipa de pilão. Mesmo assim alguma alteração se vai verificar a partir de então: a cidade que, por volta de 1772 conta apenas com seis casas de sobrado, terá no começo do século XIX um número bem maior desse tipo de morada – indicação de que, afora a função administrativa, a cidade já começava a desempenhar o papel de centro de comercialização dos produtos regionais, atraindo negociantes e fazendeiros para o convívio urbano da Capital onde manda edificar suas “residências senhoriais” representativas aliás do vigor das atividades agrícolas que começavam a se desenvolver em território paulista, devidas sobretudo à cultura da cana-de-açúcar. Uma descrição do início do século XIX parece confirmar esse fato:

*A cidade de São Paulo ... As casas, construídas de taipa muito sólida, são todas brancas e cobertas de telhas côncavas; nenhuma delas apresenta grandeza e magnificência, mas há um grande número que além do andar térreo tem um segundo andar e fazem-se notar por um aspecto de alegria e limpeza. (Saint-Hilaire. A Viagem a Província de São*

*Paulo, p 357)*

Ainda em meados do século XIX, verifica-se a permanência desse tradicional sistema de construir. Em primeiro de janeiro de 1850, quando a cidade sofreu uma de suas piores enchentes que resultou a ruína total de alguns habitantes, comprometendo também a fortuna de outros, encaminhou o Engenheiro C. Wyzenski, que visitava a Capital paulista, uma carta a Câmara Municipal na qual se constatava que o “methodo de construção geralmente seguido em S. Paulo consiste em taipas, tanto para as casas de moradia, como para os muros de cercados”.<sup>35</sup>

\*\*\*

Interessa-nos, todavia, agora, examinar mais detidamente o que ocorre nas igrejas (ou em parte delas; nas mais importantes) desse período. E o que parece caracterizá-las é, primeiro, terem optado, nas reconstruções ou reformas que efetuaram na segunda metade do século XVIII, por edifícios maiores – templos destinados tanto à prática religiosa, ao culto, como para o enterramento dos devotos – atendendo assim as necessidades de ampliação do espaço sagrado, necessário a tais funções. E, em segundo lugar, repetimos, a deliberada intenção de valorizar as suas fachadas que, para tanto, lançam mão de materiais e técnicas construtivas que permitissem maior elaboração plástica, procurando porém, ao mesmo tempo, compatibilizá-los com o tradicional sistema da taipa de pilão, que se negam ou não podem ainda abandonar.

O tijolo, embora pouco utilizado na cidade, já era conhecido, fabricado nas proximidades em olaria que o Mosteiro de S. Bento possuía na região de S. Caetano e S. Bernardo. A pedra também existia na região, porém como denunciavam vários documentos, em pouca quantidade. A existência desses materiais, mesmo que em quantidades reduzidas mas possíveis de serem fabricados e extraídos, permite que os edifícios mais suntuosos, as mais importantes igrejas da cidade, procurem se liberar, digamos assim,

---

<sup>35</sup> Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz – Papéis Avulsos. Capital. Afóra as vantagens que esse sistema oferecia – economia de despesas e facilidade de construção –, em sua opinião as construções em taipa tinham porém o “defeito” de serem assentas sobre terreno natural, sem base, nem alicerces, pelo que sua solidez não pode senão ser muito imperfeita. Recomendava então que, sobre tudo nas áreas baixas da cidade, nos terrenos alagadiços, fossem os edifícios construídos sobre alicerces de pedra.

das limitações que a taipa impunha a quem desejasse executar alguma ornamentação mais elaborada.

Quanto à mão-de-obra. É importante mencionar que localizamos na cidade de S. Paulo em 1765, isto é, no momento em que algumas dessas igrejas iniciam suas obras, apenas três Pedreiros: Antonio do Rozario (preto forro, casado, 45 anos de idade, com renda de 100 mil réis anuais); Estevão da Silva (branco, casado, 54 anos, renda não mencionada) e o Bento de Oliveira Lima (branco, casado, 56 anos e com renda de 500 mil réis). Esse Bento era Senhor de quatro escravos Oficiais de Pedreiro e, entre eles, o pardo Tebas.<sup>36</sup> Ao que parece, o Mestre Bento de Oliveira era o mais próspero desses profissionais, pois conseguira reunir bons Oficiais, com os quais arisca empreitar obras de certo vulto, como a da Sé que contratou, em 1767, pelo valor de 4 mil Cruzados.

Parece-nos, todavia, importante sublinhar que o momento em que essas obras estão sendo executadas nas igrejas paulistanas corresponde a um período de reativação da vida econômica da Capitania de São Paulo. Antes mesmo de se dar a restauração político-administrativa (1764), S. Paulo já vinha mantendo com as regiões mineradoras constante atividade comercial, num período em que as lavras ainda não haviam dado sinais de decadência. O problema de que mais se ressentia era o do expurgo migratório, decorrente da atração exercida pelas atividades extrativas. Porém, os paulistas haviam descoberto na 3ª década do século XVIII um outro filão bastante promissor, com a conquista e abertura do Caminho para os Campos do Viamão, no extremo Sul da Colônia, aonde iam em busca de animais mueres para suprir as necessidades de transporte da região mineradora. Era uma nova atividade comercial que surgia – o Tropeirismo que viria se consolidar já no início da segunda metade do dezoito com a política de defesa e povoamento de toda regional meridional, implementada por Morgado de Mateus. Afora isso, é bom lembrar que foi a partir desse mesmo governante que em São Paulo são estimuladas as atividades agrícolas, de onde resulta o desenvolvimento da agroindústria

---

<sup>36</sup> Anteriormente, em 1744, verificou-se a presença na cidade de S. Paulo de um tal de Cipriano Funtão, Mestre Pedreiro, responsável pelo primeiro chafariz construído na cidade, feito em cantaria de pedra, com canos de bronze, duas bicas e duas pias. Obra de qualidade! Contratado pelos frades Franciscanos para construí-lo próximo ao córrego do Anhangabaú, o teriam trazido da Vila de Santos, onde era estabelecido.

do açúcar em território paulista, inserindo a Capitania pela primeira vez nos quadros da Economia Colonial, e em razão da qual desponta no último quartel do século, a cidade de Itu como uma das mais prósperas do planalto paulista. Da mesma forma, no litoral, Santos se beneficia de sua função portuária, dando os primeiros passos a caminho de sua importância futura. A cidade de S. Paulo, por seu turno, que era o entroncamento natural das vias de comunicação existentes (sejam aquelas que conduziam às cidades mais próximas do interior ou do litoral, sejam aquelas abertas em direção às regiões mineradoras ou a caminho de São Pedro do Rio Grande do Sul), beneficia-se mais amplamente dessa gama de atividades e relações de interesses que para ela confluem e, como centro de decisão política, administra.

Portanto, as igrejas de S. Paulo e de outras cidades da Capitania – então absorvidas em reconstruções ou reformas e na renovação de suas ornamentações internas – não deixavam de sintomaticamente expressar esse momento de reativação da vida econômica regional e de reconquista de sua autonomia política.

De fato, e para ficar apenas no exemplo da Ordem Terceira do Carmo de S. Paulo, as vultosas somas que despendeu na nova capela – que, como vimos, construída entre 1747 e 1758, será a obra retomada 14 anos depois (1772) para dar início à construção de um novo frontispício, porque o anterior, por ter sido construído pelo tradicional sistema da taipa, não permitia as soluções plásticas que os Irmãos Terceiros, a exemplo dos Frades Carmelitas, queriam dotá-lo; assim como na ornamentação interna (iniciada em 1759, logo após a conclusão do templo, tanto com obras de entalhe como de pintura, que se estenderão até os anos iniciais do século XIX, reformulando-as por mais duas vezes, até encontrarem um artista que irá realizar o trabalho definitivo: o Padre Jesuíno do Monte Carmelo); e ainda a preocupação de dotá-la de ricas alfaias e de aparelhá-la com o que de melhor havia para a celebração dos ofícios religiosos (até um órgão irão importar de Lisboa, em 1793, o que aliás permitirá a Ordem Terceira contratar André da Silva Gomes, Mestre-de-Capela da Sé Catedral trazido de Lisboa em 1774 pelo 3º Bispo de S. Paulo) – todas essas despesas só foram possíveis graças às “contribuições” dos Irmãos, em meio aos quais figuravam pessoas de famílias tradicionais e ricas de São Paulo, comerciantes e autoridades, além é claro, das rendas geradas pelo próprio patrimônio da Ordem. O que acontece na capela da Ordem Terceira

do Carmo nesse período, ocorre também em outras, especialmente nas capelas de irmandades ricas e concorrentes, como a dos Terceiros franciscanos: todas se esforçam em provê-las de tudo quanto pudesse torná-las ainda mais ricas, expressivas e cultas.

### **Joaquim Pinto de Oliveira, Tebas**

Para tanto, a Venerável Ordem Terceira do Carmo irá buscar sempre o que de melhor há na cidade. É assim que, para a fatura do novo frontispício da capela irá recorrer ao Oficial então mais indicado para executar o “risco” proposto (infelizmente não nos foi possível descobrir o autor do projeto), cujos trabalhos já executados sob as ordens e orientação de seu falecido Senhor e Mestre Bento de Oliveira Lima dera-lhe a experiência e o renome para contratar obras de sua especialidade. Mas, o que há de se estranhar, é que ainda na condição de escravo da viúva do Mestre Bento o mulato Joaquim Pinto de Oliveira será contratado pela Ordem Terceira – cujo contrato, somente agora localizado, além de responder à questão a que muitos historiadores e cronistas perseguiam sem sucesso – a de quem teria sido o seu primeiro proprietário –, acabou também dando pistas para se conhecer melhor outros aspectos e momentos significativos de sua vida e atuação na S. Paulo Colonial.

Porém, antes de lermos os termos desse contrato firmado entre a Ordem Terceira e Tebas (pois, como veremos, é ele quem se responsabiliza pela execução dos serviços e subscreve o documento), vejamos o que se sabia a respeito desta figura que, no entender de Nuto Santana,

*alcançou o raro privilégio de entrar na história pela porta redoirada da lenda,*

lenda que, felizmente, graças à documentação conservada pelos Irmãos carmelitas, se desvenda agora, consubstanciando-se na história verdadeira de um dos artífices mulatos que mais interesse despertou pelas obras que realizou nos monumentos religiosos paulistanos.

Escreveu aquele historiador, em 1935, um artigo onde procurou reunir as informações sobre a vida e os trabalhos executados por Tebas até então coletadas por seus colegas, cronistas e historiadores. Porém, para seu des-



consolo, verifica que eram citadas, repetidamente, apenas algumas obras: a torre da Catedral de São Paulo, a torre do Recolhimento de Santa Teresa e o chafariz da Misericórdia.

Nada, portanto, que justificasse a afirmação de Affonso A. de Freitas (Tradições e Reminiscências Paulistas) de que, depois da construção da torre da Sé, não houve mais obra em S. Paulo que deixasse de ser pelo Thebas executada.

Confirma Nuto Sant’Anna o exagero. Na qualidade de Diretor do Arquivo Municipal, busca novos dados, porém encontra Tebas somente num único serviço: arrematando o conserto da fonte de São Francisco pela quantia de 25 mil réis, nas Atas da Câmara de S. Paulo, de 24.01.1770.

Em obras públicas da cidade, além do chafariz da Misericórdia que construiu a mando do Governo da Capitania, não localiza outros serviços além do citado que tenha participado.

Na realidade, aonde Tebas mais trabalhou (as pesquisas mais recentes revelam) foram em obras mandadas realizar pelas Ordens e Corporações religiosas da cidade em suas respectivas igrejas e capelas. Em pelo menos quatro delas existem documentos comprovando a sua presença: além da Sé já mencionada, também na igreja do Mosteiro de São Bento (1766)<sup>37</sup>, na capela da Ordem Terceira do Seráfico São Francisco (1783) e, como logo veremos em detalhes, na capela da Ordem Terceira do Carmo.

Com exceção da igreja franciscana, a maior parte dessas obras foi por ele executada na condição de escravo – pois que, após a morte de Bento de Oliveira (1769), ficaria ainda por alguns anos sujeito às ordens da viúva, Dona Antonia Maria Pinto<sup>38</sup>, embora com sua Senhora, passasse a desfrutar de uma relativa autonomia, como adiante veremos. Em todas essas igrejas, sua participação deu-se especialmente na fatura de seus frontispícios, com trabalhos em cantaria de pedra, onde pode mostrar suas habili-

---

<sup>37</sup> JOHNSON, Dom Martinho – op. cit. pp 199/200. Diz ainda o A. em nota sobre a Gravura 16. “A pedra fundamental da nova fachada da Igreja de São Bento, lançada em 1766, foi trabalhada pelo Mestre Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas”, citando *Livro de Gastos da Mordomia do Mosteiro*. Ver também Foto da pedra lavrada por Tebas.

<sup>38</sup> Alguns documentos trazem o sobrenome Pinta.

dades e de onde proveio a fama e o apelido de Tebas: “homem que tudo faz com acerto e perfeição”.

Mas indagava Nuto Sant’Anna se Tebas teria sido mesmo escravo; ou melhor – de quem teria sido escravo? A única informação que se conhecia a respeito – devida a José Jacyntho Ribeiro (Cronologia Paulista) – era a de que pertencera a um cônego, pelo qual fora deixado livre, em testamento ... com a condição de concluir a obra da referida Sé Catedral. Veremos adiante a veracidade, mesmo que parcial, de tal assertiva. Mas quem era esse tal cônego?

Considerando que os escravos quase nunca tinham sobrenome, estranhava que ninguém houvesse ainda localizado seu Senhor que, segundo um costume da época, deveria ter concedido ao escravo dedicado o uso de seu sobrenome. Buscavam então um cônego de sobrenome Pinto de Oliveira. Não o encontraram jamais!

Porém, a suposição da adoção do sobrenome de seu Senhor, como propunha Nuto Santana, poderia ser por nós abraçada, já que hoje conhecemos (graças sobre tudo a documentos encontrados no acervo da Ordem 3<sup>a</sup> do Carmo) quais foram os primeiros proprietários de Joaquim Pinto de Oliveira. Assim, Tebas poderia ter adotado o sobrenome de seus verdadeiros Senhores: o casal Bento de **Oliveira** Lima e Antonia Maria **Pinto** (ou Pinta). Ou seja, uma composição de seus sobrenomes – Pinto de Oliveira. Seria uma explicação plausível e atraente, embora equivocada. Sobrenomes, até o século passado – os estudos genealógicos aí estão a comprovar – eram uma questão, muitas vezes, de difícil elucidação.

Processo localizado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, formado em 1762 quando Tebas casa-se pela segunda vez (enviuvara de Escolástica da Conceição), contém documentos que esclarecem, ao menos em parte, a origem de seu sobrenome: Joaquim Pinto de Oliveira declara em sua petição ser

*filho de Clara Pinta e de pai enconito.*

Em outro documento do processo de dispensa matrimonial, o Vigário da Sé dá o nome completo de sua mãe: Clara Pinta de Araújo. Tinha, pois, a sua mãe o mesmo sobrenome de sua Senhora, Antonia Maria Pinta,

embora isso não autorize a estabelecer nenhuma relação de parentesco.

Embora escravo de Bento de Oliveira Lima, nada o impede de casar-se, agora com a parda forra Natária de Souza que, como ele, era filha de Pay incógnito e de Guiomar da Silva. Sua segunda esposa declara-se natural do Rio de Janeiro, nascida na freguezia de Sam João do Jaborahy.

A documentação eclesiástica informa ainda que o mulato Joaquim provinha também da região litorânea: era natural da Vila de Santos – dado aliás importante na medida em que, por ser região onde se construía em pedra e cal (e, acrescente-se, sempre mais sujeita ao gosto e às influências artísticas oriundas da Metrópole), permite compreender a razão porque Tebas viria obter tanto sucesso em S. Paulo, cidade onde até então imperava a tradicional taipa de pilão. Em Santos teria aprendido e desenvolvido suas habilidades na cantaria de pedra.

Cerca de treze anos depois, o mulato Joaquim irá pertencer a um outro Senhor, um cônego que irá libertá-lo, para o que fará uso do costume de vender ao próprio escravo sua alforria.

Como isso aconteceu?

Voltemos ao ano de 1769. Mestre Bento de Oliveira Lima, quando morreu aos 59 anos de idade, desfrutava de uma condição bastante razoável para os padrões vigentes à época em S. Paulo. Seu patrimônio consistia em uma pequena casa, de lanço e meio de taipa de pilão, localizada no largo do Colégio; num sítio no bairro do Caaguaçú, onde tinha 40 cabeças de gado e algumas plantações, e outros bens que totalizavam, juntamente com os dez escravos que possuía, 1:572\$880 réis. Dentre os escravos, um era Oficial de Sapateiro e outros quatro Oficiais de Pedreiro, figurando aí o mulato Joaquim, com idade de 36 anos pouco mais ou menos que foi avaliado em 400 mil réis – quantia aliás muito superior aos demais Oficiais Pedreiros, porquanto os outros três, juntos alcançavam apenas 319 mil réis. O valor indicado pelos avaliadores ao escravo Joaquim, no inventário que então se fez<sup>39</sup> dá a medida da importância que

---

<sup>39</sup> DAESP – Ordem 668: Inventários Não Publicados do 1º Ofício da Capital. Processo nº 14.307. Ano de 1769: Inventário dos bens do defunto Bento de Oliveira Lima; Inventariante a viúva Antonia Maria Pinta.

teria Tebas na execução dos trabalhos contratados por Mestre Bento de Oliveira Lima. Dispunha este, portanto, de Capital e mão-de-obra qualificada suficientes para empresariar qualquer obra de construção na cidade assim como de algumas propriedades que podia recorrer para “afiançar” as obras que arrematava.

O imprevisto de sua morte, porém, ocorre em meio à realização de uma obra importante: *o Frontespício da Sé desta Cide*. sem que a obra estivesse inteiramente concluída, embora já devidamente paga: *quatro mil cruzados*.

A situação criada com a execução do processo de inventário de Bento de Oliveira Lima obrigaria a viúva a dispor de boa parte de seus bens para o pagamento das dívidas havidas por seu falecido marido. Dona Antonia Maria ainda tenta contornar a situação e, para isso, conta sobretudo com seu escravo Tebas, com quem consegue ajustar alguns importantes trabalhos. Porém, as dívidas deixadas por seu marido deviam ser muitas e a situação torna-se cada dia mais difícil. Vê-se então constrangida à condição de devedora a várias pessoas, entrando os *Seos Credores a demandarem ... a fazer lhe executar nos bens q' ficarão, fazendo-os Rematar em Prassa*.

Entre os bens passíveis de serem executados, havia *um Sítio no Bayrro de Cahaguaçu na paragem chamada Taquapimiduwa com Casas de paredes de MAM Cubertas de telha Com seos arvoredos* que estava avaliado em 200 mil réis, contendo nele mais quarenta Cabeças de gado entre grandes e pequenos, avaliados todos em 51 mil e 200 réis.

Quem logo se interessou por este sítio foi um cônego da Sé Catedral: o Reverendo Lourenço Claudio Moreira. O seu intuito, porém, não se limitava a uma simples aquisição do bem, como se pode ver da leitura do requerimento que apresentou ao juiz encarregado de proceder ao inventário:

*Diz o Rmo. Cônego Lourço Claudio Moreira, q' pr este Juízo se procedeo o inventario nos bens q' ficarão pr falecinto de Bento de Oliveira Lyma entre os quaes bens há hum sítio com todas as terras a elle pertenesentes na paragem chamada caaguaSsú, e pr q' são bens, q' pr este mesmo Juízo Se hão de rematax, e o Supe quer Lançar nelle com espera de tempo athé o Complemento da obra da Sé pr q' então Se liquidarão todos os bens do do defto. ... ficando o mesmo Sítio, e bens obrigados a*

*sullução do pagamto. ... (grifo nosso)*

De modo requeria:

*...a V. Me. seja servido admitir ao Supe. Lançar no dº Sítio; e bem  
Com o tempo de espera acima declarado...*

Determinado pois em dois anos o Tempo Serto e necessário à conclusão da obra do frontispício da Sé, ao término do qual comprometia-se o Cônego Lourenço Claudio Moreira a realizar o definitivo pagamento do sítio por ele arrematado, o Juiz consulta a viúva Antonia Maria Pinta, em vista dos interesses dela e dos órfãos, se aceitava a proposta.

Pode-se imaginar a sua situação. A obra da principal igreja da cidade parada. Um cônego apresenta uma proposta que certamente contava com a simpatia da maioria dos devotos, ansiosos por ver a nova Catedral em funcionamento. Ela, que sempre dependera de seu marido, agora se vê sozinha. Tinha apenas Tebas, de quem todos (ela própria, a Igreja por intermédio do cônego e o povo todo) esperavam a solução do problema. Dona Antonia Maria resolve aceitar, dizendo-se, por intermédio de seu procurador,

*...satisfeita Com a venda do Sítio também Dos meus Filhos orphãos  
por não poder Lá ter quem Lá esteja e atendendo a ruína q' poderá  
ter daqui.*

Com o aceite da viúva, obtém o cônego autorização para Lançar com a espera de dois annos, o que fará em 2 de julho daquele mesmo anno de 1769, arrematando o Sítio Com 40 Cabeças de gado pela quantia de 300 mil réis.

O que significava, porém, esse acerto? Significava que Antonia Maria Pinta assumia, sem ainda nada receber, o compromisso de dar andamento aos trabalhos do frontispício da Sé, parados desde a morte de Bento de Oliveira Lima – obra aliás já devidamente paga. Para tanto, contaria a viúva com o seu escravo, o Oficial de Pedreiro Joaquim Pinto de Oliveira, que era quem vinha efetivamente executando o trabalho. Somente depois de concluído – no prazo estipulado – é que Dona Antonia Maria Pinta receberia os 300 mil réis, valor da arrematação do sítio.

O prazo de dois anos, todavia, parece não ter sido suficiente para a conclusão do frontispício. Isso ocorreu certamente porque nada recebia Antonia Maria por manter Tebas trabalhando apenas na Sé (visto que a obra já estava paga), procurando empregá-lo também em outros serviços que lhe trouxessem algum rendimento. (Lembremos: o sítio, o gado... já não lhe pertenciam mais. Não tinha de onde tirar para o sustento seu e dos órfãos) O atraso da obra, no entanto, só lhe traria maiores dissabores, acabando por prejudicá-la em definitivo. Sem condições de responder por todas as dívidas deixadas pelo marido, chegará o dia em que terá também de dispor de seu mais valioso bem: o mulato Joaquim Pinto de Oliveira.

### **Tebas tem um novo Senhor**

Em meio ao processo de liquidação das dívidas do finado Mestre Pedreiro, levados à leilão os bens por ele deixados à viúva, surgiu então outro importante membro da Igreja da Sé: o Arcediago Matheus Lourenço de Carvalho, *Revmo Cabido da Sé desta Cide que o Rematou*.

Passou assim o mulato pedreiro Joaquim Pinto de Oliveira a pertencer a um novo Senhor, o qual certamente o adquiriu (somos levados a supor com muita convicção) não propriamente com a intenção de se beneficiar das habilidades desse já consagrado artífice, mas tendo em vista especialmente assegurar à Igreja da Sé, da mesma forma como anteriormente pretendia o seu colega o cônego Cláudio Moreira, a conclusão de tão importante obra, cujos recursos enviados pela Corte já haviam sido comprometidos e entregues embora sem que houvesse alcançado o fim determinado.

Desse modo, depois de decorridos oito anos da morte do Mestre Bento de Oliveira Lima, e estando já o Arcediago Matheus Lourenço de Carvalho na posse legal desse valioso escravo-oficial, veremos esse importante membro do Bispado de S. Paulo conceder ...

*Licença a Joaqm Pto de OLivra meu escravo pa poder estar em Juízo nos Auditorios desta Cide e poder fazer procurador pa Se defender de hua Cauza qe lhe move Anta Ma Pinto de aSignação de dès dias a hua obrigam qe veoLentante aSignou...*

Que causa seria esta movida por sua ex-Senhora? A que obrigação quise-  
ra, uma vez mais, comprometê-lo?

Aproveita, todavia, o arcediago para reverter a ação, fazendo seu escravo  
cobrar por serviços que para ela havia executado indevidamente. Assim  
prossegue no mesmo documento:

*...e tão bem pa poder demandar a mesma pelo q' lhe deve de Seus  
Jornaes de noventa dias que [ ilegível ] da da e de Seu marido Bto de  
oLivra Lima trabalhou na Sé desta Cide noventa dias e depois q' por  
mim foi Rematado em prassa.*

Fazia o agora seu escravo cobrar por serviços há algum tempo realizados  
no frontispício da Sé, porém executados quando já havia deixado de per-  
tencer à viúva do Mestre Bento.

Assim orientado por seu novo Senhor, fará Joaquim Pinto de Oliveira seu  
procurador a Caetano José Costa que dá entrada em Juízo com o seguinte  
libelo:

*Porque sendo vivo Bto de oLivra Lima q foy do A. em Sua vida ajustou  
o Frontespissio da Sé desta Cide por quatro mil Cruzados, em Cuj  
obra trabalhou o Autor q' hera o que Cuidava no Seu adiantamo e ten-  
do Sse trabalhado nella mais de dois annos falesseu da vida prezte e de  
Repente o do Bto de oLivra Snr do Autor ficando a obra por concluir  
e fCando já pago o dito defunto de todo o produto em que ajustou, e  
antes devendo de mais SeSSenta mil reis.*

E a seguir fundamenta a ação:

*Porque o A para concluir Se aqla dita obra do Frontespissio da dita Sé  
foi elle A puxado pelo dito Illmo e Reverendissimo Cabidopa nella tra-  
balhar por conta da da R que estava obrigada Como mer do do Bto de  
oLivra a fazella acabar (- confirmase portanto que a arrematação do  
sítio do Caaguaçu pelo seu colega cônego Lourenço Claudio foi apenas  
um instrumento por eles arquitetado para lograr um tal resultado -) e  
por conta disso trabalhou o A noventa dias a Seis Centos e quarenta  
Seu jornal que tanto Custuma e He Licito Levar por dia, comportou*

*todo aquella (tempo) que tralhou em Sincoenta e Sete mil e Seis Centos Reis, e tanto haver de pagar a R a outro gal quer official q' lhe fosse concluir a da obra e como qe o A trabalhou os dos dias já não hera Seu Captivo está obrigada a da Satisfação*

e, desse modo, pede ao Juiz seja a Ré

*condenada a Satisfazer ao A os ditos 57\$600 rs jornal de 90 dias a Reção de duas patacas por dia pois já não hera Seu Captivo nem tinha a obrigação de a Ser vir como Seu escravo ...*

Que propósito teria o arcediago para instruir seu escravo a cobrar encargos a ele devidos por sua antiga Senhora, além de pressioná-la a desistir da ação contra o agora seu escravo?

Em meio à argumentação utilizada pelo advogado para incriminar sua ex-Senhora, acaba fazendo uma interessante revelação acerca das intenções do arcediago Matheus que o havia arrematado:

*Com Licença do mesmo anda tratando para Se Libertar pelo Seu offo de Pedr<sup>o</sup> o q' ainda não tem concluído.<sup>40</sup>*

De certo, a importância que agora cobrava, em Juízo, de sua ex-Senhora pelo trabalho de conclusão do frontispício da Sé – os referidos 57\$600 réis – serviria para abater do valor (era de 400\$000 réis a avaliação do seu valor no inventário de Bento de Oliveira Lima) que seu novo Senhor, o arcediago Matheus Lourenço de Carvalho, havia pago para tê-lo trabalhando na mesma obra – que era o que realmente tinha importado a esse reverendíssimo Senhor. Os jornaes reclamados a Antonia Maria, “reconhecia” o arcediago, pertenciam a Tebas – quem de fato trabalhou – e não a ele, seu Senhor, que, aliás, autorizara seu escravo a deduzir outras mais quantias (provenientes provavelmente de outros jornaes que recebia pelo seu ofício de Pedreiro) da importância que havia pago em Juízo quando da sua arrematação em praça – provavelmente os mesmos 400 mil réis porque fora avaliado. Assim, o mulato Joaquim Pinto de Oliveira estaria já muito próximo de conquistar a sua alforria.

<sup>40</sup> DAESP – Ordem 3590: Autos Cíveis da Capital: documento 2679. Autor: Joaqm Pto de Oliv.<sup>a</sup>. Réu: Ant<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Pinto – processo iniciado em 20.agosto.1777.



Parece que esta foi alcançada em algum momento entre 1777 e 1778. É o que se verifica nas palavras de Antonia Maria Pinta, quando se queixava ao Juiz de, *por ser húa pobre viúva desemparedada, não haver letrado que a quisesse defender da Cauza de Libelo que lhe movia Joahim de oLivra, pardo forro.*

Tebas, portanto, desde então era livre!

Porém, antes de 1772, quando os Terceiros do Carmo contratam Tebas para executar o “risco” do novo frontispício da nova capela, o fizeram quando ele ainda era escravo de Antonia Maria Pinta, já viúva do Mestre Bento. O que já lhe garantia uma condição algo diferente.

Desde a morte de seu antigo Senhor e Mestre, Joaquim Pinto de Oliveira passara a gozar de alguma autonomia. Talvez porque Antonia Maria, ao contrário de seu escravo, não soubesse escrever uma letra sequer; ou, mais ainda, por não ter noção alguma dos misteres do ofício de seu habilidoso mulato cativo, e dele dependesse por completo no ajuste dos serviços que o empregava. Seja como for, embora a ela sujeito como seu escravo, quando a Ordem Terceira do Carmo resolve contratá-lo para a fatura dos arcos do frontispício da Capela de Santa Teresa, este não apenas dita as condições para a realização da obra, chamando à si o comando e a responsabilidade da execução de todo o trabalho, como também ajusta com a Ordem o valor da obra – duzentos e cinqüenta mil réis – impondo ainda que esta referida

*quantia Eu mesmo hei de Receber feita a obra e Logo me darão Cincoenta mil Reis em principio a Conta dos ditos duzentos e Cincoenta mil Reis.*

Outra coisa curiosa que lemos no contrato que firmou com os Terceiros Carmelitanos é com relação às garantias que oferece para a execução dos serviços ou:

*obra que ajustey... a qual me obrigo por minha pessoa e bens e a dita Senhora a fazer...*

Há que se perguntar: seria apenas fórmula contratual que o escrivão simplesmente repetia ou teria mesmo Tebas bens que podia dar como ga-

rantia?

Não resta, pois, dúvida de que, embora ainda cativo, com a viúva de Bento de Oliveira passou Tebas a gozar de uma situação algo diferente, favorável sobre tudo ao exercício de sua profissão. Assim, o vemos contratando obras, dando garantias e, mais ainda, ele próprio recebendo os pagamentos combinados. É claro que tudo fazia com licença de sua Senhora que nem seu próprio nome sabia escrever. Nessas condições, é possível imaginar a ascendência que passou a ter Joaquim Pinto de Oliveira, após o falecimento do Mestre Bento, sobre a sua Senhora. Anos depois terá maior liberdade ainda, quando seu novo Senhor, o Arcediago Matheus Lourenço de Carvalho, concluído em definitivo o frontispício da Sé Catedral – razão porque o arrematara em praça – resolve dar cumprimento à promessa a ela feita (lembramos do que sugeria Jacyntho Ribeiro na *Cronologia Paulista*), motivada talvez por razão de gratidão – afinal a portada da igreja ficara tão bonita, talvez sua melhor obra executada em S. Paulo –, por ato de consciência ou quem sabe por assim terem “deliberado”, desde o início, os cônegos da Sé; seja como for, será concedido a Tebas “licença” para trabalhar pelo seu ofício de Pedreiro, com vistas ao pagamento de sua liberdade.

A autonomia desfrutada por Tebas, embora nos possa parecer contraditória – relativamente ao que geralmente se entende da relação Senhor/Escravo -, tanto com Antonia Maria Pinta como depois, com o arcediago Matheus Lourenço de Carvalho, e ainda se considerarmos a enorme diferença que havia entre (uma, analfabeta e completamente dependente dos seus serviços; o outro, muito culto e figura das mais importantes da hierarquia eclesiástica do Bispado de São Paulo), é preciso lembrar que em outras regiões brasileiras dessa época, era muito comum se encontrar escravos habilitados em ofícios artesanais (carpinteiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, cabeleireiros, etc.) e de cujo trabalho viviam seus proprietários, da renda gerada pelos cativos-artesãos, muitos dos quais eram eles próprios Mestres artesãos que, com tal objetivo, ensinavam os ofícios a seus escravos.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> GORENDER, Jacob – *O Escravismo Colonial*. 2ª Ed. São Paulo. Ática. 1978. Especialmente a Quinta Parte: **Formas Peculiares da Escravidão**. Cap. XXII: **Escravidão Urbana**, pp 451-467. Assinale-se que Mestre Bento de Oliveira Lima vinha adotando esse mesmo procedimento com Tebas e outros dois escravos seus. Sua esposa, quando enviuvou, passou a utilizá-lo dea mesma maneira, porém não teve como mantê-lo por muito tempo para si. Com o Cônego Matheus Lourenço de Carvalho é que a situação torna-se favorável a Tebas.

Joaquim Pinto de Oliveira seria apenas mais um exemplo dessa prática não fosse o fato de ser um bom artífice, de reconhecidos méritos é verdade, cuja habilidade artística talvez não possa ser equiparada a de outros artífices de outras regiões da Colônia em sua época; devendo a sua notoriedade ser atribuída mais à escassez de artesãos de sua especialidade numa cidade como S. Paulo onde, até então, se construía em barro pilado, e na qual teve a ventura de viver um momento particular de sua história.

O que há de mais interessante no caso de Tebas é o fato de podermos, com a documentação pesquisada, conhecer um pouco mais de sua vida, transfigurá-la de lenda em história real, tomar ciência dos interesses em que esteve enredado e das obras que realizou – de modo especial as obras que efetuou na capela de Santa Teresa dos Terceiros do Carmo de S. Paulo – ao contrário de outros tantos escravos-artesãos cujos trabalhos se perderam no anonimato.

### **O novo frontispício da Capela de Santa Teresa**

Os termos do contrato que celebrou com a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade de S. Paulo, lavrado aos vinte dias do mês de novembro de 1772, descreve bem os serviços a serem por ele executados e que compreendiam, inicialmente apenas parte da obra do frontispício.

*Termo... Com o Pedreiro Joaquim Pinto de oLiveira Com facultade de Sua Senhora Antonia Maria Pinta para fazer o frontespicio da Capella Terceira athe adonde o mesmo papel declara que tudo he o seguinte Digo eu Joaquim Pinto de oLiveira que com Licença de minha Senhora Antonia Maria Pinta que esta prezente e na prezença das testemunhas baixo aSignadas ajustey Com Andre Alves da Silva Como Procurador actual da venerável ordem terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo desta Cidade em nome do Senhor irmão Prior e Meza, e dito da a ordem ajustou Comigo e Eu com o dito Procurador fazer dentro do tempo de oito mezes que principiarão a Correr de hoje em diante a obra seguinte no Fronteexpicio da Capella da mesma venerável ordem*

*terceira fabricarey e farey de pedra de cantaria Com toda a perfeição e Segurança quatro pez paSa os ditos três arcos Serão de Largura de quatro palmos e mais Se for percizo, e de altura d quinze ou dezasseis palmos ou de altura perciza athe o Capitel donde há de naCer outro Cujo Capital Sera de pedra, também Com toda a perfeiSão estando tudo o que Se vê no Risco que tenho prezente Respectivel aos ditos quatro pés direitos dos ditos três arcos na forma dito Risco Cuja obra ser a Sim della os ditos Capitaes donde na de nacer os arcos e alicerSse o fará a dita ordem a Sua custa porem eu hei de aprovar o fixo delle como do Como que há de Ser feito demarcando e Riscando e aprovando a segurança e fixo do dito alicerSse athe o por Capaz delle eu aSentar ou Se hiramos principio da obra que ajustey aSima declarada a qual me obrigo por minha pessoa e bens e a dita minha Senhora a fazer dentro dos ditos oito mezes a refferida obra por preço de dozentos e cincoenta mil Reis Cuja quantia Eu mesmo hei de Receber feita a obra e Logo me darão Cincoenta mil Reis em principio a Conta dos ditos duzentos e Cincoenta mil Reis e na dita obra porei todo o necessário excepto a Cal . . [seguem duas linhas sem possibilidade de leitura] aSinou a dita minha Senhora que por não saber lex, nem escrever aSinou Com hua Cruz que He o Seo Sinal Costumado de que uza Eu me aSeney com o meu Sinal Costumado Sam Paulo dezaSeis de Novembro de mil e Cetecentos e Setenta e dois annos.<sup>42</sup>*

Assim, Tebas encarregar-se-á da obra do frontispício, cuidando mais especificamente da fatura dos três arcos, nos quais haveriam de ter os ditos capitéis, tal como os arcos da fachada da igreja vizinha dos frades carmelitas. (Teriam, estes últimos, sido obra também sua?)

Porém, mesmo ajustada para ser iniciada a partir daquela data, tal não ocorreu. De pronto a Ordem encomendou ao Frei Joaquim Santa Ana, Abade do Mosteiro de S. Bento, de uma olaria que possuíam nas imediações da *cidade doze milheiros de tejollo que Se lhe Comprarão para o fronteespicio da noSsa Capella que Se quer fazer.*<sup>43</sup>

Somente em setembro do ano seguinte (1773) contratam o pescador Manoel Calisto de Souza para, de uma pedreira (não é mencionada a sua lo-

<sup>42</sup> *Livro de Termos da VOT do Carmo da Cidade de São Paulo (1772-1819)*, vol. 4, fls 20-21.

<sup>43</sup> *Livro de Receita e Despesa da VOT do Carmo da Cidade de S. Paulo (1772-1810)*, vol. 4, fls 20-21.

calização), tirar, conduzir e por no porto da Cidade Sem Carros de pedra de alvenaria pedras duras e alguas ao menos a metade que poção menear (termo que indica a faculdade de serem maneáveis, flexíveis, de mais fácil entalhe) assim como *a condução de Sento e oitenta e Cinco alqueires de cal pa o frontespicio a duzentos Reis cada alqueire, vindos de Santos.*

Dava-se início às obras. Primeiramente era preciso recompor o alinhamento com os vizinhos edificios carmelitas, desfeito anos antes com as reformas e ampliações realizadas pelos frades. Avançam as paredes laterais da capela até o ponto onde irá nascer o novo frontispício. Usam para isso ainda o sistema tradicional de construir:

*Pello que dispendeo o dito procurador (da Ordem Terceira) de Jornal Com os negros que Socaram as taipas do frontespicio athe o dia honze de outubro do corrente anno 11\$800*

*Pello que dispendeo o dito procurador Com o Mestre aprumador dos taipaes com catorze dias a ... quarenta por dia ... e mais de Jornais aos negros*

O espaço assim conquistado permitirá aos Terceiros copiar a solução da galilé já adotada pela vizinha igreja da Ordem Primeira do Carmo.

Tebas parece ter efetivamente começado a trabalhar em fins de 1773, quando o procurador da Ordem efetua um primeiro pagamento:

*...despendeo com o Mestre pedreiro que faz o frontespicio Joaquim Pinto de oLiveira a Conta do que Se lhe deve do mesmo frontespicio e arcos que ajustou de fazer, a quantia de 94\$800 réis*

Acerta também a fatura de um outro elemento não previsto no contrato: *o Cunhal que ajustou de por no Canto da Capella – 12\$800 rs.*

Entre 1774 e 1775 verifica-se o lançamento de diversas despesas relacionadas à construção da galilé e do frontispício: *por hua dúzia de aSoalho e duas Carradas de paos pa tripas das paredes do frontespicio três mil e duzentos Reis; com cete dúzias e meã de paos Roliços ... três dúzias de Ripas ... vinte e duas taBoas de aSoalho ... oito Caibros ... trinta e oito vigas ... hua Carga de Sipo e quatro dúzias de pão Roliço ... tudo para a obra do frontespicio da Capella e tudo emportou a qta de*

23\$600 reis.

Talvez por considerarem lento o ritmo das obras, ou por razão de uma ação que a seguir examinaremos, a Ordem Terceira contrata em 1774 um feitor, Antonio Nunes Correa, encarregando-o da condução dos serviços gerais da obra e da fiscalização dos trabalhadores nela empregados.<sup>44</sup> Qual a atitude de Tebas diante de tal iniciativa da Ordem (?), não sabemos. Acontecimentos posteriores indicam porém certa reação de Joaquim Pinto de Oliveira à forma de condução dos serviços pela Ordem.

Em outubro deste mesmo ano verifica-se o registro de duas despesas específicas da construção dos arcos:

*Pello que despendero ... de Jornaes de negros que trabalharão no frontespício entrando os do Carpinteiro do simpLes (espécie de forma) do arco e outro pagamento, este atrasado*

*Com o Mestre Pedreiro Joaquim Pinto Tebas de Resto que Se lhe devia da obra de Cantaria pez dos Arcos ... 153\$540*

Ainda para o frontispício, no ano seguinte, foi preciso providenciar mais pedras:

*Com o Pedreiro que esta fazendo as obras do frontespício entrando o Jornal do ajudante Marcelino, e os dezasseis mil Reis da Condução da pedra que foy tirar na pedreira e polla na obra e tudo emporta 80\$960 réis.*

Ao mesmo tempo que se ia levantando o frontispício, providenciava-se as Madeiras, ferro e aSoalhos, Batentes e vigas, Comieiras Combotas, e Ripas, páos para o andaimes e gendastes, além de mais dois milheiros de telha e trez mil e sento e Cincoenta tijolos.

Para esta parte da obra – acima dos arcos –, era outro Pedreiro o encarregado, como a seguir veremos.

Os arcos, Tebas os prontificaria ainda no ano de 1775, a Ordem tendo dispendido com o Mestre Pedreiro que fes os arcos quatro mil reis de resto. Assim, a

---

<sup>44</sup> *Livro Diversos da VOT do Carmo da Cidade de S. Paulo*, vol. 69 (1761-1775), fl 37.

parte da obra para a qual Joaquim Pinto de Oliveira havia sido contratado praticamente estava finalizada.

O mesmo não se podia dizer do restante da obra para a qual a Ordem Terceira havia encarregado outro mestre, o Pedreiro Antonio Francisco de Lemos. Infelizmente não encontramos o contrato com ele ajustado. Esse Lemos, como outros profissionais do mesmo ramo, parecia também carregar a sina daqueles fadados ao fracasso no exercício da profissão, pois os trabalhos que lhe cabiam executar, foram inteiramente desaprovados em vistoria feita em 1776, conforme se lê no termo seguinte:

*Aos Cete dias do mez de ... mil e Cete sentos e Setenta e Seis ... foi chamado o Mestre da obra dita Antonio Francisco de Lemos para a vista delle examinaSe na Sua prezença pelo Sargento Mor Antonio Joze [ ... ?] Se o dito Mestre tinha [ ... ] do Risco da dita obra conforme prometeo na Sua obrigação e Sendo vista a dita obra ammiudamente Com o Risco na mão e lida a obrigação do dito Mestre achou o dito Sargento Mor que a obra tinha muitos erroz Cujos Reconhece o dito Mestre...*

Neste mesmo termo de vistoria vê-se que o Mestre Lemos desiste de reparar a obra feita, pois sendoSse lhe perguntado o mesmo Mestre Se Se atrevia a emmendar os erroz que tinha Cometido na dita obra Respondeo que não Se atrevia.<sup>45</sup>

Tal resposta era mesmo a que a Ordem Terceira desejava ouvir do infeliz mestre, interessada que estava em ajustar a mesma obra Com outro official. Isso porque, antes mesmo de convocá-lo para a vistoria em que reconheceria os erros cometidos, os Irmãos já haviam, em maio daquele ano, decidido pela demolição do que estava feito e também ajuizado sobre as alterações ou emendas que se lhe havião de por, de acordo com o risco, das quais só pudemos ter conhecimento de algumas, porém suficientes para verificar os propósitos de, com o novo frontispício, obter como resultado uma composição plástica harmoniosa com as edificações dos Religiosos carmelitanos:

*Primeiramente que Se há de mudar a Simalha de Sima do Arco mudando se a corresponder Com a da torre dos Rellegiozos e que a Simalha*

---

<sup>45</sup> Livro de Termos da VOT do Carmo da Cidade de S. Paulo, vol. 4 (1772-1810), fl 11.

*Real que esta aSima das Janellas que há de de ser hum palmoz mais abaixo ou aquela medida que for percizo. Determinarão mais que as quatro piramides que hão de ficar Servin[do] as mesmas fazendo se lhe o aCreSsimo de hum pedestal pella parte debaixo Com aquella algura que [seguem-se quatro linhas ilegíveis no sopé da página, infelizmente arruinada pela ação dos xilófagos] Determinarão mais que todo quanto Se acha feito no Remate da Simalha para Sima que se há de demolir para Se executar conforme o Risco – esta última emenda diz respeito já à área correspondente ao frontão de coroamento do frontispício.<sup>46</sup>*

Quem será o encarregado de desfazer o que o incompetente Mestre Lemos havia feito e reformá-lo de acordo com as determinações dos Irmãos Terceiros, não será outro senão o mesmo Joaquim Pinto de Oliveira – o Tebas – que, como observamos na documentação da Ordem, vem sendo referido pela designação Mestre desde 1773 – e que, nessa etapa (1776) já havia concluído devidamente os arcos do mesmo frontispício.

Desta vez, porém, para fazer as tais correções – que, como se percebe claramente, implicavam na reconstituição completa do frontão, faturando de acordo com o Risco, Tebas será contratado *por dia de jornal*. Mesmo assim, lavrou-se um documento, no qual Joaquim Pinto de Oliveira comprometia-se *a não ajustar outra obra ou aliás trabalhar em outra obra Sem primeiro aCabar a noSa Conforme o Risco que Se lhe entregou exigindo* porém Tebas em contrapartida da Ordem Terceira *a não ademitir outro Pedreiro no Lugar de Mestre.*<sup>20</sup>

Tebas, desse modo, cerca de um ano após ter executado os arcos de entrada da capela, é novamente contratado, tornando-se assim o artífice de quase toda a obra do frontispício – embora agora cuidasse de consertar ou emendar os erros cometidos por seu infeliz antecessor e da fatura do frontão determinado no *Térmo de Obrigação*.

Caberia, talvez, perguntar se Tebas, por essa altura (agosto de 1776), já não teria sido arrematado em praça pelo Arcediago Matheus Lourenço de Carvalho. Parece que sim, pois em 1775 Tebas já não aparece no Mapa de População da cidade na Travessa para o Colégio, fogo 156, aonde morava Antonia Maria Pinta, então com 42 anos de idade, com os filhos João (11 anos), Antonio (8), Mariana (17), Maria (16) e Francisco

---

<sup>46</sup> Idem, fls 10/10v.



(18), este último ausente. Joaquim Pinto de Oliveira, na *Lista de todo Povo desta Cidade*, de 31 de dezembro de 1777, mora no fogo 493 somente com sua família, com idade de 50 anos, junto a Natária de Souza sua mulher e de Natária Liberia, de 9 anos, sua filha.

Desde 1775, Mestre Tebas já se desvencilhara de Antonia Maria Pinta; passara às mãos do Cônego Matheus Lourenço de Carvalho, com o compromisso de concluir as obras da Sé. Devem ter sido anos de muito trabalho para Tebas, e de muita aflição também. Os Irmãos Terceiros do Carmo a exigir que não trabalhasse em outra obra Sem primeiro a Cabar a noSa, e o Cônego da Sé adquirindo-o de modo a assegurar a conclusão das obras da principal igreja da cidade.

Porém, num momento anterior, em abril de 1774, quando ainda Tebas não havia concluído os arcos da fachada da capela de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo, esta dera entrada no *Juízo Ordinário da Cidade* a uma ação contra *Antonia Maria Pta. e seo eScravo Joaqm Pinto de oLiveira*.

Traz esse Auto Cível<sup>47</sup> um dado novo. Nele estão citados a Senhora e seu escravo e pede-se o comparecimento de ambos, em especial de Tebas *oficial de pedreiro para verem outros officiaes do mesmo officio de pedreiro na obra do fronte espício da mesma ordem terceyra por terem faltado a obrigação*. Todavia, o processo não contém mais do que essa inicial notificação entre as partes. E, visto Tebas ter permanecido na obra – concluído os arcos no ano seguinte (1775) e novamente contratado em 1776, em substituição ao Mestre Lemos – é de se supor que essa ação tenha logo terminado em acordo.

Na realidade, o interesse que o documento desperta é outro. Afora Tebas aqui não ser chamado de Mestre – como ocorria nos livros da Ordem Terceira do Carmo – e, pela dificuldade de leitura não se possa saber ao certo em que teria ele faltado a obrigação, o problema só poderia ser referente à execução ou fatura dos arcos. Não um simple detalhe, mas uma questão controversa, técnica, diríamos hoje. Séria, todavia, a ponto de exigir conhecimento e, por isso, devendo ser submetida à apreciação de outros *officiaes do mesmo officio* de pedreiro. Infelizmente, como disse, o processo não está completo; contém, apenas, essa notificação. Seria talvez a

---

<sup>47</sup> DAESP – *Autos Cíveis*. Ordem 3357, N<sup>o</sup> 2265.

oportunidade de conhecer um pouco mais acerca desses oficiais-artesãos. Nesse caso específico, de como terão resolvido a questão que envolvia não somente um colega de profissão, mas que, embora escravo, já tinha mais notoriedade do que os outros que seriam convocados. Afinal, era Tebas o pedreiro contratado para faturar os arcos e não outro oficial ou mestre da Corporação dos Pedreiros. Aliás, há que se perguntar: existiria uma tal corporação na cidade de S. Paulo? E se de fato existia, terá ela influído de alguma maneira no destino de Joaquim Pinto de Oliveira? Nada encontramos a respeito. No processo que Tebas moveu depois, em 1777, contra a sua ex-Senhora, Dona Antonia Maria Pinta, foram suas testemunhas dois artesãos, porém tanto Antonio Joze Pereyra como Bras Afonso Esteves (este *homem pardo forro* e que também figura no Auto como seu fiador) viviam ambos do ofício de Alfaiate. Nenhum oficial de pedreiro comparece no processo que o ajudaria a livrar-se da condição de escravo.

Desse modo, se alguma corporação ajudou efetivamente a definir a sua sorte, essa sem dúvida foi a dos Cônegos – o Cabido, onde se congregavam os cônegos da Sé – e onde o Cônego Lourenço Claudio e sobretudo o Arcediogo Matheus Lourenço de Carvalho ajudavam a decidir o que mais convinha à Catedral e ao Bispado de São Paulo.

Tebas, anos mais tarde, já forro, será convocado para exercer o mesmo papel que agora faziam seus colegas de ofício. E terá também escravos: João e Joaquim, ambos negros. Tebas, de cativo tornara-se senhor. A sociedade escravocrata tinha lá a sua lógica e as relações escravistas se reproduziam até por suas próprias e antigas vítimas. Teria Tebas outra alternativa? A idade avançando; resolve gozar a vida! Continuará sendo chamado de Mestre até aos 80 anos, quando chegará a exercer inclusive a função de Juiz do Ofício de Pedreiro, examinando e passando certidão a novos Oficiais de *perdero tanto de obar de pedar como de Alvenaria*.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Documento transcrito em Nuto Sant'Anna – artigo da Revista do Arquivo Histórico, citado anteriormente.

# CAPÍTULO 3

## TEBAS E O CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA: ÁGUA E VIDA URBANA NA SÃO PAULO DO SÉCULO XIX

---

**Emma Young**

*Doutoranda em História do Meio Ambiente na América Latina pela Universidade de Nova York*

Em 1791, o fidalgo e administrador colonial Bernardo José de Lorena, então governador de São Paulo, solicitou a ajuda do astrônomo do rei, Bento Sanches Dorta, na análise da qualidade das águas do Rio Anhangabaú, destinadas a abastecer uma das primeiras fontes de água da cidade, o Chafariz da Misericórdia. Em sua correspondência à Câmara Municipal de São Paulo, Lorena e Dorta demonstraram um profundo senso de responsabilidade diante a tarefa. Como Lorena escreveu, “O Xafariz que está principiado a construir-se nesta cidade seria prejudicial se a água, que se intenta fazer vir a elle, não fosse isenta das péssimas qualidades de que muitas se achão impregnadas.”<sup>49</sup> Por isso, ele convocou Dorta, homem celebrado nas ciências meteorológicas, do então distante Rio de Janeiro. O relatório de Dorta ao Senado da Câmara, parte do que se acredita ser o mais antigo registro meteorológico de longa data na América do Sul durante o período colonial, descreve as dificuldades de análise no cenário paulista, aparentemente sem muitos dos químicos e fórmulas necessárias.<sup>50</sup> “A Natureza,” escreveu Dorta, “tem confundido de tal modo as diferentes substancias, espalhadas no interior da terra, por onde as aguas passam; que he difficultozissimo separar humas das outras, com toda a exactidão, que pode desejar-se.”<sup>51</sup> Em 12 de julho de 1791,

---

<sup>49</sup> Nuto Sant’Anna, **Fontes e Chafarizes de São Paulo**, Revista D.A.E. 61, 1966: 19.

<sup>50</sup> A. M. M. Farrona, R. M. Trigo, M. C. Gallego and J. M. Vaquero, *The Meteorological Observations of Bento Sanches Dorta, Rio de Janeiro, Brazil: 1781–1788*, Climatic Change 115, no. 3/4 (Dec. 2012): 579-595.

<sup>51</sup> Sant’Anna, *Fontes e Chafarizes de São Paulo*, 19-20.

às quatro e meia da tarde, Dorta observou que a água dessa fonte tinha o “igual calor de ar ambiente, 68 grãos” no termômetro Fahrenheit, uma observação que “he necessario repetilla em diferentes horas do dia” para garantir a precisão, caso a cidade aproveite os recursos do Anhangabaú. Quanto ao seu sabor, Dorta o descreveu como “muito pouco amargo,” mas com um tom metálico. Quando testada com um pó químico, a água rapidamente se tornou “roxa, quase negro,” revelando que estava saturada de ferro. Em última análise, porém, mesmo se a água estivesse altamente “impregnada de ferro,” e “não seja dotada das três qualidades requeridas para a constituição da mais perfeita água: sem côr, sem gosto, nem cheiro, etc.” com um sistema simples de filtragem, a água poderia ser facilmente potável “sem receio de molestia alguma.” E assim o governador ordenou a construção do Chafariz da Misericórdia.

Por que, ao contrário de figuras como Dorta ou Lorena, a parte de Tebas nessa história foi relegada ao mito, à lenda? O artista plástico Emanuel Araújo argumenta que a criação de mitos tem sido uma característica regular na memória da vida afro-brasileira. Reclamar a história afro-brasileira, diz ele, requer necessariamente o desmantelamento da lenda e a reconstrução de vidas plenas, de uma história plenamente vivida. E pergunta: “Mas por que lendas, como se se tratasse apenas de histórias, se esses personagens e muitos outros foram mesmo figuras verdadeiras, de pessoas que viveram, amaram, sofreram e cujas vidas deixaram marcas na memória de seu tempo?”<sup>52</sup> Ao reconstruir o Chafariz da Misericórdia, podemos reivindicar o trabalho intelectual e físico do arquiteto Tebas, dos aguadeiros de São Paulo colonial? Podemos imaginar uma esfera pública alternativa, que valorize a produção criativa de um arquiteto escravizado e a vida social das pessoas que se reúnem em torno dele? Ao reconstruir o mundo social de Tebas, traçamos neste livro as narrativas de sua vida que coletivamente o tornaram um mito, em vez de uma figura histórica. Neste texto, argumento que o mito em torno da vida de Tebas revela e reforça a co-construção de processos socioculturais e ambientais que desvalorizam a vida negra há muito tempo em São Paulo.

Parte do seu status mítico deriva de considerável confusão na historiogra-

---

<sup>52</sup> Emanuel Araújo, **Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão**, in *Estudos Avançados* 18, no. 50 (2004): 242-250.

fia. Vários relatos descrevem Tebas como negro,<sup>53</sup> mulato,<sup>54</sup> escravizado,<sup>55</sup> “dito a ter sido escravizado,”<sup>56</sup> um jornaleiro que ganhou sua liberdade construindo a Torre da Sé, e até mesmo “o principal construtor do século XVIII.”<sup>57</sup> Outros enfatizam o grau de autonomia com que Tebas trabalhou, assinando contratos e eventualmente obtendo sua alforria.<sup>58</sup> Uma história do bairro da Sé, publica pela Prefeitura de São Paulo na década de 1970, inclui um breve capítulo que pergunta se Tebas de fato existia.<sup>59</sup> Um historiador afirma que ele morreu enquanto a construção da Sé estava em andamento, outros enfatizam que ele acabou vivendo como um homem livre.<sup>60</sup> Embora o Chafariz da Misericórdia tenha sido posteriormente removido e eventualmente demolido, a construção, em especial, da torre da Sé deveria ter gravado seu nome mais proeminentemente na imaginação do público.

De fato, parece que as menções mais explícitas a Tebas vêm de publicações mais antigas. Uma dessas discussões pode ser encontrada em *Tradições e Reminiscências Paulistanas* de Affonso A. de Freitas, publicada em 1921. O volume de Freitas na Coleção Paulística, uma coleção de obras históricas sobre a história de São Paulo produzidas no início do século XX descreve o que significa “ser Tebas” na São Paulo do século XIX. Usado como adjetivo, “Tebas,” explica o autor, era “sinônimo de empreendedor, hábil, inteligente, capaz de tudo fazer com acerto e perfeição.”<sup>61</sup> Freitas

---

<sup>53</sup> Tito Lívio Ferreira, Antônio Barreto do Amaral, e Brasil Bandecchi, *Curso de história de São Paulo* (São Paulo: Edição de Divisão do Arquivo Histórico, 1969), 171.

<sup>54</sup> *Revista do Arquivo Municipal* 29, no. 170, (1962), 248.

<sup>55</sup> Antonio Rodrigues Porto, *História urbanística da cidade de São Paulo, 1554 a 1988* (São Paulo: Carthago & Forte, 1992), 24-31.

<sup>56</sup> José de Souza Martins, **O Largo da Misericórdia**, *O Estadão de São Paulo*, March 29, 2010, <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,o-largo-da-misericordia,530573>. Acessado 15 de outubro, 2017.

<sup>57</sup> Percival Tirapeli, *São Paulo: artes e etnias* (São Paulo: UNESP, 2007), 98.

<sup>58</sup> José Paulo Neves Gouvêa, *A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água*, PhD diss., (FAU-USP, 2016), 80.

<sup>59</sup> Barros Ferreira, *O nobre e antigo bairro da Sé* (São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, 1971).

<sup>60</sup> Affonso A. de Freitas, *Tradições e reminiscências Paulistanas* (São Paulo: Editora Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia., 1921).

<sup>61</sup> *Ibid.*, 59.

observa que a expressão estava “em voga” entre os “raros representantes das passadas gerações genuinamente paulistas,” sinalizando a suposta e nostálgica familiaridade de uma geração mais velha com a Paulicéia: uma versão romântica e idealizada da cidade antes de sua industrialização. Isso se deve em grande parte, segundo Freitas, a uma compreensão de como engenheiros e arquitetos do século XVIII teriam que ter sido, particularmente em face de dificuldades como a escravização de Tebas e uma falta geral de recursos. Freitas descreveu Tebas como “um mulato descontraído e inteligente,” cujo trabalho de reconstruir a torre da Sé, na sua opinião, nenhuma outra pessoa poderia ter empreendido. Freitas argumenta que, Tebas demonstrou particularmente sua engenhosidade como engenheiro hidráulico. Ele indica que, em 1866, quase um século depois de Tebas ter construído o Chafariz da Misericórdia, ainda havia uma grave escassez de recursos e conhecimentos técnicos, incluindo o uso generalizado de tubos adutores de papelão betumado na tubulação da cidade que, por razões óbvias, facilmente vazou.<sup>62</sup> Em outras palavras, Tebas havia trazido a cidade estaria um passo à frente em sua no processo de formação e modernização inicial, indo mais longe do que da cidade em comparação a outros engenheiros, mesmo um século depois. É, no entanto, como a maioria das fontes de água públicas de água de São Paulo, cujas nascentes secaram, permanecendo permanecem agora em grande parte em estado de abandono, a memória de Tebas vive apenas como um leve traço.

Por que rastrear a memória de um chafariz de água há muito tempo destruído? Por que não algo ainda tangível: um monumento que permanece, uma relíquia que podemos observar nos salões e exposições de um museu, ou catalogado dentro de um arquivo? O que poderia invocar uma fonte perdida para o historiador que busca reconstruir a vida de homens e mulheres escravizados no Brasil do século XIX? Podemos mesmo analisar verdadeiramente essa fonte? Talvez o ato fictício da imaginação possa oferecer uma visão sobre o que procuramos encontrar no passado e com que propósito. Diante da falta de documentação escrita, a memória de tal monumento utilitário pode nos ajudar a acessar a história de seu criador e, por extensão, recriar o seu mundo social. Uma fonte de água perdida – tanto em sua utilidade quanto em seu simbolismo – oferece avanços na história ambiental do abastecimento público de água: aqui, a relação entre natureza e cultura mediada por uma paisagem urbana em mudança.

---

<sup>62</sup> *Ibid.*, 60.

Ao analisar o Chafariz da Misericórdia, o primeiro chafariz público de São Paulo, e a mitificação do seu criador, podemos observar as origens ambientais da vigilância pública urbana e do racismo sistêmico. A desconstrução de narrativas mitificadoras e de negação histórica torna visível a violência que tornou Tebas um mito e não uma figura histórica. A discussão sobre um chafariz e a vida de um arquiteto pode iluminar a longa história da desigualdade ambiental na cidade de São Paulo, fisicamente incorporada à paisagem urbana desde seus primórdios.

Como o historiador Ernani Silva Bruno descreve no prefácio de *Fontes e Chafarizes de São Paulo*, de Byron Gaspar, em 1967, fontes de água, como lâmpadas de rua, “se revestem de uma espécie de força mágica de evocação, capaz de fazer reviver todos os demais elementos de uma época que se distanciou no tempo.”<sup>63</sup> Uma leitura crítica desse supostamente charmoso panorama histórico pode corrigir esse tom nostálgico, exemplificado por Bruno e outros historiadores do século XX da Paulicéia. Em um centro urbano ainda sonolento, à beira do desenvolvimento industrial meteórico, afro-brasileiros, muitos deles escravizados, lançaram as bases de uma enorme infraestrutura pública de água e forneceram a residências privadas esse recurso essencial. Uma análise de longo prazo do sistema de água em desenvolvimento na cidade de São Paulo oferece novas possibilidades para enfatizar os papéis e as perspectivas dos aguadeiros e afro-brasileiros escravizados que não só trabalharam, mas também se socializaram em fontes e reservatórios urbanos. As autoridades municipais passaram a interpretar os chafarizes e outras fontes de água como locais de perigo e atividade ilícita, devido à sua importância para a vida social e econômica dos afro-brasileiros. Enquanto os historiadores e ativistas agora trabalham para fortalecer a história dos afrodescendentes no Brasil, a violência simbólica dos silêncios arquivísticos, ou seja, a ausência de vozes afrodescendentes nos arquivos históricos, e a confusão historiográfica, têm contribuído para a construção de lendas e impedido histórias mais aprofundadas sobre Tebas.

Não muito tempo depois da morte de Tebas, autoridades municipais passaram a considerar as fontes d’água, incluindo o Chafariz da Misericórdia, como locais supostamente perigosos, lugares de comportamento

---

<sup>63</sup> Byron Gaspar, *Fontes e Chafarizes de São Paulo* (São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970), 5.

ilícito. Podemos testemunhar o desenvolvimento histórico concorrente da desigualdade ambiental: a violência lenta<sup>64</sup> referente “simples fato de que os pobres não respiram o mesmo ar; bebem a mesma água ou brincam no mesmo solo que os não pobres.”<sup>65</sup> A chave aqui é a afirmação de que o sistema de água da cidade sempre beneficiou desproporcionalmente a elite urbana, de várias maneiras. Isto é evidenciado, por exemplo, no trabalho do historiador Janes Jorge, que mostra que quando as fontes d’água, desde então a principal maneira de abastecer a cidade, foram demolidas no final do século XIX, com a chegada da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e a privatização da água como mercadoria, os pobres urbanos de São Paulo recorreram a poços e bicas informais, enquanto os ricos substituíram o serviço manual de entrega de água, realizado pelos escravizados, pelo encanamento interno.<sup>66</sup>

O chafariz da Misericórdia, conhecido como “Chafariz do Tebas” era construído de pedra, consistindo de um centro alto e retangular dentro de uma pia quadrada, com uma torneira em cada um dos quatro lados. Com o centro afunilado, foi encimado por uma plataforma quadrada que suportava uma esfera armilar, uma importante ferramenta de navegação e ícone da história marítima portuguesa, ainda hoje presente na bandeira portuguesa. Embora a fonte não exista mais (autoridades municipais, após uma breve mudança, a desmantelaram em 1903),<sup>67</sup> descrições e pinturas representativas permanecem. De acordo com as poucas ilustrações que temos, a fonte era pelo menos alguns metros mais alta do que a maioria das pessoas. A eminente historiadora de arte brasileira Aracy Amaral discutiu a fonte do Tebas como uma peça excepcional de arte pública no início de São Paulo. Amaral observa que, talvez porque São Paulo nunca tenha sido capital do Brasil e estivesse tão atrasada para entrar no cenário industrial, os urbanistas da cidade prestaram menos atenção ao espaço

---

<sup>64</sup> A violência lenta refere-se a um tipo de violência ambiental que é gradual, difusa e, portanto, muitas vezes invisível. Rob Nixon, *Slow Violence e o Ambientalismo dos Pobres* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011).

<sup>65</sup> Javier Auyero e Débora Alejandra Swistun, *Flammable: Environmental Suffering in Argentine Shantytown* (Oxford: Oxford University Press, 2009), 18.

<sup>66</sup> Janes Jorge, **Rios e Várzeas na Urbanização de São Paulo, 1890-1940**, in *Revista Histórica* 11 (jun./jul./ago., 2003), 9-15.

<sup>67</sup> Embora, partes ou talvez o todo esteja arquivado em algum lugar em São Paulo—uma pesquisa que tem sido a tarefa de meus colegas deste grupo de pesquisa.



público simbólico. Assim, o chafariz “modesto” de Tebas, argumenta ela, é um antecedente “único” e “remoto” dos programas de embelezamento do século XX.<sup>68</sup> Este argumento pode ajudar a explicar as qualidades míticas de Tebas e a percepção de que ele era capaz de realizar qualquer tarefa. No que era pouco mais que uma grande aldeia no final do século XVIII, onde as estradas eram quase totalmente não pavimentadas e a maioria das casas feitas de argila e lama,<sup>69</sup> Tebas foi capaz de construir um imponente monumento de pedra de simbolismo mundial. O chafariz era uma obra de arte funcional que oferecia um importante serviço público.

O século XIX foi um período de grande mudança social em muitas cidades latino-americanas. As elites políticas em toda a região viram o espaço urbano como a chave para o desenvolvimento cultural e econômico moderno. Para este fim, funcionários municipais empreenderam extensos projetos de reforma urbana, muitas vezes às custas dos pobres urbanos. Para esculpir uma capital econômica moderna a partir do planalto, o poder político e a classe de engenheiros em São Paulo começaram a canalizar e retificar – em uma palavra, urbanizar – a paisagem da água da região. Por extensão, esse processo eventualmente foi essencial para “modernizar” os moradores da cidade, muitas vezes excluindo de cidadania plena os paulistanos afrodescendentes.

A historiadora Maria Helena P.T. de Machado indicou que, na segunda década do século XVIII, a então vila de São Paulo já continha uma população afrodescendente relativamente grande.<sup>70</sup> Em 1765, observa Machado, a população de escravos urbanos cresceu significativamente, refletindo um declínio na produção da vizinha Minas Gerais e um aumento no potencial agrícola de São Paulo. De fato, São Paulo funcionou em grande parte como um posto avançado de comércio em constante crescimento, que é em parte o motivo pelo qual muitos escravizados passaram pela cidade durante essa transição econômica. Como observa Machado,

---

<sup>68</sup> Aracy Amaral, *Textos do Trópico de Capricórnio, artigos e ensaios (1980-2005): Circuitos de arte na América Latina e no Brasil* (São Paulo: Editora 34, 2006), 365.

<sup>69</sup> Veja o primeiro capítulo, **A Cidade de Taipa**, de Benedito Lima de Toledo, *São Paulo: três cidades em um século* (São Paulo: Cosac Naify, 2004).

<sup>70</sup> Maria Helena P. T. Machado, **Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo**, in *História da Cidade de São Paulo*, ed. Paula Porta (São Paulo: Paz e Terra, 2004), p. 66.

a escravidão urbana em São Paulo realmente durou apenas das últimas décadas do século XVIII até a década de 1860. Em 1840, observa ela, a posse de escravos representava 33,3% do total de ativos; na última década da escravidão (1880), esse número estava mais próximo de 8%.<sup>71</sup> No entanto, no seu auge, a escravidão urbana permaneceu relativamente estável, representando algo entre 28-29% da população urbana total, e concentrada nos bens de muito poucos proprietários de terra e barões do café.<sup>72</sup> Durante a década de 1880 e o auge do abolicionismo no sul do Brasil, São Paulo serviria como um importante local de organização. Assim, na década de 1870, a porcentagem de escravos urbanos declinou abruptamente à medida que mais pessoas alcançavam sua liberdade ou viviam em quilombos urbanos, até que a economia escravista entrou em colapso.

Como era empregada a maioria dos escravizados urbanos na São Paulo do século XIX? Além de trabalhar em pequenas fazendas dentro dos limites da cidade, os escravizados serviam como tropas e auxiliares nas milícias locais. Na época, isso envolvia a construção de estradas mais seguras e mais navegáveis até o porto de Santos, abrindo novos mercados para a exportação de cana da açúcar paulista. Como a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias examinou, a escravidão paulista, especialmente nos centros urbanos, apresentava uma concentração desproporcional de mulheres, que trabalhavam na esfera doméstica, cuidando de crianças, limpando, cozinhando e abastecendo água para uso doméstico.<sup>73</sup> Embora esteja além do âmbito deste texto, essa dinâmica de gênero é a chave para uma compreensão mais ampla da vida social e econômica dos afrodescendentes durante este período. Em geral, muitos escravos urbanos eram classificados como “negros de ganho,” homens e especialmente mulheres escravizadas que ganhavam dinheiro para si mesmos realizando certos tipos de trabalho, incluindo o abastecimento de água, normalmente nos fins de semana.<sup>74</sup> Segundo Machado, essas quitandeiras eram uma caracte-

---

<sup>71</sup> Ibid., 62.

<sup>72</sup> Ibid., 63.

<sup>73</sup> Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1995), 176. Dias cita os relatos de viagem do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que descreveu uma “quase ausência” de homens escravizados em São Paulo.

<sup>74</sup> Machado, *Sendo Cativo nas Ruas*, p. 66.

terística “fundamental” da paisagem urbana.<sup>75</sup>

Em meados do século XIX, no entanto, apesar da centralidade do trabalho negro na vida cotidiana e na manutenção da cidade, os administradores começaram a se apropriar dos espaços negros em uma ampla campanha pela higiene urbana e pelo policiamento modernizado. Em todo o Brasil, uma classe emergente de especialistas e profissionais chegou a promulgar novas políticas de saneamento, imigração e criminalidade, que, consideradas em conjunto, são indicativas de sua crescente ansiedade em trazer ordem à vida urbana. Em seus esforços para produzir espaços urbanos simbólicos de uma nova modernidade do século XIX, os administradores da cidade pretendiam erradicar o que eles viam como modos de vida não modernos e ameaças à fachada elegante que buscavam produzir. Para moradores do Rio de Janeiro, por exemplo, isso significou a transformação da cidade no que a historiadora Kirsten Schultz, usando uma frase da época, descreve como “Versalhes Tropical,” através da imposição de valores metropolitanos à paisagem urbana da antiga colônia com a chegada da Corte em 1808. Como Schultz observa, este processo foi repleto de uma contradição gritante: “Fazer a nova cidade metropolitana do Rio exigiu a tolerância de velhas práticas não-metropolitanas”, incluindo a presença muito real e íntima de pessoas escravizadas.<sup>76</sup> É importante apontar que o processo foi feito “para inglês ver,” como notaram observadores da época; uma mentalidade que facilmente acomodava, de fato encorajava, novas formas de policiamento, particularmente da vida negra. Como Schultz escreve, ao “tornar-se a Corte Real [...] a cidade tornou-se policiada.”<sup>77</sup> Os oficiais da lei concentraram seus esforços de vigilância desproporcionalmente sobre crimes racializados, incluindo falta de moradia, embriaguez pública e capoeira.

Entretanto, especialmente no meio e no final do século XIX, as autoridades de toda a região reconfiguraram os códigos criminais de acordo com os novos conceitos positivistas ligados às ideias da criminalidade biológica, estabelecendo um sistema racial de inclusão e exclusão que se estendeu para muito além da abolição apesar da ausência de códigos legais segregacionistas. Como notam historiadores, é o início do policiamento siste-

<sup>75</sup> Ibid., 68.

<sup>76</sup> Kirsten Schultz, *Tropical Versailles* (New York: Routledge, 2001), p. 128.

<sup>77</sup> Ibid., 131.

mático e generalizado que enquadra pobres urbanos não-brancos como uma classe criminosa na América Latina. Quando durante a escravidão proprietários sentiam-se responsáveis pelo policiamento de seus escravos e, em certo sentido, da vida negra em geral, após a abolição e com o aumento da urbanização em toda a região, a tarefa coube a uma nova força policial modernizadora.<sup>78</sup> Como o historiador Pablo Piccato argumenta, refletindo as preocupações dos funcionários municipais sobre o tipo de cidade que eles procuraram criar, a natureza urbana desse problema “justifica a profissionalização da polícia e do judiciário, e a hegemonia dos regulamentos penitenciários sobre outras estratégias para lidar com as transgressões.”<sup>79</sup> Os criminologistas positivistas chegaram a equiparar a não-branquidade ao comportamento ilícito e impurezas inatas, uma ameaça aos grandes esforços das autoridades municipais para limpar e modernizar os centros urbanos, projetos centrais na formação do estado no século XIX. Influenciada pela lei positivista, a polícia brasileira fiscalizou desproporcionalmente as reuniões e congregações de negros em espaços públicos, já vistos como suspeitos de transgressões legais. Analisando o abastecimento de água, podemos testemunhar as conexões entre exclusão social e desigualdade ambiental diretamente da fonte.

Fontes públicas de água eram conhecidas como locais de encontro para escravos urbanos no Brasil, encarregados de obter água para distribuição e venda. Esses aguadeiros coletavam água da fonte em barris de madeira de vinte litros, que carregavam em carroças de burro. Fontes, incluindo a Misericórdia, tornaram-se um espaço natural de socialização, onde aguadeiros e aguadeiras faziam fila esperando para encher seus barris. Para os paulistanos afro-brasileiros escravizados e livres, a Misericórdia e a Sé, formalmente lugares de religião, tornaram-se locais de namoro e agitação, gerando reclamações dos vizinhos. A vigilância promulgada a pedido de moradores brancos, aborrecidos com a presença aparentemente escandalosa de afro-brasileiros em praças públicas, foi exacerbada pelas negociações sobre recursos naturais, como a água. Vimos o apagamento da vida negra das narrativas da infraestrutura da cidade e da formação do estado; aqui vemos a articulação da segregação através do policiamento

---

<sup>78</sup> Amy Chazkel, *Laws of Chance: Brazil's Clandestine Lottery and the Making of Urban Public Life* (Durham: Duke University Press, 2011).

<sup>79</sup> Pablo Piccato, *City of Suspects: Crime in Mexico City, 1900-1931* (Durham: Duke University Press, 2001), 4.

de tal infraestrutura.

A questão do abastecimento público de água foi vigorosamente debatida. Discussões da década de 1870, no jornal mais antigo de São Paulo, *O Estadão*, capturam as tensões sobre o abastecimento de água em uma cidade que passava por significativas transformações populacionais e econômicas. Um artigo em particular oferece uma visão sobre as principais preocupações: devem os funcionários da Prefeitura instalar torneiras de água em casas particulares? Como isso afetaria a disponibilidade e a qualidade da água? Um lado do debate pragmaticamente apresentava os possíveis benefícios de tal inovação: “Em vez de ter-se escravos ou criados durante algumas horas do dia ocupados em ir buscar água fora de casa com as costumadas demoras e outros inconvenientes, ter-se-ha a torneira colocada no lugar mais apropriado do prédio.”<sup>80</sup> O artigo compara essa possível torneira caseira com as múltiplas torneiras das seis fontes públicas de água da cidade, enfatizando as ineficiências de tal arranjo. O debate revela as interconexões entre a forma como os intelectuais públicos, jornalistas e autoridades municipais consideravam a água na vida pública paulista, com implicações claras sobre a desatualização da dependência do trabalho escravo, uma imagem de atraso que a burguesia ascendente do café buscava aliviar.

São Paulo sempre enfrentou ciclos de secas e enchentes severas. Em meados do século XIX, a Misericórdia testemunhou várias manifestações contra a escassez generalizada de água. Em 1865, reagindo a uma seca em toda a cidade e criticando a falta de infraestrutura e resposta oficial, *Diabo-Coxo*, o primeiro jornal ilustrado de São Paulo, publicou um desenho intitulado “Novos Moisés”, que retrata um grupo de afro-brasileiros escravizados empunhando morcegos de madeira e atacando uma fonte de água pública, quase certamente a Misericórdia.<sup>81</sup> O cartunista, o abolicionista Angelo Agostini, brincou que essa ação poderia trazer chuva para a cidade árida.<sup>82</sup> Eh, eh, minha parente. Você acredita n’esse?” a legenda

<sup>80</sup> “Abastecimento de água.” *O Estadão de São Paulo*, November 4, 1875.

<sup>81</sup> A fonte é prontamente identificada na imagem por sua esfera auxiliar.

<sup>82</sup> Angelo Agostini, **Novos Moisés**. Ilustração. *Diabo-Coxo*, 1865. In *Luis Gama, Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865* (São Paulo: Edusp, 2006), 216. Veja também Paula Janovitch, **Chafariz da Misericórdia**, *Versaopaulo*, July 9, 2014, acessado 15 de Outubro de 2017, <https://versaopaulo.wordpress.com/tag/abastecimento-de-agua-em-sao-paulo/>.

diz, continuando: “É mentira: Moysse não tirô água de pedra non.” Agostini retrata uma multidão grande e irritada, violenta e aparentemente irracional. Em ambos os cantos da extrema esquerda e da extrema direita da imagem estão figuras masculinas desesperadas, suas cabeças inclinadas ao lado do que devem ser barris vazios. As mulheres ficam de braços cruzados diante dos homens que atacam a fonte, braços dobrados em agravação, barris equilibrados em cima de suas cabeças. A caricatura, talvez inconscientemente, contém uma noção do poder que grandes reuniões de homens e mulheres afrodescendentes tiveram no contexto urbano. Os “novos Moisés,” insatisfeitos com as suas condições materiais e com falta de recursos básicos, são conspicuamente violentos.

Que tipo de ameaça os afro-brasileiros realmente apresentaram à ordem social e econômica da São Paulo do século XIX? Mais uma vez em **Sendo cativo nas ruas**, Machado descreve os altos níveis de independência obtidos por negros de ganho em São Paulo. Esse modo de emprego gerava para os escravos urbanos uma “notável autonomia,” muitas vezes incluindo a possibilidade de morar em alojamentos inteiramente separados de senhores, alugando quartos com companheiros de viagem ou ex-escravizados, formando importantes laços sociais e matrimoniais.<sup>83</sup> Além disso, Machado nota a dificuldade que se pode ter em discernir entre escravizados e não-escravos, “pela notável independência com que transitavam na cidade e tratavam de seus próprios negócios, a condição cativa dos mesmos.”<sup>84</sup> Ela analisa o caso de um Pedro, que entrou nos arquivos sendo preso em São Paulo em 1858 por suspeita de ter tramado o assassinato de seu senhor. Para Machado, Pedro é um caso extremo dos graus em que os escravos urbanos, em uma distinção fundamental dos trabalhadores das plantações, não apenas buscariam obter sua liberdade, mas como eles já teriam agido como se fossem livres. Ela observa o testemunho de Pedro no julgamento e as descrições de sua atividade econômica independente, ganhando uma quantia não insignificante, que ele “defendeu a todo custo.”<sup>85</sup> Nas palavras de Machado, a ampla autonomia dos escravizados paulistanos estabeleceu “fronteiras pouco palpáveis entre o ser escravo e o ser livre,” representando um perigo muito real para a ordem social.<sup>86</sup>

<sup>83</sup> Machado, **Sendo Cativo nas Ruas**, 17-18.

<sup>84</sup> *Ibid.*, 18.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

Como as fontes de água eram centrais para a vida social e econômica dos afro-brasileiros, as autoridades chegaram a policiá-las com vigilância desproporcional. A água encanada não era apenas conveniente e eficiente, era intrinsecamente ligada a noções racializadas da higiene e, fundamentalmente, (re)produzia uma divisão entre cidadãos urbanos que se viam como modernos e moradores urbanos supostamente atrasados – não modernos. Assim, ao transformar a geografia natural da região, tornando-a uma cidade, os projetos hídricos do século XIX exacerbaram um processo de longo prazo de exclusão da cidadania plena para os afrodescendentes e para os pobres urbanos. Não só devemos entender a desigualdade ambiental como construída em outras formas de exclusão social e econômica, mas também como *geradora* dessa restrição de acesso.

As reflexões da imprensa do século XX sobre esse período de transição ajudam a demonstrar isso, além da construção do mito. Escrevendo em 1951, Ernani Silva Bruno refletiu, em *O Estado de São Paulo*, sobre os “tempos primitivos” da cidade, observando a importância das fontes de água como “local de ajuntamento, de brigas e – a como as fontes nos tempos primitivos – de cenas por assim dizer de pouca vergonha”.<sup>87</sup> O artigo de Bruno revela as concepções dominantes de fontes de água como locais de crime e devassidão. O artigo enfatiza uma correlação entre reuniões públicas e o aumento do policiamento em São Paulo em meados do século XIX, incluindo um pedido enviado à Prefeitura para que um guarda fosse colocado na Misericórdia “para evitar as desordens que pode causar o crescido número de escravos que ali se reúnem a tomar água.”<sup>88</sup> Mas, observa Bruno, “essas desordens nem sempre podiam ser atribuídas muito aos negros,” porque, segundo ele, eles frequentemente reagiam aos abusos que enfrentavam como escravos. Este é um ponto interessante, embora subestimado, seguido rapidamente pelo foco da análise de Bruno: as “vítimas principais” eram “os próprios chafarizes,” deixados para uso indevido e degradados.<sup>89</sup> Tal sentimento demonstra claramente como as narrativas contemporâneas funcionavam em conjunto com a lei e a ordem para ver e valorizar o espaço público para o consumo e o prazer dos brancos, sob a ameaça de afro-brasileiros que supostamente tinham

---

<sup>87</sup> Ernani Silva Bruno, **O Tempo dos Chafarizes na Cidade de São Paulo**, in *O Estadão* (São Paulo, São Paulo), May 6, 1951.

<sup>88</sup> *Ibid.*

<sup>89</sup> *Ibid.*

liberdade demais.

Na São Paulo do século XIX, à beira do seu real crescimento econômico e demográfico, possuir domínio sobre a paisagem natural da cidade era ser moderno, ser um cidadão. O que Ernani Silva Bruno descreve nostálgicamente como uma história de fontes que poetizam a paisagem urbana deve ser reconsiderado criticamente como ilustrativo da forma como a infraestrutura e o processo de urbanização consolidam as divisões raciais e de classe.<sup>90</sup> Analisado socioespacialmente, algo tão aparentemente prático quanto o abastecimento público de água é profundamente político e traz consigo a violência simbólica e vivenciada da desigualdade sistêmica.

A memória de Tebas foi em grande parte perdida. Foi o arquiteto responsável por algumas das construções fundamentais da cidade, cujo crédito geralmente é dado aos administradores coloniais e cientistas reais. Talvez um dos melhores tributos a Tebas seja o samba de Geraldo Filme, “Tebas, o Escravo”:<sup>91</sup>

*Tebas, negro escravo  
Profissão: Alvenaria  
Construiu a velha Sé  
Em troca pela carta de alforria  
Trinta mil ducados que lhe deu padre Justino  
Tornou seu sonho realidade  
Daí surgiu a velha Sé  
Que hoje é o marco zero da cidade  
Exalto no cantar de minha gente  
A sua lenda, seu passado, seu presente  
Praça que nasceu do ideal  
E braço escravo  
É praça do povo  
Velho relógio, encontro dos namorados  
Me lembro ainda do bondinho de tostão  
Engraxate batendo a lata de graxa  
E camelô fazendo pregão*

<sup>90</sup> Bruno, *O tempo dos chafarizes na cidade de São Paulo*; meus itálicos.

<sup>91</sup> Geraldo Filme, “Tebas, o escravo,” *Nas Quebradas do Mundaréu*, gravação em vinil (São Paulo: Continental Discos, 1974.)



*O tira-teima do sambista do passado  
 Bixiga, Barra Funda e Lava-Pés  
 O jogo da tiririca era formado  
 O ruim cata e o bom ficava de pé  
 No meu São Paulo, oi lelé, era moda  
 Vamos na Sé que hoje tem samba de roda*

Ao reivindicar Tebas como figura fundadora de São Paulo, Filme concretiza as conexões entre o estilo paulista de samba e o espaço urbano. Na Sé, Filme canta, os sambistas vão se reunir mais uma vez para dançar samba de roda, contando e lembrando a história de Tebas. Essa “praça do povo” era o produto do “braço do escravo,” seu ideal e visão. A Sé, assim como a Misericórdia, era um lugar de resistência performativa através do samba e de jogos como tiririca, para os amantes se unirem em atos radicais de solidariedade, para ganhos econômicos a serem feitos por vendedores ambulantes comuns. Na história contada por Filme, Tebas ganhou sua liberdade, “seu sonho”, através de seu talento; foi um certo espírito de generosidade que ofereceu aos companheiros escravizados e seus descendentes um tremendo símbolo de orgulho e resiliência.

Em 1877, a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, a primeira empresa de abastecimento de água de São Paulo, já estava em funcionamento, com o reservatório da Cantareira fornecendo a água da cidade em 1881. Os tanques e chafarizes municipais poderiam cessar suas funções cansadas, e os engenheiros começaram a sonhar como reconfigurar a paisagem ribeirinha da cidade para modernizar melhor a indústria florescente. No próximo século e além, São Paulo viria a explodir no cenário industrial mundial. Com essa expansão, ocorreram danos ecológicos generalizados – cujo impacto foi e continua sendo mais severamente sentido pelos pobres urbanos. Embora essa história ambiental mais extensa esteja além do escopo do texto atual, os efeitos deletérios desse desenvolvimento estão enraizados nas estruturas desenvolvidas durante o tempo de Tebas. Seria relativamente simples contar essa história apenas como declínio; mais útil é examinar os vínculos entre a mudança ambiental e social, das redes entre a cidade e o interior, de modo a abordar melhor a desigualdade ambiental vivida hoje que é resultado desses processos históricos.

Esta breve discussão sobre espaço, raça e memória demonstra a utilidade da análise ambiental no exame da exclusão e inclusão da cidadania e si-

lêncios arquivísticos. Trabalhando com pedra em uma cidade de barro e lama, Tebas se tornou uma lenda. Mas se quisermos superar as histórias nostálgicas do passado paulista, devemos reivindicar Tebas como uma pessoa que sonhou, imaginou e trabalhou. Ele não era pré-moderno, mas um ator central na modernização da cidade.

# CAPÍTULO 4

## TEBAS E O LEGADO AFRICANO NA PRODUÇÃO DA RIQUEZA E NA URBANIZAÇÃO PAULISTANA

---

**Ramatis Jacino**

*Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e*

*Professor do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC*

A desumanização do outro é uma das principais estratégias de dominação de um grupo social ou de uma nação sobre seus dominados ou adversários políticos. O racismo não é resultado apenas da “maldade dos homens”, é uma construção ideológica elaborada, organizada e com fundamentação teórica. Sua massificação teve por objetivo justificar a dominação política e exploração econômica dos povos do continente africano, da América e da Ásia pelos europeus<sup>92</sup>. Invisibilizar a contribuição de africanos e seus descendentes e de indígenas na construção econômica, na organização social e política, assim como na produção cultural da nação brasileira foi (e continua sendo) parte do projeto de dominação étnica e de classes. Negar – sistematicamente - sua história, seu legado cultural e desumanizar negros e indígenas contribuiu para a naturalizar a agressão colonial e seu complemento, o escravismo. O reconhecimento de uma pequena parte dessa contribuição serve apenas para reforçar o estigma e o estereótipo reducionista que apresentam os povos não brancos como capazes de se desenvolver apenas em determinadas áreas.

Para naturalizar a escravidão, em que um Ser Humano é reduzido à con-

---

<sup>92</sup> Alguns autores, em especial da Antropologia, apresentam o racismo como algo que remonta à Antiguidade, considerando-o como inerente aos povos de pele mais clara. As premissas a partir das quais esse artigo foi escrito divergem dessa concepção. Utilizo como base as elaborações teóricas que consideram o racismo uma ideologia moderna, criada como justificativa da dominação que os europeus impuseram sobre outros povos no período do mercantilismo, da expansão marítima, da colonização e escravização de africanos e americanos.

dição de animal de trabalho e mercadoria, os europeus necessitaram construir um conjunto de teorias religiosas, filosóficas e científicas: uma ideologia que “explicasse a opção por aquele modo de produção. Considerando que as etnias eram diferentes dos povos que conquistaram e dominaram pelas, em sua maioria de pele escura e com outras características físicas que os diferenciavam, optou-se por dividir os seres humanos em “raças”, atribuindo a umas características positivas e a outras, negativas, no que diz respeito ao aspecto físico e estético, aos valores morais, às organizações sociais, ao desenrolar da histórica, às manifestações culturais e às convicções religiosas. Construiu-se, assim, um arcabouço ideológico baseado nas “raças”, o racismo. Para que aquela ideologia se legitimasse, foi necessário que as informações acerca desses povos não estivessem em contradição com suas conclusões. Assim, desqualificaram-se todos os aspectos das culturas dos povos africanos e americanos, apresentando-os como selvagens, demonizando sua cultura religiosa, invisibilizando sua história e tudo de positivo que, por ventura tivessem legado à humanidade.

No Brasil, país em que a escravidão moderna foi mais longa, a maneira como se deu a transição para o trabalho assalariado, no bojo de um projeto de branqueamento da sua população<sup>93</sup>, permitiu a construção de uma subideologia em que a escravidão foi apresentada como diferenciada das demais, marcada por relações harmoniosas, cordiais e paternais<sup>94</sup> entre senhores e escravizados, sem grandes traumas e rancores acumulados, levando a um congraçamento entre as “raças” e à construção de uma “democracia racial”. Essa “democracia” permitiria a aceitação e incorporação de alguns aspectos da contribuição cultural africana, particularmente nos campos das artes, do esporte e da gastronomia. A colossal contribuição econômica dos africanos, tanto na produção braçal da riqueza

---

<sup>93</sup> JACINO, Ramatis. *O Branqueamento do Trabalho*. São Paulo: Nefertiti. 2008.

<sup>94</sup> Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* sustentam que a escravidão brasileira teve caráter ameno, que as relações entre escravizadores e escravizados eram paternais, fraternais e até mesmo colaborativas, dentre outras razões, porque os portugueses não teriam “orgulho de raça” uma vez que seriam um povo miscigenado. Sérgio Buarque conclui que este tipo de relação deu origem ao “Homem Cordial”, que seria a síntese do brasileiro e as teses de Gilberto Freyre levaram ao mito da “democracia racial”. Em outro artigo, que tem como título **Que Morra o Homem Cordial** in *Sankofa – Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana*. Agosto de 2017 (<https://www.revistas.usp.br/sankofa>) são aprofundadas as críticas àquelas conclusões procurando contrapor as argumentações daqueles autores.

za como no conhecimento científico e tecnológico que trouxeram foi deliberadamente esquecida uma vez que, se reconhecessem essa contribuição, os brancos estariam implicitamente admitindo a humanidade daquelas pessoas, o que estava em contradição com a ideologia racista gestada e sustentada por aqueles que, por mais de trezentos e cinquenta anos, exploraram seu trabalho e se apropriaram da sua ciência e tecnologia.

O Brasil, em especial São Paulo, cidade que a partir do final do século XIX se transformaria no epicentro do capitalismo na América Latina, deve parte significativa do seu crescimento econômico à importação da tecnologia desenvolvida por diversos povos africanos, sequestrados naquele continente e trazidos para cá na condição de escravizados. Assim, para além da extraordinária fortuna gerada pelo seu trabalho forçado, os africanos e seus descendentes legaram um conjunto de conhecimentos científicos e tecnológicos, determinantes para a geração daquela fortuna, evidentemente apropriado pelas oligarquias nativas e pelo Estado da colônia e da metrópole e diligentemente oculto pelas elites econômicas e intelectuais. Ação oposta à que este artigo se propõe: trazer à luz a fundamental contribuição africana, e de um afrodescendente em especial, para o desenvolvimento econômico, da arquitetura e do urbanismo de São Paulo, portanto e, para o crescimento da mais rica cidade do país.

### **Ciência, tecnologia e mão de obra importada**

Quando do início da invasão europeia ao continente africano, no final do século XV, o desenvolvimento científico e tecnológico de diversas das suas nações encontrava-se num estágio mais avançado do que os europeus, que só lograram a dominação e posterior escravização daqueles povos devido ao estágio avançado da sua máquina bélica, resultado de mais de mil anos de conflitos internos constantes e, conseqüentemente, do aprimoramento das tecnologias voltadas para combates armados.

Do ponto de vista acadêmico já não é possível ignorar totalmente a contribuição civilizatória do continente africano, em especial após a monumental coleção História Geral da África, publicada pela UNESCO entre as décadas de 1980 e 1990 e no Brasil em 2010, pelo Ministério da Educação. Todavia, o senso comum reforçado diariamente pela mídia eurocêntrica, que se mantém inclusive no ambiente acadêmico, insiste em

apresentar aquele continente e sua população de maneira profundamente estereotipada, negando sua humanidade, história, e legado, generalizando situações específicas e marcando-o como espaço unicamente de fome, endemias e guerras ou, na melhor das hipóteses, uma mistura de selva e deserto com uma paisagem idílica, resquício de um passado romântico. Produção acadêmica de menor fôlego, mas não menos importante, serve como ponto de partida para o breve panorama que apresento aqui. Refiro-me ao basilar trabalho de Henrique Cunha Junior<sup>95</sup>, que sintetizou alguns dos mais significativos avanços tecnológicos e científicos desenvolvidos por nações africanas antes da chegada dos europeus.

O livro inicia com a desconstrução da narrativa etnocêntrica que credita o desenvolvimento primeiro das ciências - através da matemática e da física - como conquista unicamente dos gregos; chama atenção para indícios de utilização da matemática avançada entre os egípcios e os abissínios, civilizações africanas que floresceram bem antes da grega. Sustenta, ainda, que o teorema denominado como “de Pitágoras” tem demonstração geométrica realizada tanto na África como na China. O autor combate a ideia da fragmentação das organizações sociais da África ao demonstrar que o comércio praticado entre nações autóctones e com outros continentes era frequente e que os conhecimentos tecnológicos e científicos, assim como as diversas modalidades de agricultura, foram difundidos de norte a sul exigindo intensa navegação fluvial, de cabotagem e de longo curso, conhecimentos sobre a movimentação dos ventos, das marés, das posições das estrelas, etc. Existia, portanto, intenso trânsito de saberes, aprimoramento de técnicas de navegação e tecnologia em construção de embarcações. A produção de barcos de pesca e os elementos construtivos incorporados às embarcações no litoral brasileiro podem ser vistos, segundo Cunha Jr, como uma importante contribuição africana para a história da tecnologia brasileira, desenvolvimento tão avançado que as curvas do casco dos barcos trazem perfis de difícil obtenção mesmo face aos conhecimentos geométricos e construtivos da atualidade.

A saúde é um setor onde a presença africana e afrodescendente foi determinante, permitindo, graças a sua farmacologia, a sobrevivência de europeus e seus descendentes num meio ambiente desconhecido e hostil. A

---

<sup>95</sup> CUNHA Jr. Henrique. *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP/MEC. 2010. PDF ([http://www.ifrj.edu.br/webfm\\_send/268](http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268))

arruda é um exemplo. Útil para o combate às doenças-infecto contagiosas - tanto por espantar moscas, quanto por seu caráter místico - era largamente utilizada pelos negros, tendo sido, posteriormente, assimilada pela “casa grande” como prevenção ao “mau olhado”, somando-se a outras diversas ervas aromáticas. Para o cuidado de doenças estomacais, havia também o “boldo do Chile”, de origem africana apesar do nome. Todavia, mais importante que as ervas e produtos, os profissionais da saúde física e mental de origem africana seriam os principais responsáveis pela integridade de seus escravizadores num ambiente rural em que percorrer imensas distâncias em terra, depois de meses no mar, trazendo algum médico vindo da Europa era inviável mesmo aos mais ricos. Com exceção das pouquíssimas santas casas de misericórdia, instaladas pela Igreja Católica a partir de 1543, a saúde, ao longo do período colonial esteve aos cuidados de negros, indígenas, mestiços ou brancos muito pobres que mesclavam beberagens com conjuras, legais e ilegais, algumas flertando com a feitiçaria, evidentemente combatidas com violência e determinação pelas autoridades eclesiásticas e civis<sup>96</sup>. Foi determinante o papel dos barbeiros, herbalistas, parteiras, curandeiros, rezadores e toda sorte de profissionais ligados à saúde, que só perderam espaço definitivamente no século XIX com elitização da medicina, em especial a partir da criação da Escola de Medicina da Bahia, em 1808, por Dom João VI. O Recenseamento de 1872<sup>97</sup> aponta que em São Paulo existiam 30 pessoas cuidando oficialmente da saúde de 31.385 habitantes. Destes, nove eram parteiras (três delas escravizadas), dois classificados como cirurgiões e um único médico. Apenas em 1891 foi criada uma faculdade de medicina nessa cidade, com efetivação de um curso regular somente em 1912<sup>98</sup>.

Dentre as principais importações vindas da África, até aproximadamente 1780, estaria o sabão, produzido com uma mistura de gordura animal e

---

<sup>96</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>97</sup> *Recenseamento Geral do Brazil*. 1872. Rio de Janeiro: diretoria Geral de Estatísticas, Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1891.

<sup>98</sup> Em 19 de dezembro de 1912 a Lei 1.357, promulgada por Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo, estabelece o curso da Escola de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, criado pela lei no. 19 de 12 de novembro de 1891. Por esta lei a Academia de Medicina, Cirurgia e Pharmacia passará a se chamar Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, com dotação orçamentária de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis). Departamento de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Arquivo do Estado de São Paulo.

vegetal e uma soda do tipo cáustica. A produção da soda era realizada tomando as cinzas resultantes da queima de algumas madeiras específicas, colocadas molhadas em um pano, deixando gotejar lentamente. Processo que utilizava a gordura animal e vegetal, como a do coco que produzia um sabão mais refinado e leve e contribuiria para importação e difusão dos coqueiros, mais uma dentre outras importações africanas que modificou a flora e a fauna brasileiras, assim como a cana de açúcar, banana, café, algodão, arroz, amendoim dendê, inhame e o milho, (este último considerado por muitos como de origem indígena) que, segundo Cunha Jr, eram amplamente cultivados no vale no Rio Nilo, do Rio Níger, no reino do Congo, na África central, em Gana, no Mali, em Songai e entre os almorovitas no norte do continente.

A expansão islâmica daria sua contribuição para o desenvolvimento de diversos saberes que, influenciando e sendo influenciados, originaram culturas híbridas. A forma de produção da *saccharum officinarum* (cana-de-açúcar) é um exemplo. Segredo dos portugueses, obtido da mão de obra africana já em Portugal, Açores, e aperfeiçoado no Brasil<sup>99</sup>, foi transmitido para os holandeses, na ocasião da disputa destes com os lusos pela posse de Pernambuco, região na época com grandes engenhos. Uma vez expulsos, os holandeses levaram aquele conhecimento para o Caribe, iniciaram a produção do açúcar e de lá passaram a disputar o mercado mundial com Portugal e Brasil. O café é outro exemplo. Após viajar boa parte do mundo antigo, foi trazido ao Brasil em 1727 pelo Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão e Grão Pará e aqui entrou por Belém. Cultivado originalmente na Abissínia (atual Etiópia), em uma ampla região da África oriental, é uma cultura agrícola de grande complexidade, exigindo um sofisticado processo de divisão do trabalho que tornou necessária a importação de mestres cafeeiros tanto da Europa como da África. Sua produção inicial no Sudeste se deu por agricultores familiares, produtores eventuais de café, muitos deles em regime de cultura de subsistência, na região de Bananal. Segundo Nozoe

---

<sup>99</sup> Os segredos em relação a produção do açúcar eram levados tão a sério pelos portugueses que o livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* do Padre João Antônio Andreoni (conhecido como Antonil), editado em 1711, que relata a produção do açúcar nos engenhos, embora aprovado pelo Santo Ofício foi proibido e mandado queimar pelo rei de Portugal para não permitir que os adversários obtivessem informações que para eles era preciosa.



e Motta<sup>100</sup>, que estudaram as “nominatas de habitantes” daquela cidade paulista do Vale do Paraíba, esse núcleo de agricultores contou com a participação de aproximadamente 20% de famílias negras livres, contingente surpreendente no ambiente rural em pleno regime escravista.

Castro Alves, em seu icônico Navio Negreiro contribuiu para que o senso comum enxergasse os africanos escravizados como “tribos de homens nus”. Em verdade, o desenvolvimento tecnológico na área têxtil, com diversificado artesanato, incluindo opções de vestimentas, era uma realidade dos diversos povos africanos sequestrados pelos europeus. Os quadros históricos de pintores como Johann Moritz Rugendas e Jean-Baptiste Debret, que mostram os africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro durante a década de 1830, não deixam dúvidas acerca da riqueza de tecidos, cores e tipos de roupas exibidos por africanos e africanas, que introduziram no Brasil formas de tecelagem para fabricação de panos para roupas e outras utilidades, entre elas redes de dormir, velas de embarcações e sacaria para embalagem de produtos agrícolas e alimentícios diversos. Boa parte do vestuário utilizado pelos africanos e seus descendentes, no Brasil Colônia e durante o império, segundo Cunha Jr, era de fabricação artesanal própria e a tradição da confecção de redes de dormir no nordeste brasileiro permanece até hoje, utilizando técnicas de tecelagem originadas na África, da mesma forma que a produção de “pano da costa” para as atividades religiosas das religiões de matriz africana. De acordo com aquele pesquisador, diversas regiões africanas ficaram conhecidas pelos colonizadores, como centros importantes de produção têxtil, com destaque para Kano, na Nigéria, devido à produção de índigo (atual índigo Blue), reino do Congo, Madagascar e Marrocos, produtoras de tapetes e tecidos. Fios têxteis tanto de origem animal quanto de fibras vegetais eram encontrados em diversas regiões, estes últimos e com inúmeras formas de cultivo e produção. Em paralelo às técnicas têxteis, o desenvolvimento da química teria sido igualmente significativo para produção de tinturas e fixadores, que permitiam a exuberância de cores dos tecidos africanos, hoje reconhecidos por boa parte do mundo da moda que, não obstante, ignora e silencia acerca desse desenvolvimento científico e tecnológico que contribui para o avanço das sofisticadas confecções contemporâneas. Não

---

<sup>100</sup> NOZOE, Nelson e MOTTA, José Flávio. **Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)** in *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora. Vol. 5 no. 1. Pg. 33-50. 1999.

por acaso, a cana de açúcar, a mineração e o café, no Brasil e o algodão<sup>101</sup>, nos Estados Unidos, fizeram a fortuna de colonizadores e seus descendentes e dos estados coloniais e metropolitanos. No caso do nosso país, além da referida fortuna, tais culturas foram determinantes para apropriação do território e o estabelecimento de uma robusta economia, com seus sucessivos “ciclos econômicos”<sup>102</sup>, baseados nos produtos e especialistas trazidos da África. Economia essa determinante para o surgimento de novos grupos sociais que, na condição de novas “elites crioulas”<sup>103</sup>, tornam-se oligarquias com poder econômico e político, capazes de enfrentar a metrópole, decretar independência política e, já nos estertores do século XIX promover a transição para a República.

Cunha Jr chama atenção para o fato que além dos produtos in natura ou manufaturados importados por europeus e suas colônias na América, foram para cá transplantados profissionais que dominavam as técnicas que permitiam transformar aqueles produtos em mercadorias rentáveis. A tecnologia do ferro, embora vinda de fora do continente, teria recebido, segundo aquele autor, considerável inovação dos africanos, que antes do século XVI já produziam uma liga próxima do aço, ao passo que os europeus só chegaram a uma liga semelhante no século XIX. Essa tecnologia contribuiu para a geração da riqueza nativa como bem ilustra a presença

---

<sup>101</sup> O algodão foi domesticado mais de 4.500 a.C e existem registros de sua utilização no Egito, Sudão, no Império Inca, Arábia e Índia. É mais um dentre vários produtos legados pelos povos mais antigos que os europeus cujos descendentes tomaram posse, com ele fizeram fortuna e, mais uma vez, escamotearam sua origem.

<sup>102</sup> A análise da história econômica do Brasil a partir dos ciclos, sustentada por Simonsen, já foi superada por diversas outras interpretações e por uma produção acadêmica posterior que demonstram ter sido esse desenvolvimento econômico foi bem mais sofisticado, não se enquadrando na interpretação teleológica de Simonsen. Todavia, não é possível negar que o desenvolvimento da nossa economia foi marcado pela produção intensiva, monocultural, exclusivamente para exportação de produtos que hegemonizaram-na por períodos específicos, em que pese a presença de outros produtos para exportação ou para suprir o mercado interno. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil – 1500-1820*.

<sup>103</sup> A expressão “crioulo” é utilizada na América espanhola para definir o indivíduo nascido no “Novo Mundo”, porém descendente de estrangeiros. É comum referir-se aos grupos sociais descendentes de espanhóis que tiveram ascensão na América de “elite crioula” e dela fariam parte líderes políticos e militares como Simon Bolívar, José de San Martín, Antônio José de sucre, entre outros. Essa expressão, portanto, não está sendo utilizada para definir africanos ou descendentes de africanos, como usualmente é utilizada no Brasil.

nas “forjas de Sorocaba”<sup>104</sup> – início da indústria metalúrgica no Brasil – de escravizados africanos, possuidores de conhecimentos da manipulação do ferro. Estes, todavia, não tiveram papel tão evidente e tão grandioso como aqueles que protagonizaram o “ciclo” da mineração, iniciado no período colonial, a partir da expansão territorial dos Bandeirantes, mercenários paulistas, caçadores de indígenas para escravidão e grandes conhecedores dos sertões. Esta mineração era sustentada por escravizados adquiridos a “peso de ouro” em diversos estados da colônia, em especial do Nordeste açucareiro, então, em franca decadência econômica.

A mineração teve como principal característica a produção em grande escala de ouro que, evidentemente, não dependia apenas da abundância do produto, mas acima de tudo das técnicas para sua extração. Estas, por sua vez estavam presentes na mineração praticada da mesma forma e na mesma escala da brasileira na África ocidental e no Zimbábue, regiões de onde teriam sido sequestrados profissionais para extração do ouro nas “minas gerais”. Os quais, não obstante, tinham conhecimentos que extrapolavam a mineração, ocupando-se ainda da fundição e do trabalho de ourivesaria, dominando também as técnicas de joalheria<sup>105</sup> o que fez com que a presença negra estivesse, inclusive, nas ocupações socialmente valorizadas e na confecção de produtos dirigidos às elites.

Marceneiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, artistas<sup>106</sup> das mais diversas áreas, trabalhavam com madeira, matéria-prima de usos múltiplos, disponível no Brasil e na África. Utilizada na construção das máquinas dos engenhos de açúcar, dos teares, nas estruturas das construções civis, no mobiliário, nos acabamentos, na fabricação de carros, carroças, carruagens, cadeiras de carregar gente, barcos e embarcações e nas artes em geral. Por séculos no Brasil, a madeira seria determinante para a sobrevivência, até

---

<sup>104</sup> As Forjas de Sorocaba ou Fábrica de Ferro São João de Ipanema, operando desde 1765, mas só autorizada a funcionar por Carta Régia em 1814, destinava-se à extração e fundição de ferro, para o mercado interno e para exportação. Contou com significativa mão de obra de africanos escravizados e livres, além de trabalhadores brancos. SANTOS, Nilton Pereira dos, *A Fábrica de ferro de São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado – 1860-1889* (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP. 2009

<sup>105</sup> CUNHA, Laura e MILZ, Thomaz. *Jóias de Crioula*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

<sup>106</sup> A expressão “artista” nesse contexto, refere aos mestres de artes e ofícios, ou seja, artesãos, denominação utilizada até o século XIX.

ser substituída pelo ferro e pelo aço e, mais recentemente, pelo plástico. De uso abundante no País, a madeira encerra propriedades estruturais bastante importantes, cujo emprego constitui conhecimento profundo de engenharia e arte.

Assim, a quantidade de mão de obra especializada introduzida no Brasil através da escravidão teria sido imensa e fundamental para os diversos momentos da economia brasileira considerando que aqui chegaram escravizados especialistas em plantação, colheita e beneficiamento da cana de açúcar e do café, construtores de barcos e técnicos em navegação, mineiros, vaqueiros e profissionais no abate de animais e na utilização de seu couro e carne; artesãos têxteis e químicos com conhecimento de tintas, ourives, fabricantes de sabão e marceneiros, entre outros. Estes profissionais eram classificados de “artífices mulatos” e sua presença foi grande em Minas, Rio, Bahia e Pernambuco, deixando vestígios muito evidentes de seu trabalho na música, na escultura e na pintura. Até mesmo na produção cultural erudita, como na música clássica, no teatro e nas artes plásticas os africanos e seus descendentes estiveram presentes, como ilustram expoentes que representavam a regra e não a exceção, como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, os “mestres mulatos”<sup>107</sup> de Minas Gerais, o Frei Jesuíno de Monte Carmelo<sup>108</sup>, de São Paulo e incontáveis anônimos, como os descritos em documentos recentemente

---

<sup>107</sup> “Mestres Mulatos” foi a expressão utilizada pelo maestro Marcelo Martins que, em 11 anos de pesquisa pelo interior de São Paulo e Minas Gerais, identificou a existência de quantidade significativa de músicos negros, religiosos ou leigos, invariavelmente à serviço da Igreja Católica, que nos séculos XVIII e XIX produziram uma infinidade de peças eruditas. O maestro catalogou esse trabalho e desenvolveu um projeto para tornar esses artistas conhecidos.

<sup>108</sup> Frei Jesuíno do Monte Carmelo, nascido em Santos, em 25 de março de 1764, faleceu em Itu, a 01 de julho de 1819. Religioso negro, ligado aos Carmelitas, Frei Jesuíno foi entalhador, arquiteto, escultor, pintor, músico e poeta. Sua notoriedade, contudo, se deu pelos trabalhos de pintor com forte influência barroca desenvolvidos nas cidades de São Paulo, Santos e Itu. Em oposição as pinturas tradicionais, suas obras apresentavam os negros em condição de igualdade com os brancos e até anjos negros no céu, em contradição com a realidade que vivia, uma vez que foi recusado seu pedido para integrar a Ordem Terceira do Carmo. Por outro lado, seu talento contribuiu para que mantivesse relações com representantes das elites da nação que emergia, como o Padre Diogo Antônio Feijó, seu confessor, que assumiria o cargo de regente do Brasil entre 12 de outubro de 1835 e 19 de setembro de 1837, devido à renúncia de Dom Pedro I e o impedimento, por conta da idade, de D. Pedro II.

descobertos.<sup>109</sup>

### **Construindo casas, cidades e um país**

Ainda segundo Cunha Jr, teriam vindo da África as técnicas de construção com adobe, responsáveis pelas primeiras edificações de São Paulo, assim como os “canteiros”, especialistas em construção com pedras de cantaria que, ao longo de séculos, na condição de escravizados, livres ou libertos erigiram lenta e anonimamente a cidade que se tornaria posteriormente uma das maiores do mundo. O tijolo, embora pouco utilizado na época, já era conhecido e fabricado nas proximidades da cidade em uma olaria que o Mosteiro de S. Bento possuía na região de São Caetano e São Bernardo. A existência desses materiais permitiria que fossem construídas edificações não só com taipa. Essa tecnologia, de uso predominante em São Paulo, era empregada há séculos no Oriente, no Império Romano e no Norte da África. Isolante térmico, resistente ao fogo, a taipa teria sido utilizada por diversos povos desde a Idade Antiga, destacando-se a China, que a usou em extensos trechos da famosa muralha, além dos povos islâmicos, responsáveis por sua introdução na península Ibérica.

Analisando essa contribuição, o autor de *Tecnologia Africana na Formação Brasileira* resgata o depoimento oral de um homem negro do interior de São Paulo, nascido no início do século XX (seu pai), desenhista de arquitetura de profissão, que trabalhou por três décadas na Secretaria de obras e Vias Públicas do estado de São Paulo, realizando inúmeros projetos que, não obstante, foram assinados por arquitetos brancos, uma vez que ele não era diplomado. Aquele homem, já idoso na ocasião do relato, reivindicava-se herdeiro de outros técnicos e construtores negros e discorreu a respeito dos processos construtivos de muitas igrejas, sedes de irmandades, edifícios e praças públicas com influência africana, em São Paulo e no restante do País. Citava, ainda, os africanos e afrodescendentes que foram projetistas renomados no passado brasileiro que, deliberada-

---

<sup>109</sup> PIRATININGA JR. Luiz Gonzaga. *Diário dos Escravos de São Bento*. São Paulo: Hucitec. 1991. O livro que traz a público diversas informações, até então pouco conhecidas, como a existência de escravizados escrevendo poemas e outros escritos, descrevendo a família, o trabalho realizado numa fazenda da igreja Católica. Nesse lugar havia ainda uma fábrica de peças para as igrejas empregando mão de obra escravizada, que participavam na criação das obras de arte, do mobiliário dos edifícios religiosos e de seus cemitérios.

mente ou por descuido haviam sido relegados ao esquecimento.

Utilizando como fonte apenas a sua experiência empírica e a história do seu povo baseado na oralidade, o velho projetista explicava a importância da introdução, pelos africanos, do uso de óleo de baleia nas ligas da argamassa dos edifícios, as construções de obras em galerias, em minas e mesmo em obras públicas urbanas que seriam motivo de admiração por parte de engenheiros europeus em visita à colônia, lembrando que muito do que foi construído por africanos e afrodescendentes é conhecido hoje como “obras de autores anônimos” justamente porque o racismo estrutural não permitia que se desse crédito para aqueles trabalhadores. Assim, a partir da análise bibliográfica e de pesquisas posteriores o autor pôde confirmar a veracidade daqueles relatos e aprofundar informações acerca de construções com adobe, taipa de pilão e taipa de mão; técnicas de construção com terra crua, encontradas em grande escala no período colonial, mas em uso até hoje nas regiões mais pobres do País,

A matéria prima utilizada por africanos e afrodescendentes para construir praças, chafarizes, casas, prédios públicos e igrejas podia ser encontrada em terras americanas mas a técnica de sua utilização já era conhecida e aplicada no seu continente de origem. Adobe é um tijolo de terra crua, cuja técnica de produção implica ser seco inicialmente à sombra e depois ao sol, forma de confecção muito utilizada na região do Rio Níger. Para produção do tijolo de adobe se misturam argila, fibra vegetal, estrume de gado e óleo vegetal ou animal. A taipa de pilão, utilizada para alicerces e para paredes, se produz da massa de terra crua socada como no pilão. A essa massa se acrescentam esterco animal, fibras vegetais, óleos e sangue de animais. Estes são emparelhados em formas de madeiras, de onde vem o nome de taipa. A taipa de mão é uma versão menos elaborada e menos trabalhosa da taipa de pilão e também é conhecida como “pau a pique”. Sobre uma trama de galhos de árvores amarrados com arame, cipó ou fibra vegetal, é aplicada massa igual à da taipa de pilão, mas com a mão, o que resulta em uma menor compactação. Em que pesem estes indícios, a historiografia conservadora e etnocêntrica afirma que a técnica da taipa de pilão foi trazida ao Brasil pelos portugueses e largamente utilizada no período colonial, sobretudo na região Sudeste, onde grande parte das igrejas e construções de dois ou mais pavimentos teriam sido edificadas com essa técnica, levadas posteriormente, durante o “ciclo do ouro” a cidades como Ouro Preto, Congonhas e Diamantina, em Minas

Gerais. Quanto aos trabalhos em “cantaria”, feitos com pedras cortadas, aparelhadas e lavradas, por muito tempo consideradas portuguesas, visto que aparentemente não era um material em uso na África, Cunha Jr., no entanto, nos informa que as regiões da África central, oriental e do norte, possuíam muito destas técnicas que reapareceram no Brasil colonial.

### **Engenheiro, arquiteto, urbanista: construtor**

Joaquim Pinto de Oliveira, mais conhecido como Tebas, segundo Cerqueira<sup>110</sup>, foi um homem negro nascido em 1721, na cidade de Santos, filho de Clara Pinto de Araújo e de pai incógnito na condição de escravizado do português e mestre de obras, Bento de Oliveira Lima e de sua esposa Antonia Maria Pinto. A documentação e literatura sobre esse personagem é escassa e o artigo de Cerqueira constitui-se no mais completo relato sobre Tebas que foi possível encontrar. Classificado em alguns documentos como “mulato” não parece improvável que sua mãe tenha sido mais uma das milhares (talvez milhões) de mulheres negras escravizadas estupradas por seu senhor, ou outro homem branco, gerando uma criança mestiça que, não obstante, permeceu na condição de escravizada. Essa classificação, por outro lado, pode ser resultado da ideologia de branqueamento da sociedade brasileira que gerou o costume de classificar como mulato, mestiço, escuro ou até mesmo branco, todo negro com ascensão social. Três décadas depois de seu nascimento, o homem que mantinha Tebas escravizado teria notícias que em São Paulo existia grande demanda por construtores uma vez que, embora ainda uma pequena urbe, rota de tropeiros e muito longe da exuberância que adquiriria mais tarde com o boom do café, esta cidade começava a apresentar os primeiros sinais de crescimento. Bento de Oliveira muda-se para São Paulo, acompanhado da família e de seus cativos, dentre eles o mestre pedreiro Joaquim. Na terceira década do século XVIII, os paulistas haviam descoberto um trabalho bastante rentável: a busca de muares para suprir as necessidades de transporte de carga na região das minas gerais que vivia um boom de riqueza com a descoberta de ouro e pedras preciosas. O tropeirismo,

---

<sup>110</sup> CERQUEIRA, Carlos Gutierrez, **Tebas – Vida e Atuação na São Paulo Colonial** in *Resgate – História e Arte II*. <https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte>. Acesso em: 07 ago. 2017

tornou-se, então, uma nova atividade comercial que dinamizava a economia, contribuindo para apropriação de terras dos sertões e determinando o crescimento de cidades como Viamão, no Rio Grande do Sul, ponto de partida das tropas, e Sorocaba, em São Paulo, ponto final e entreposto, onde os animais eram comercializados. São Paulo de Piratininga, caminho das tropas, apresentava incipiente movimentação demográfica e econômica e surgia a necessidade de novos prédios públicos e clericais para atendimento das demandas civis e religiosas. Corria o ano de 1767 quando o primeiro bispo de São Paulo, Dom Bernardo, na tentativa de modernizar as propriedades da Igreja, solicita ao Rei Dom José (que reinou de 1750 até 1777) dez mil réis para construir a torre da Matriz. Ao encontrar dificuldades para encontrar técnicos capazes de trabalhar com pedra de cantaria, que deveria substituir o adôbe naquela obra, recorre ao mestre pedreiro Bento de Oliveira Lima que, não obstante, viria a falecer dois anos depois, sendo a obra concluída pelo escravizado Joaquim Pinto de Oliveira.

Os valores recebidos pelo trabalho de Joaquim davam a medida da sua importância e do nível de especialização, uma vez que, segundo Cerqueira, em 1765 giravam em torno de 640 réis por dia, mais que o dobro do que se pagava aos demais construtores, inclusive brancos. Trata-se de uma condição que não pode ser classificada como absolutamente inédita ou excepcional, considerando que naquele ano, dentre os três únicos pedreiros registrados na cidade de São Paulo aparecem Antônio do Rozario, preto forro, casado, com 45 anos de idade, com renda de 100 mil réis anuais; Estevão da Silva, branco, casado, 54 anos, que não tem a renda mencionada; e Bento de Oliveira Lima, branco, casado, 56 anos e com renda de 500 mil réis. Sem contar Frei Jesuíno do Monte Carmelo, não arrolado naquele documento. Portanto, profissionais negros, donos do próprio negócio e com renda razoável não era algo absolutamente inédito na cidade, o que reforça nossa tese de que existiram, ao longo da história arquitetônica da cidade, outros profissionais negros que contribuíram para sua construção.

### **Alforriado ou escravizado? Muito valioso**

Existe uma contradição entre a documentação, citada por Cerqueira, que arrola Tebas entre os escravizados de Bento de Oliveira em 1769 e o re-



gistro do seu casamento, em em 10 de junho de 1762 onde aparece como alforriado e viúvo recente de Escolástica da Conceição. Casamento esse que se dá com Natária Souza, qualificada como parda, forra, filha de Guiomar da Silva e de pai também incógnito, nascida na Freguezia de Sam João do Jaborahy, no Rio de Janeiro. É provável que Tebas tenha vivido durante certo tempo na condição de liberto condicional, uma vez que era comum haver nas cartas de alforria uma condição que limitava a liberdade concedida, exercida somente a partir de um certo tempo de prestação de serviços para pagar o “prejuízo” que o proprietário tivera com sua libertação. Ou, ainda, a possibilidade de re-escravização por “ingratidão”, quando o proprietário argumentava em juízo que aquele indivíduo não demonstrara gratidão pela “graça” recebida. Foi ainda na condição de escravizado que Tebas, segundo aquela documentação, ergueu a torre do Recolhimento de Santa Teresa, utilizando a técnica de taipa de pilão, coberta por telhas de barro e, em 1766, construiu o frontispício da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, nesse caso em companhia de dois outros artistas consagrados: o “mulato” Padre Jesuíno do Monte Carmelo e um branco, José Patrício da Silva Manso.

O que nos parece evidente é que alforriado ou não, Tebas permaneceu trabalhando para Bento de Oliveira que, na qualidade de empreiteiro de renome, conseguira reunir um número significativo de profissionais qualificados e assinou contrato com a Igreja, em 1767, no valor de 4 mil cruzados. Condição que fez com que, ao morrer em 1769, aos 59 anos, Mestre Bento de Oliveira Lima tivesse alcançado uma situação social razoável. Era dono de patrimônio que incluía uma casa, de “lanço e meio” de taipa de pilão, no largo do Colégio; um sítio no bairro do Caaguaçú, avaliado em 200 mil réis, com 40 cabeças de gado, avaliados 51 mil e 200 réis, plantações e dez escravizados, totalizando o valor de 1:572\$880 réis. É nesse inventário, estudado por Cerqueira, em contradição com a certidão de casamento de 1762, que Joaquim Pinto de Oliveira figura como escravizado. É qualificado como mulato, 36<sup>111</sup> anos O que nos parece evidente é que alforriado ou não, Tebas permaneceu trabalhando para Bento de Oliveira que, na qualidade de empreiteiro de renome, conseguira reunir

---

<sup>111</sup> Aqui vemos mais uma incongruência na documentação. Se Tebas nasceu em 1721, em 1769 estaria com 48 anos e não 36. Assim, baseando-se nessas fontes não é possível afirmar, de maneira definitiva, que o seu nascimento se deu em 1721, existindo a possibilidade de ter ocorrido em 1733.

um número significativo de profissionais qualificados e assinou contrato com a Igreja, em 1767, no valor de 4 mil cruzados. Condição que fez com que, ao morrer em 1769, aos 59 anos, Mestre Bento de Oliveira Lima tivesse alcançado uma situação social razoável. Era dono de patrimônio que incluía uma casa, de “lanço e meio” de taipa de pilão, no largo do Colégio; um sítio no bairro do Caaguaçú, avaliado em 200 mil réis, com 40 cabeças de gado, avaliados 51 mil e 200 réis, plantações e dez escravizados, totalizando o valor de 1:572\$880 réis. É nesse inventário, estudado por Cerqueira, em contradição com a certidão de casamento de 1762, que Joaquim Pinto de Oliveira figura como escravizado. É qualificado como mulato, 9 anos<sup>112</sup>.

Alforriado em definitivo em algum momento daquela ascensão profissional, Joaquim cumpre uma das exigências que a sociedade escravista estabelece para todo indivíduo livre: a necessidade de ter escravizados. Assim, de cativo se torna senhor e a partir de 1791, passa assinar Tebas. Aparece como proprietário de João e Joaquim, alcança prestígio social, sendo chamado de mestre e, a partir de 1808, exerce a função de Juiz do Ofício de Pedreiro, examinando e passando certidão a novos oficiais. Com o auxílio daqueles escravizados trabalhou na construção do primeira chariz público da cidade, o da Misericórdia, talhado em pedra e com quatro torneiras<sup>113</sup> em que a água era conduzida por gravidade das nascentes do Caaguassú (atual Paraíso) por meio de tubos com papelão coberto por betume, tornando-se assim pioneiro na construção do sistema público de abastecimento regular de São Paulo. Em 1803, de acordo com o livro Confessados da Catedral da Sé, também citado por Cerqueira, onde eram registrados todos os moradores da região, Tebas apareceria com 82 anos de idade, viúvo, proprietário de uma casa na Rua dos Freitas onde morava com suas três filhas: Escolásticas, Gertrudes e Joaquina, além de dois escravizados, ambos de nome João. Tebas morre em 11 de janeiro de 1811, aos 90 anos e é sepultado na Igreja de São Gonçalo<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> Mais uma contradição na documentação. Se Tebas nasceu em 1721, ele teria 56 anos em 1777 e não 50.

<sup>113</sup> Localizado no que hoje é um pequeno largo na Rua Direita, esquina com a Quintino Bocaiuva e Álvares Penteados.

<sup>114</sup> Igreja localizada na Praça João Mendes, centro de São Paulo.

## Interdição à ascensão pelo trabalho e esquecimento deliberado

A extinção do trabalho escravo no Brasil não foi um processo gradual e linear que desembocou na assinatura da Lei Áurea pela sucessora do trono. Deu-se com avanços e recuos, adequações, conflitos, lutas e acomodações entre os grupos sociais em disputa e no interior desses. As formas de libertação, totais ou parciais foram fugas, compras de cartas de alforria, cumprimento de dispositivos legais<sup>115</sup>, expulsão das propriedades dos escravizados doentes e idosos, iniciativas “caridosas” e tantas outras que contribuíram para o aumento da quantidade de negros - suposta ou efetivamente livres - que se somaram aos milhares de pobres livres, historicamente emparedados entre os dois principais estamentos que compunham aquela sociedade: escravizadores e escravizados<sup>116</sup>. Esses negros livres igualavam-se aos “escravos de ganho” ou “de aluguel” que, tanto quanto os primeiros, exerciam seus ofícios e conviviam com caboclos e brancos pobres, brasileiros ou estrangeiros, que disputavam trabalho e moradia nos espaços urbanos. Quantidade significativa de negros “livres” habitava a cidade de São Paulo ao longo do seu desenvolvimento. Trabalhavam em diversas profissões, muitas delas similares tanto às de cativos como às de brancos pobres e conquistaram certa ascensão e integração à sociedade paulistana que, não obstante, no processo do escravismo para a capitalismo, foram abortadas por ações da elite cafeeira, que materializou em leis e ações administrativas as concepções racistas desenvolvidas nas

---

<sup>115</sup> Lei 2.040 (Rio Branco) de 28 de setembro de 1871 e Lei 3.270 (Saraiva/Cotegipe) de 28 de setembro de 1885. Lauro Cornélio da Rocha analisa os efeitos da “legislação abolicionista” para os escravizados e ex-escravizados quando da sua publicação ao longo do século XIX. ROCHA, Lauro Cornélio da. *Exclusão do Negro - 1850-1888 - Uma interpretação Histórica das Leis Abolicionistas*. FFLCH/USP, 1999. Dissertação (Mestrado).

<sup>116</sup> Caio Prado Junior em *Formação do Brasil Contemporâneo* analisa esse grupo social, presente ao longo do período colonial, no primeiro e segundo reinado, que agigantou-se no século XIX com as libertações parciais e fugas de escravizados somadas à imensa massa de estrangeiros pobres que adentraram o País no período. Ao se referir a essa massa intermediária como “o número que vai avultando com o tempo dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (Pg. 279) ou autor considera que o não monolitismo da escravidão é um mal e contribui para estigmatização do pobre livre do período escravista, portanto, do pobre em geral no pós-escravismo. Pensamento explicitado na frase, utilizada por ele, do pensador francês, Louis Couty que afirmara: “O Brasil não é o seu povo”.

academias e centros científicos brasileiros<sup>117</sup>.

Em pesquisa realizada em testamentos produzidos entre 1850 e 1853, no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo<sup>118</sup>, foi possível constatar um número significativo de negros possuidores de bens deixados de herança, em valores semelhantes a dos brancos<sup>119</sup>. Números esses que certamente não eram muito diferentes daqueles encontrados no século anterior, período em que viveram Tebas, Frei Jesuíno de Monte Castelo, Antônio do Rozário, os chamados “mestres mulatos”, Aleijadinho e mais um sem número de anônimos. Foram pesquisados 156 testamentos. Destes, selecionados 55 que continham informações a respeito de proprietários que legaram heranças para seus familiares, que alforriaram seus escravizados, deixando heranças para estes e para entidades religiosas. Dos 55 testamentos analisados 16 eram de negros e 39 de brancos. Desses 16 negros, doze eram africanos e quatro classificados como crioulos ou mestiços. A documentação informa que três deles eram pedreiros e não esclarece a ocupação dos demais. Do total de 39 testamentos de brancos, 16 deixaram herança para parentes, 23 para indivíduos sem parentesco ou instituições. Um documento informa a ocupação de pedreiro e outro a de carpinteiro daqueles trabalhadores brancos. Nos demais documentos não estão declaradas as ocupações. Os bens arrolados explicitam as semelhanças sociais entre os dois grupos estudados. No que diz respeito a imóveis, os 16 negros legaram nove casas, dois terrenos e um sítio. Os 39 brancos deixaram para seus herdeiros quatro casas, um sítio e um terreno de dez alqueires. Ou seja, neste pequeno universo, os negros, em número menor, possuíam quantidade de imóveis superior aos brancos, ampla maioria. Os trinta e nove brancos, possuíam 131 cativos e alforriaram 105 em testamento. Os negros possuíam dez e alforriaram todos. O comportamento dos primeiros ressalta a prática de libertar escravizados com a morte do senhor, ainda que muitos desses fossem obrigados a continuar prestando serviços aos herdeiros. Os segundos tiveram não apenas ascensão social como adquiriram bens com caráter profundamente simbólico de “status” para aquela sociedade. Possuir ao menos um escravizado explicitava a

<sup>117</sup> Lília Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

<sup>118</sup> Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3º. Ofício da Família – *Testamentos e Inventários - 1850/1857* (CEDHAL/USP, caixas 03, 04 e 05).

<sup>119</sup> JACINO, Ramatis. **A integração abortada** in *Racismo. Nada Cordial* (artigo). São Paulo: Novas Edições Acadêmicas. 2017

condição inequívoca de cidadão para aquela sociedade. Portanto, a posse de cativos por um ex-escravizado como Tebas não se reveste de nenhum ineditismo. Tanto negros como brancos legaram aos seus herdeiros ferramentas, louças, roupas, livros e joias. Os valores em dinheiro reforçam a tese do nivelamento social entre os dois grupos estudados. Os 16 doaram aos seus herdeiros 20 doblas, 50 patacões e 270\$000 réis. Os 39 brancos legaram, 6 doblas e 520\$000 réis. Embora analisando um universo diminuto é possível, a partir da documentação estudada, afirmar que existia um grupo razoável de ex-escravizados integrados socialmente, possuidores de bens imóveis, móveis e dinheiro. Estes negros amealharam estes recursos com seu trabalho, similar aos ofícios que exerciam como escravizados, que também se assemelhavam ao trabalho dos brancos pobres. Ou seja, eram famílias oriundas da escravidão que, àquela altura, apresentavam diversas semelhanças sociais e econômicas com famílias brancas, nas posses, nos valores recebidos e legados às novas gerações ou a entidades religiosas.

Ao longo do século XIX, todavia, o negro foi se tornando um incômodo cada vez maior para as elites paulistas: sua presença solapava a busca de uma cidade “moderna”, “pujante”, composta por população sadia, “morigerada” e, evidentemente, branca. Sua cultura, comportamento, formas de sociabilidade e moradia conflitavam com o padrão europeu buscado pelas elites. A necessidade de disciplinar a cidade, conquistar a “ordem” que traria o “progresso”<sup>120</sup>, pensamento que já seduzia parte da elite culta da cidade<sup>121</sup>, contribuiu para que esta, através de suas representações políticas elaborasse leis e praticasse ações governamentais no sentido de excluir os não brancos do trabalho e de certos espaços da urbe. Além do cumprimento da legislação nacional, normas específicas da capital paulista tentavam regulamentar e direcionar o papel dos escravizados e ex-escravizados no espaço urbano. Nessa cidade, a ideia de modernidade e suas consequências foram maximizadas pela nova e empreendedora elite cafeeira. As transformações na metrópole implicavam na expulsão

---

<sup>120</sup> “Ordem e Progresso”, expressão cunhada pelos republicanos, presente na bandeira do Brasil, deriva da máxima o “O amor como princípio, a ordem como base e o progresso como meta” da doutrina filosófica, sociológica e política que ficou conhecida como Positivismo, derivada do Iluminismo e desenvolvida pelo pensador francês Auguste Comte (1798-1857).

<sup>121</sup> SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada – O Partido Republicano e a Política de Mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

dos negros tanto do trabalho como dos lugares onde habitavam, dando espaço para estrangeiros ou permitindo a ocupação por setores médios e pelas elites das regiões centrais, então, valorizadas<sup>122</sup>. Essa expulsão se dava com novas exigências legais, padrão de construção, higiene e artifícios jurídicos. O processo de expulsão dos negros que moravam em torno da Igreja do Rosário, no Largo de mesmo nome, atual praça Antônio Prado, é emblemático. Durou aproximadamente 30 anos e culminou com a mudança da Igreja e sua Irmandade, criada em 1711, para o outro lado do Rio Anhangabaú, num monte afastado do principal centro, onde hoje é o Largo do Paissandu. A legislação urbana, elaborada no período, atendia às necessidades daquele setor e os códigos de posturas municipais explicitavam a preocupação em “organizar”, “disciplinar”, “modernizar”, “higienizar”: embranquecer<sup>123</sup>. Esse processo foi sendo implementado à medida em que a pequena vila tomava proporções de cidade. É fato que, devido a diversas mudanças econômicas, sociais e culturais, o conjunto de normatizações mais importantes ocorreu a partir das três últimas décadas do século, mas já na metade deste podemos perceber indícios de organização da urbe com vistas a alçá-la ao patamar de cidade “civilizada”.

O trabalho, certamente, era um dos aspectos da vida na cidade que mais preocupações causava às autoridades. A massa crescente de nativos - brancos e mestiços pobres -, imigrantes e ex-escravizados procurando alguma maneira de sobreviver contribuía para tensão social. A inexorável penetração do capitalismo subvertia as regras de uma sociedade em que, numa visão ideal, as funções de brancos e negros eram explícitas e sem possibilidade de intercâmbios. Brancos passavam a ocupar postos de trabalho historicamente reservados aos escravizados ou negros livres que, em contrapartida - em que pese algumas proibições - tinham ocupações que não haviam sido pensadas para eles. O Código de Postura de 1886<sup>124</sup> determinava que “mascates, joalheiros, amoladores de instrumentos, condutores de marmotas, vendedores de estampas e quaisquer outros ambulantes” precisavam de licença da Câmara, proibia a contratação de cativos como caixeiros ou administradores em casas de negócios<sup>125</sup>, a concessão

---

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> *Posturas Municipais de 9 de março de 1850, 7 de março de 1872, 31 de maio de 1875 e 6 de outubro de 1886* – AESP.

<sup>124</sup> *Postura Municipal de 06/08/1886. Art. 158* – AESP.

<sup>125</sup> Idem. Art. 168.

a “escravos” de matrículas para exercerem as ocupações de cocheiros de carros ou condutores de carroças de aluguel ou de vender água, salvo se apresentassem pedido do seu senhor<sup>126</sup>. Regulamenta até mesmo as profissões de criadas e amas de leite, reservando-as a “pessoa de condição livre”. Para ser aceito naquele trabalho, exigia-se que se provasse “com atestado de pessoa abonando a sua conduta e condição de livre, exceto se for reconhecidamente livre ou estrangeiro”<sup>127</sup>, ou seja, branco.

O recenseamento de 1872<sup>128</sup> e pesquisas recentes<sup>129</sup> corroboram os indícios que existiu certa ascensão social dos negros livres na cidade de São Paulo, com paulatina inserção no trabalho assalariado, na compra ou na posse de pequenas propriedades e no acúmulo de bens. Todavia, é possível perceber que as legislações do Império<sup>130</sup> e do município de São Paulo cumpriram o papel de abortar essa inserção, ficando as bases do modelo econômico que sucedeu o escravismo, mas não eliminaram (ao contrário, reforçaram) a ideia de uma sociedade bipartida, em que a cidadania era privilégio a que os negros não teriam acesso. Florestan Fernandes sustentou que a exclusão social a que o negro foi submetido, quando da formação do mercado de trabalho assalariado, era resultado do abandono das elites que os “atirou a própria sorte”<sup>131</sup> ao final da escravidão. Os documentos analisados em pesquisas anteriores<sup>132</sup> e a bibliografia consultada apontam que os negros possuíam qualificação profissional para exercer

---

<sup>126</sup> Idem. Art. 217.

<sup>127</sup> Idem. Art. 266.

<sup>128</sup> *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: diretoria Geral de Estatísticas, Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1891.

<sup>129</sup> Sylvia Basseto, Alice Aguiar de Barros Fontes, Antonia Aparecida Quintão, Maria Cristina Cortez Wissenbach, entre outros autores, identificam famílias ou indivíduos negros, no período estudado, que apresentavam indícios de ascensão social.

<sup>130</sup> ROCHA, Lauro Cornélio da. *Exclusão do Negro - 1850-1888 - Uma interpretação Histórica das Leis Abolicionistas*. FFLCH/USP, 1999. Dissertação (Mestrado).

<sup>131</sup> Florestan Fernandes. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática (3a ed), 1965.

<sup>132</sup> JACINO, Ramatis. *O Branqueamento do Trabalho e Transição e Exclusão - O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós abolição - 1912/1920*

os mais variados trabalhos - e não fizeram “opção pelo ócio”<sup>133</sup>, como já foi afirmado por outros pesquisadores - uma vez que, efetivamente, exerceram inúmeros trabalhos, ainda que proibidos, e ao longo do século XVIII e XIX, viveram um processo de adaptação à cultura capitalista, acumulando bens e valores em moeda ou metais preciosos. Ou seja, se as elites tivessem simplesmente “atirado os ex-escravos a própria sorte”, certamente a integração econômica e social teria acontecido e se ampliado. O dado novo é que as oligarquias fizeram mais do que desprezar o trabalhador negro. Segundo o que nos indicam os parágrafos da legislação (em particular os códigos de posturas) e a partir das elaborações teóricas que davam sustentação àquela legislação podemos concluir que houve uma ação deliberada no sentido de marginalizar os ex-escravizados e seus descendentes. Negar-lhe o trabalho, a moradia, a educação, criminalizar suas práticas religiosas, culturais e de lazer foram maneiras de abortar a integração que começava a se dar de maneira praticamente vegetativa como bem ilustram os testamentos daqueles dezesseis trabalhadores negros. Portanto, a integração e ascensão social dos descendentes e herdeiros dos dezesseis trabalhadores negros que elaboraram e tiveram seus testamentos preservados - e certamente muitos outros indocumentados - foram interditas devido à legislação e às ações do Estado e dos empregadores.

## Conclusão

A invisibilidade de Tebas, Jesuíno de Monte Carmelo e tantos outros, assim como impedimentos a que as gerações seguintes persistissem nos seus projetos pessoais de integração e ascensão social, fazem parte da política de branqueamento (mantida mais um século depois do término legal da escravidão), que promove a contribuição dos europeus para a construção da nação brasileira e oblitera a dos africanos e seus descendentes. Invisibilidade essa, engendrada pelas elites brasileiras, em especial os cafeicul-

---

<sup>133</sup> “O homem formado dentro desse sistema social (a escravidão) está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza lhe é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental, limita extremamente suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – o que estão delimitadas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 12<sup>a</sup>. edição. São Paulo: Cia das Letras, 1974. p. 167



tores paulistas, protagonistas da derrocada da monarquia e implantação da República. Todavia, essa seguramente não é a única razão da ausência da trajetória de personagem tão importante e ímpar nas páginas da história oficial da cidade e do estado de São Paulo. A necessidade, a partir da ideologia dominante, de reconstruir a imagem da cidade que emergia nos estertores do século XIX e início do XX, levou à negação sistemática daquele passado incômodo e elaboração de uma nova narrativa da sua história, legitimadora das famílias em ascensão graças à riqueza produzida pelo café. A negação da importância dos negros e indígenas (estes relativamente absorvidos, branqueados e subalternizados) e, conseqüentemente, dos profissionais que erigiram a cidade e sua riqueza era condição *sine qua no* de afirmação do grupo social que dela se apoderava.

Certamente a dinâmica de uma cidade que se tornaria, rapidamente, o epicentro da economia nacional, liderada por uma oligarquia orgulhosa de si, consciente do seu papel econômico e político, poderosa a ponto de derrotar a monarquia e impor a República, criou a ideia de “modernidade” e necessidade de ostentação, que conflitava com as modestas construções de taipa e mesmo as de pedras de cantaria, tão presentes no período colonial. Se as velhas casas de barro cozido ao sol ou as igrejas e prédios públicos construídos de maneira artesanal representavam ecos de um passado que aquela burguesia que se urbanizava buscava esquecer, certamente os profissionais responsáveis por aquelas edificações também perderam seu prestígio e seu lugar na história local. Se esses profissionais eram negros – escravizados ou não – mais uma razão para que fossem apagados da memória e condenados ao esquecimento, tal qual o tipo de sociedade que lembravam (escravista e monarquista) que os novos ricos consideravam superada. A presença de Tebas, todavia, se impunha de tal maneira que conseguiu burlar a invisibilidade a que estaria condenado e, graças a fragmentada documentação não destruída, foi possível resgatar parte da sua história e conhecer os registros da sua contribuição para a engenharia, a arquitetura e o urbanismo.

O resgate de personagens como Tebas, assim como a publicização da sua trajetória, contribuem para uma compreensão mais aprofundada e plural da história do Brasil. Todavia, cairíamos em uma armadilha reducionista e simplificadora se considerássemos sua história inédita e singular. Joaquim Pinto de Oliveira é mais um dentre inúmeros africanos e afro-descendentes que, além de principais responsáveis pela riqueza da nação

com o trabalho de três séculos e meio, foram determinantes para a sua maximização e para o processo civilizatório brasileiro, graças ao imenso legado cultural, científico e tecnológico trazido do continente africano. A diferença de Tebas para os demais é que uma série de acasos e zelos de indivíduos, além da história oral – passada de geração para geração e materializada no samba de Geraldo Filme - impediram o apagamento da sua história, portanto de parte da história da cidade, do estado e do País. Impedimento esse que vai no sentido oposto ao que aconteceu com a imensa maioria dos registros relativos à escravidão e aos escravizados que, segundo palavras atribuídas a um dos próceres da República, deveriam ser queimados para “apagar essa mancha negra da nossa história”.

## FONTES

- Arquivo Municipal de São Paulo

Códigos de Posturas Municipais publicados em:

9 de março de 1850

7 de março de 1872

31 de maio de 1875

6 de outubro de 1886

- Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – ATJESP

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3º. Ofício da Família – *Testamentos e Inventários - 1850/1857* (CEDHAL/USP, caixas 03, 04 e 05).

## FONTES IMPRESSAS

*Coleção de Leis do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; Constituição do Império do Brazil, 1824.

## Bibliografia

ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. (Lisboa. 1711) Bahia: Livraria Progresso Editora. 1955

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco; O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASSETO, Sylvia. *Política de Mão-de-obra na Economia Cafeeira do Oeste Paulista - Período de Transição*. FFLCH/USP, 1982. Tese (Doutorado).

BERTIN, Enidice. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e Dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Tebas – Vida e Atuação na São Paulo Colonial**. in *Resgate - História e Arte II*. [https://:sites.google.com/site/resgatehistoriaearte](https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte)

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*. (1966) 5ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CUNHA Jr. Henrique. *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP/MEC. 2010. PDF [http://www.ifrj.edu.br/webfm\\_send/268](http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268)

CUNHA, Laura e MILZ, Thomaz. *Jóias de Crioula*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. (1984)* São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (1964) 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (1969) 4ª. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. (1959) 12ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1974.

JACINO, Ramatis. **Que Morra o Homem Cordial** in *Racismo Nada Cordial*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas. 2017.

JACINO, Ramatis. *O Branqueamento do Trabalho*. São Paulo: Nefertiti. 2008.

JACINO, Ramatis. *Transição e Exclusão – O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós abolição – 1912/1920*. São Paulo: Nefertiti. 2014

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – Os Movimentos Sociais da Década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ / São Paulo: Edusp, 1994.

MORSE, Richard M. *A Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1994.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a Casa e o Armazém – Relações Sociais e Experiências da Urbanização, São Paulo – 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

NOZOE, Nelson e MOTTA, José Flávio. **Os produtores eventuais**

**de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)** in *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora. Vol. 5 no. 1. Pg. 33-50. 1999.

PIRATININGA JR. Luiz Gonzaga. *Dietário dos Escravos de São Bento*. São Paulo: Hucitec.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (1942) 16a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras, Outro Espaço de Luta e Resistência, 1870-1890*. FFLCH/USP, 1991. Dissertação (Mestrado).

ROCHA, Lauro Cornélio da. *Exclusão do Negro - 1850-1888 - Uma interpretação Histórica das Leis Abolicionistas*. FFLCH/USP, 1999. Dissertação (Mestrado).

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - O Partido Republicano e a Política de Mão-de-obra - 1870-1889*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza - 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua - A Nova Face da Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil. 1500-1820*: Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1937.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas - Escravos e Forros em São Paulo -1850-1880*. São Paulo: Hucitec, 1998.

# CAPÍTULO 5

## O EXEMPLO DE TEBAS E A NECESSÁRIA REVISÃO DA PROFISSÃO DE ARQUITETO E URBANISTA

---

**Maurílio Ribeiro Chiaretti**

*Presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo*

Ao incluir Joaquim Pinto de Oliveira Tebas no seu quadro associativo, reconhecendo-o como arquiteto e urbanista e, portanto, como pessoa e como trabalhador, o SASP procura levantar questões importantes para se repensar o papel da nossa profissão nos dias atuais.

Tebas foi um dos poucos escravizados a se alfabetizar e a conquistar a alforria pelo reconhecimento do valor do seu trabalho. Seu preço não era mensurado pela sua força física, mas pelo domínio de uma técnica. Aprimorou, nas cidades de São Paulo e de Itu, tecnologias que lhe possibilitaram captar a religiosidade da época, imprimindo sua marca pessoal às obras, conforme avaliou o arquiteto Benedito Lima de Toledo.

“Essa expressão da religiosidade”, diz Toledo, “é que o transformou em arquiteto e suas obras em arte.”<sup>134</sup> Foi com o seu conhecimento e maestria que esse negro arquiteto realizou, dia após dia, sua luta pela liberdade na São Paulo escravocrata.

A literatura tradicional brasileira, entretanto, sempre reforçou a negação de escravizados talentosos como Tebas, que não é, portanto, um caso isolado. Assim como ele, muitos outros escravizados também foram invisibilizados, tendo sido negados como pessoas capazes, conhecedoras de importantes saberes e que buscavam, de uma maneira ou de outra, uma vida mais digna. Na arquitetura e no urbanismo contemporâneos

---

<sup>134</sup> *Revista Leituras da História*, n° 50 (abril/2012), p. 32.

não é diferente.

Há milhões de Tebas na construção civil – pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas, carpinteiros, marceneiros, vidraceiros e muitos outros – que permanecem esquecidos tanto nos patrimônios arquitetônicos tombados como no debate da produção urbana. A importância desses trabalhadores para as cidades e para as pessoas é tamanha que, atualmente, participam de praticamente 100% das obras construídas no país, enquanto que arquitetos e engenheiros, segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) de 2015, não ultrapassam 15%.

O reconhecimento da pessoa de Tebas como arquiteto transpassa, portanto, a importância da sua arquitetura e busca dar luz aos vários Tebas que seguem invisibilizados desde a escravidão, mas que são também verdadeiros construtores das cidades. Embora não participem da determinação das regras construtivas e do exercício de suas profissões, tampouco estão nos livros ou nas placas de condecoração relativas à arquitetura, eles sempre foram profissionais fundamentais na produção urbana.

Não é porque edificam grande parte das cidades, sem recorrer aos arquitetos e aos engenheiros, que esses trabalhadores podem ser reconhecidos automaticamente como arquitetos ou engenheiros. Mas é possível afirmar, sem dúvida, que as construções que realizam podem chegar a ser reconhecidas como obras de arquitetura ou de engenharia.

Tal constatação é importante, pois ajuda a derrubar algumas barreiras que separam os arquitetos e urbanistas dos demais construtores. Se nem toda construção pode ser considerada obra de arquitetura, caberia perguntar também, por outro lado, se toda construção feita por arquiteto deve ser reconhecida automaticamente como obra de arquitetura.

No Brasil e em grande parte do mundo, a arquitetura está muito mais ligada à ideia do luxo ou do embelezamento das construções, desnecessários para a maioria da população, do que à busca por soluções para os problemas elementares da vida em sociedade, que vão desde questões de escala individual, como as pequenas reformas, até as de escala coletiva, como nas intervenções urbanas. As principais revistas, feiras, campanhas publicitárias e investimentos da área confirmam isso. Não são elas, porém,

que determinam essa imagem; tampouco são os arquitetos que não sabem “se promover”.

O fato de termos menos de 7% das obras construídas no Brasil com a participação de arquitetos e urbanistas, ainda que sejam mais voltadas para as classes de maior renda, não afasta totalmente os demais trabalhadores da relação com a arquitetura e o urbanismo. Todos esses trabalhadores vivem a arquitetura de diversas maneiras: como usuários, construtores, através da transferência de saberes tradicionais, da necessidade de sobrevivência em uma sociedade complexa ou mesmo na “negação” da arquitetura, no caso da população em situação de rua. A arquitetura é uma construção social e coletiva. O problema é qual arquitetura essas pessoas e os arquitetos estão vivendo e como a compreendem, e se querem compreender.

A relação entre o papel dos arquitetos e urbanistas na sociedade atual e a história de Tebas está, a nosso ver, na distância entre o trabalho laboral e o intelectual, ou, descrevendo de outra maneira, entre as intensões ideológicas da arquitetura e a sua realidade. Olhar Tebas como arquiteto nos traz um contraponto que pode ajudar a entender melhor nossa atualidade.

Tebas é exemplo de arquiteto que viveu as circunstâncias específicas de sua época, estabelecendo, na contramão do regime escravista, a unidade entre os trabalhos laboral e intelectual. Ele tinha a obrigação de realizar o desejo de seus contratantes da mesma forma que os arquitetos de hoje, porém com suas próprias mãos. Mas ele mesmo, apesar de escravizado, era quem definia os principais elementos da obra, de acordo com as condições locais e a técnica que dominava, como se descreve em um de seus contratos de trabalho:

*“Termo ... Com o Pedreiro Joaquim Pinto de OLiveira com faculdade de Sua Senhora Antônia Maria Pinta para fazer o frontespicio da Capella Terceira athe adonde o mesmo papel declara que tudo he o seguinte Digo eu Joaquim Pinto de OLiveira que com Licença de minha Senhora Antonia Maria Pinta que esta prezente e na prezença das testemunhas baixo a Signadas ajustey Com Andre Alves da Silva Como Procurador actual da venerável ordem terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo desta Cidade em nome do Senhor irmão Prior e*



*Meza, e dito da a ordem ajustou Comigo e Eu com o dito Procurador fazer dentro do tempo de oito mezes que principiarão a Correr de hoje em diante a obra seguinte no Frontespicio da Capella da mesma venerável ordem terceira fabricarey e farey de pedra de cantaria Com toda a perfeição e Segurança quatro pez paSa os ditos três arcos Serão de Largura de quatro palmos e mais Se for percizo, e de altura d quinze ou dezasseis palmos ou de altura perciza athe o Capitel donde há de naCer outro Cujó Capital Sera de pedra, também Com toda a perfeição estando tudo o que Se vê no Risco que tenho prezente Respectível aos ditos quatro pés direitos dos ditos três arcos na forma dito Risco Cujá obra ser a Sim della os ditos Capitaes donde na de nacer os arcos e alicersse o fará a dita ordem a Sua custa porem eu hei de aprovar o fixo delle como do Como que há de Ser feito demarcando e Riscando e aprovando a segurança e fixo do dito alicersse athe o por Capaz delle eu asentar ou Se hiramós principio da obra que ajustey aSima declarada a qual me obrigo por minha pessoa e bens e a dita minha Senhora a fazer dentro dos ditos oito mezes a refferida obra por preço de dozentos e cincoenta mil Reis Cujá quantia Eu mesmo hei de Receber feita a obra e Logo me darão Cincoenta mil Reis em principio a Conta dos ditos duzentos e Cincoenta mil Reis e na dita obra porei todo o necessário excepto a Cal... [seguem duas linhas sem possibilidade de leitura] aSinou a dita minha Senhora que por não saber ler, nem escrever aSinou Com hua Cruz que He o Seo Sinal Costumado de que uza Eu me aSeney com o meu Sinal Costumado Sam Paulo dezaSeis de Novembro de mil e Cetezentos e Setenta e dois annos.<sup>2135</sup>*

Apesar das peculiaridades da grafia da época, fica claro, no trecho acima, que Tebas confrontou a escravidão por meio da arquitetura que realizou. Independente da sua condição econômica e social e da forma como pôde exercer a sua profissão, foi através de seus saberes que conquistou a confiança de seus contratantes e, posteriormente, sua liberdade.

Passados mais de 200 anos da sua morte, ocorrida em 1811, observamos a quantidade de profissionais que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Da parcela inserida, muitos não utilizam nenhum contrato de trabalho ou de prestação de serviços e ainda sugerem que tal instrumento poderia causar incômodos aos seus clientes e parceiros. Outra situação

<sup>135</sup> Livro de Termos da VOT do Carmo da Cidade de São Paulo (1772-1819), vol. 4, fls 20-21.

comum na prática profissional dos arquitetos é ver seus trabalhos sendo utilizados somente para aprovação de projetos legais. Durante as obras, também se deparam com constantes modificações no projeto sem a sua autorização. Isso é arquitetura?

A formação e o cadastro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) não garantem que todas as obras feitas por arquitetos sejam adequadas aos princípios que norteiam a arquitetura e o urbanismo. Esses profissionais, por mais que possam deter os conhecimentos necessários para fazer boa arquitetura, são condicionados pelas encomendas que a sociedade faz e pelas condições de produção que lhes são fornecidas.

É debruçando novamente na história de Tebas que nos perguntamos: teriam sido a arquitetura e o urbanismo, na sua concepção mais humanista e universalizante, invisibilizados como Tebas, ou teriam os arquitetos e urbanistas, ao longo das transformações históricas da profissão, se afastado da realidade do seu tempo?

Carlos Gutierrez Cerqueira escreve uma passagem que clarifica a posição que Tebas viveu em seu tempo. Com ela, talvez seja possível traçar caminhos para que os arquitetos e urbanistas possam trabalhar com mais arquitetura e urbanismo.

*Quanto à autonomia desfrutada por Tebas, embora nos possa parecer contraditória, relativamente ao que geralmente se entende da relação Senhor/Escravo, tanto com Antonia Maria Pinta como depois, com o arcediogo Matheus Lourenço de Carvalho – e ainda se considerarmos a enorme diferença que havia entre uma, analfabeta e completamente dependente dos seus serviços, e outro, muito culto e figura das mais importantes da hierarquia eclesiástica do Bispado de São Paulo –, é preciso lembrar que em outras regiões brasileiras dessa época, era muito comum se encontrar escravos habilitados em ofícios artesanais (carpinteiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, cabeleireiros, etc.) e de cujo trabalho viviam seus proprietários (da renda gerada pelos cativos-artesãos), muitos dos quais eram eles próprios Mestres artesãos que, com tal objetivo, ensinavam os ofícios a seus escravos.<sup>136</sup>*

---

<sup>136</sup> Para consultar o texto completo vide o capítulo 2, escrito por Carlos Gutierrez Cerqueira.

A formação, portanto, que Joaquim Pinto de Oliveira Tebas recebeu do seu primeiro senhor, o mestre-pedreiro Bento de Oliveira Lima, além de representar uma contradição do regime escravista, pode também ser vista como a sua faculdade. Mas ele foi além: não apenas se tornou um juiz de ofício de sua especialidade, membro de uma espécie de Conselho de Arquitetura e Urbanismo da época, como também compreendeu a realidade complexa do seu tempo lutando por liberdade. Miremo-nos no exemplo.

O Instituto para o Desenho Avançado (IDEA), em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), traz a público esta série de cinco abordagens sobre a vida e a obra do negro arquiteto Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), apelidado de "Tebas" pelos moradores da São Paulo escravocrata do século XVIII. O livro se destina aos estudantes de arquitetura e urbanismo, aos profissionais do setor e ao público interessado em geral. Seu objetivo é indicar caminhos para a ampliação do conhecimento sobre esse personagem "esquecido na metrópole de concreto", conforme as palavras do arquiteto Carlos Lemos.

Realização



Parceria de Fomento

